

INTERESSE NACIONAL

ANO 7 • NÚMERO 27 • OUTUBRO-DEZEMBRO DE 2014 • R\$ 30,00

www.interessenacional.com

Mal-Estar na Sociedade Brasileira

Renato Janine Ribeiro

As Instituições e o Mal-Estar na Sociedade

Simon Schwartzman

A Classe, o Nome, o Caos

Eugênio Bucci

O Mal-Estar entre Nós

Luiz Carlos Bresser-Pereira

A Cegueira do Debate Brasileiro sobre as Classes Sociais

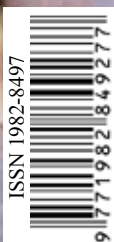
Jessé Souza

A Culpa é Sempre dos Outros

Lilia Katri Moritz Schwarcz

Mal-Estar, Medo e Mortes entre Jovens das Favelas e Periferias

Regina Novaes



I N T E R E S S E NACIONAL



A **Revista Interesse Nacional** oferece o seu conteúdo impresso na plataforma tablet. Essa inovação digital beneficia o leitor, pois permite o acesso aos artigos com total mobilidade e interatividade.

A atualização no formato é necessária para acompanhar nossos leitores onde eles estiverem. Para nós, o importante é a qualidade do conteúdo, sem descuidar dos recursos visuais inovadores.

INTERESSE NACIONAL

Ano 7 • Número 27 • Outubro–Dezembro de 2014

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	José Luis Fiori
Carlos Eduardo Lins da Silva	Leda Paulani
Cláudio Lembo	Luiz Fernando Figueiredo
Claudio de Moura Castro	Luiz Bernardo Pericás
Daniel Feffer	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Demétrio Magnoli	Raymundo Magliano
Eugênio Bucci	Renato Janine Ribeiro
Fernão Bracher	Ricardo Carneiro
Gabriel Cohn	Ricardo Santiago
João Geraldo Piquet Carneiro	Ronaldo Bianchi
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editorial Ltda.
dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2014

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

Sumário

.....

ANO 7 • NÚMERO 27 • OUTUBRO-DEZEMBRO DE 2014

5 Apresentação

ARTIGOS

7 Mal-Estar na Sociedade Brasileira

RENATO JANINE RIBEIRO

O que, no mal-estar atual da sociedade brasileira, depende da política e de seus atores? E o que depende da crescente individualização, da maior liberdade pessoal, do enfraquecimento do laço social? Temos um mal-estar da sociedade inteira ou ele está concentrado nas camadas sociais mais abonadas? O Estado brasileiro não foi capaz, ao contrário dos desenvolvidos, de fornecer educação, saúde, segurança e transporte públicos de qualidade. Porém, mesmo resolvidos estes problemas, perdurará a contradição entre uma sociedade cada vez mais afeta à liberdade individual e, ao mesmo tempo, absolutamente necessitada de laços, de valores éticos, de disposição ao convívio com o diferente, sem os quais a própria vida social poderá sucumbir.

12 As Instituições e o Mal-Estar na Sociedade

SIMON SCHWARTZMAN

Existe uma crise do sistema representativo brasileiro e do papel das organizações sociais. Nossa democracia é frágil e ineficiente. Os governantes e suas burocracias funcionam mal, desperdiçam recursos, se submetem com facilidade a pressões de grupos de interesse e da opinião pública e negociam cargos e privilégios para se manter no poder. O sistema representativo bra-

sileiro precisa ser profundamente alterado. As democracias modernas devem incluir formas adequadas de participação da sociedade (consultas e referendos). Não é possível satisfazer ao mesmo tempo todas as demandas e todos os grupos da sociedade. É preciso legitimidade que só um sistema representativo bem constituído e fundado em um ordenamento legal respeitado pode proporcionar.

19 A Classe, o Nome, o Caos

EUGÊNIO BUCCI

É provável que o mal-estar da sociedade também se manifeste na forma de um mal-estar da imprensa. Para muitos, o jornalismo está em crise. Mas, o discurso jornalístico é, por definição, um discurso da crise. O que traz até alguns efeitos colaterais benéficos: o mal-estar da imprensa funciona como um pretexto de bem-estar para a democracia. A crise é da indústria jornalística, que não sabe mais como fazer dinheiro; não é do relato jornalístico, que aumenta dia a dia o seu público leitor. Para dar conta das “coisas que estão no mundo”, a imprensa não precisa ter editoriais chamadas “sociedade”, “coisas do mundo”. A imprensa abriu seus olhos às “novidades” comportamentais. Há uma infinidade de novas investidas do que se convencionou denominar “jornalismo pós-industrial”, que vai do “Mídia Ninja” ao “Pro Publica”, além de sites jornalísticos como “El Puercoespín”, “Cíper” e “Pública”, sem falar nas múltiplas reinvenções de sites como o do próprio “The New York Times”.

27 O Mal-Estar entre Nós

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Dada a baixa taxa de crescimento e a desindustrialização acelerada, está claro que é preciso repensar o projeto de desenvolvimento brasileiro e a coalizão de classes necessária para levá-lo adiante. O Ciclo Democracia e Justiça Social se esgotou. Não é possível continuar a basear a economia brasileira nos juros altos e, principalmente, no câmbio apreciado no longo prazo, que aumenta os rendimentos de todos e o consumo, ao mesmo tempo em que desestimula os investimentos. Não são apenas a quase estagnação econômica e a falta de qualquer projeto para superá-la que explicam o mal-estar das elites brasileiras. É também a ascensão da classe C ao consumo de massas, enquanto a elite – não os muito ricos, mas sua grande classe média tradicional – não viu sua renda aumentar.

35 A Cegueira do Debate Brasileiro sobre as Classes Sociais

JESSÉ SOUZA

A opacidade da percepção das relações entre as classes no Brasil, no mundo da política, pode ser demonstrada a partir da análise das manifestações de junho de 2013. A grande fraude e a mentira das Jornadas de Junho são a impressão de que o “vilão” está no Estado e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho”. Quem até agora ganhou e colheu frutos com a “primavera brasileira” foram as forças mais conservadoras do país. No Brasil, uma classe privilegiada, cujo interesse primeiro é na reprodução do mundo como ele é, adora se imaginar como “radical” e agente da mudança. Uma classe social, como a classe média brasileira, que explora os excluídos sociais em serviços domésticos, para a reprodução indefinida de seus privilégios, pode “posar” de humana, corajosa e virtuosa, ao sair às ruas para condenar sempre um “outro” que não nós mesmos. O privilégio, afinal, precisa ser justificado ou tornado invisível para se reproduzir.

48 A Culpa é Sempre dos Outros

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

Na sociedade brasileira existe inclusão com muita exclusão social? A cada semana, morrem 50 mil pessoas no Brasil, sendo a maioria das vítimas homens, negros e jovens. Mortes na periferia não afetam nossa sensibilidade, enquanto delitos e acidentes nos bairros centrais são noticiados com grande comoção dos leitores. Nos bastidores dessa desproporção emocional, persistem as nossas instituições que nasceram e, teimosamente, mantêm-se frágeis: a polícia que amedronta, mas não oferece segurança; a população prisional que continua aguardando julgamento; as cidades que se organizam a partir de estruturas desiguais. Diante do incremento da violência, que assola sobretudo as grandes cidades brasileiras, a saída mais fácil é colocar a culpa nos atos alheios.

55 Mal-Estar, Medo e Mortes entre Jovens das Favelas e Periferias – Notas sobre (In)Ações do Poder Público e da Sociedade

REGINA NOVAES

Desde os anos de 1990, têm surgido entre jovens iniciativas de resistência cultural e política, com base territorial. Questionando a situação de segregação espacial, redes, grupos e movimentos juvenis afirmam o pertencimento local, denunciam injustiças e se tornam novos canais de participação. A geografia da violência revela desigualdades sociais, disparidades regionais e segregações urbanas. Esses problemas estão ligados a demandas de distribuição de renda, de acesso à educação de qualidade, de oportunidades de trabalho, de acesso a equipamentos urbanos no local de moradia dos jovens, assim como de acesso a aparato policial constante e bem preparado. Sem uma ampla e profunda reforma do sistema policial brasileiro, persistirá este “mal-estar” de viver em um país no qual a morte cotidiana de jovens negros não causa espanto e comoção.

Apresentação

.....

As manifestações populares de junho de 2013 trouxeram à tona um mal-estar na sociedade brasileira. Aos poucos, os cientistas sociais e políticos, em debates e análises acadêmicas, em livros que já estão surgindo sobre o tema, explicam o que está por trás da insatisfação reinante nas classes sociais – dos ricos às classes médias e aos mais pobres.

Foi decisão do Conselho Editorial tratar do “mal-estar” na sociedade brasileira de um prisma eminentemente social, embora a circulação deste número coincida com as eleições de outubro. A expectativa é que o conteúdo aqui exposto seja interpretado como um desafio para os futuros governantes e para os agentes políticos em geral.

Por que nos sentimos tão mal na vida social?

Abrimos a edição com o artigo do professor de Ética e Filosofia Política da USP e conselheiro desta revista, Renato Janine Ribeiro, que apresenta conceitualmente o tema. As pesquisas indicam que desde as Jornadas de Junho de 2013, cerca de 70% dos eleitores querem “mudanças”. E a grande novidade, segundo o autor, é que os beneficiários da ascensão social não são mais gratos aos governos em cujos mandatos ela se deu. Daí que, independentemente do resultado das eleições, o País sente um mal-estar com muito do que hoje vive. Mesmo que o Estado brasileiro tivesse fornecido educação, saúde, segurança e transporte públicos de qualidade, queixas que motivaram os protestos de junho de 2013, continuaria a existir “a contradição entre uma sociedade cada vez mais afeta à liberdade individu-

al e, ao mesmo tempo, absolutamente necessitada de laços, de valores éticos, de disposição ao convívio com o diferente, sem os quais a própria vida social poderá sucumbir”.

Para o cientista político Simon Schwartzman, há uma crise do sistema representativo brasileiro e do papel que as organizações sociais têm nele ocupado. Nossa democracia é frágil e ineficiente. Schwartzman defende que o sistema representativo brasileiro precisa ser profundamente alterado, em aspectos como o sistema eleitoral, o partidário e o financiamento de campanhas. E que sejam criadas formas adequadas de participação da sociedade, como consultas e referendos, e mantidos os espaços abertos para manifestações e mobilizações em torno de temas que não estejam sendo atendidos devidamente pelas políticas vigentes.

A mídia brasileira está preparada para cobrir situações de insegurança, de volatilidade social, de ascensão social? Seria necessária uma editoria de “sociedade” para cobrir tais temas? O conselheiro da Interesse Nacional e professor na Escola de Comunicações e Artes da USP, Eugênio Bucci, responde que a imprensa não está preparada para identificar novidades como as que se insinuam nas “prateleiras de consumo da tal ‘nova Classe C’, ou mesmo nas ruas”. Mas, em muitas redações, a editoria “sociedade” esbanja criatividade. Mais do que “cobrir” os assuntos que mostram o mal-estar na sociedade, em editorias variadas, o jornalismo apresenta novas investidas do que se convencionou denominar “jornalismo pós-industrial”, que

vai do “Mídia Ninja” ao “Pro Publica”, além de uma infinidade de sites jornalísticos como “El Puercoespín”, “Cíper” e “Pública”.

“Falta à nação um projeto, sobra o mal-estar”, define Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas e conselheiro desta revista. Ele sustenta que o Ciclo Democracia e Justiça Social se esgotou e que não é possível continuar a basear a economia brasileira nos juros altos e, principalmente, no câmbio apreciado, no longo prazo. Isso faz com que aumentem os rendimentos de todos e o consumo, ao mesmo tempo que desestimula os investimentos. “Estou seguro de que essa é uma das fontes do mal-estar brasileiro atual”, afirma.

O professor de ciência política da Universidade Federal Fluminense e especialista em classes sociais, Jessé Souza, faz uma reflexão sobre as “classes populares”. Para ele, a grande fraude e a grande mentira das “Jornadas de Junho” são a impressão de que o “vilão” está no Estado e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho”. Na verdade, diz, quem até agora ganhou e colheu frutos com a “primavera brasileira” foram as forças mais conservadoras do país. Segundo Jessé Souza, no Brasil, uma classe privilegiada “adora se imaginar como ‘radical’ e agente da mudança. É isso que é necessário esclarecer e compreender, posto que é isso que nos singulariza. É isso também que pode nos mostrar como a extraordinária vitalidade das ruas pode se transformar no reforço do que há de pior e de mais conservador no Brasil”.

A professora titular no Departamento de Antropologia da USP, Lília Schwarcz, aborda em seu artigo o tema “A culpa é sempre dos outros”. Ela escreve: “Diante do incremento da violência, que assola, sobretudo (mas não só), as grandes cidades brasileiras, a saída mais fácil é botar a culpa nos atos alheios. Nada como jogar os males ‘no outro’, aquele que é ‘diferente’ – esse ‘vizinho estranho’ – e que nada tem a ver com esse ‘eu social’, que vive a meu redor e me cerca, criando uma ‘salutar’ zona de conforto. Talvez por isso seja preferível conhecer a periferia através dos jornais, e nomeá-la no singular, ao invés de conceder a ela a mesma multiplicidade com que gostamos de nos reconhecer”.

Fechamos a edição com o artigo da professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Regina Novaes. Especialista em juventudes, ela diz: “No curso da discussão da reforma – e da mobilidade – urbana, deve haver lugar para estabelecer novas restrições sobre a circulação de armas de fogo e para avançar em direção a uma nova política de drogas que retire o consumo da esfera criminal e faça prevalecer uma abordagem de saúde pública e de redução de danos. Além disto, certamente, sem uma ampla e profunda reforma do sistema policial brasileiro, persistirá este “mal-estar” de viver em um país onde a morte cotidiana de jovens negros não causa espanto e comoção”.

OS EDITORES

Mal-Estar na Sociedade Brasileira

.....

RENATO JANINE RIBEIRO

Por que nos sentimos tão mal na vida social? Este é um tema constante nas conversas, na experiência social, pelo menos do meio social e cultural a que pertencemos, nós, autores e leitores desta revista. Estamos insatisfeitos com a má qualidade dos serviços públicos. Muitos reclamam da corrupção que veem em um ou mais dos três níveis de governo. E há mais, muito mais. Mas, tal preocupação não parece adquirir tanta relevância no discurso e na prática dos políticos. O que, neste mal-estar, depende da política e de seus atores? E o que vem das linhas mestras da vida contemporânea, como, por exemplo, a crescente individualização, notada desde, pelo menos, o final do século XVIII, trazendo, por um lado, maior liberdade pessoal e, por outro, um enfraquecimento do laço social? Aqui, à diferença dos números anteriores da revista, e justamente porque este número vai circular durante as eleições, a ênfase será mais na vida social do que na política. Porém, o quadro aqui desenhado pre-

tende ser também um desafio para futuros governantes e agentes políticos em geral.

* * *

Há que perguntar, inicialmente, quem é este “nós” que sente tal mal-estar. Duas narrativas antagônicas cindiram a sociedade brasileira nos últimos anos. Por coincidência, a revista *Inteligência* dedica a capa de seu número mais recente ao que chama “Mal-estar na burguesia”¹: quem estaria descontente seriam as classes médias e altas, ao contrário dos mais pobres, beneficiários principais da forte inclusão social ocorrida nos últimos dez anos. Temos, hoje, com efeito, um corte radical entre duas narrativas sobre o Brasil. Uma delas, a mais presente na opinião pública, isto é, na mídia e nas camadas sociais com maior acesso a ela, mas derrotada nas eleições gerais de 2006 e 2010, condena fortemente os governos do PT, entende que eles promoveram a corrupção em escala inaudita no País, acusa-os eventualmente de demagogia e até mesmo de comprarem votos populares com seus programas sociais². Outra corrente, com menor presença na mídia, mas alguma

.....
RENATO JANINE RIBEIRO é professor titular da Universidade de São Paulo, na disciplina de Ética e Filosofia Política. Tem 78 artigos e 18 livros editados. Recebeu o prêmio Jabuti de melhor ensaio (2001). Concebeu e apresentou duas séries de programas de televisão sobre “Ética”, na TV Futura, depois apresentados na TV Globo. Atua na área de Filosofia Política, com ênfase em teoria política. Foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq (1993-7), do Conselho da SBPC (1997-1999), secretário da SBPC (1999-2001) e do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP. Também é membro do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp e do Conselho Consultivo de Inhotim.

.....
1 A revista – número 65, de abril-maio-junho de 2014, lê-se na URL <http://www.insightinteligencia.com.br/65/>. O artigo destacado na manchete é “O Indiscreto ódio da burguesia: quem tem medo de Dilma?”, do historiador João Betencourt, acessível no mesmo link.

.....
2 A condenação ao Bolsa-Família desapareceu das campanhas do PSDB desde pelo menos 2006, tendo seus três candidatos à presidência desde aquele ano – Geraldo Alckmin, José Serra e Aécio Neves – elogiado o programa e proposto ampliá-lo. Contudo, por parte dos simpatizantes da oposição, é frequente a condenação ao Bolsa-Família, chamado eventualmente de bolsa-esmola e expressões

frequência nas redes sociais –detentora de maioria no eleitorado nas eleições de 2006 e 2010 –, aprova os governos do PT, porque integraram na sociedade de mercado ou dos direitos grande número de pobres e, implantando programas como o Bolsa Família, o ProUni, as cotas e o Mais Médicos, melhoraram a vida de muitos brasileiros. Até mesmo no plano ético temos uma clara cisão. Para a oposição, a grande questão ética é a da corrupção ou não no trato dos dinheiros públicos, enquanto para a situação o ponto ético por excelência é o fim da miséria. O que para um lado é ético, para o outro, praticamente não se menciona. Vivemos, assim, uma divisão bastante acentuada entre duas visões do Brasil. O problema é que esse racha não se limita à interpretação dos fatos. Se tivéssemos pelo menos um acordo quanto aos fatos e uma divergência quanto à interpretação estaríamos possivelmente em uma situação melhor, do ponto de vista do diálogo. Mas, os próprios fatos são vistos de forma diferente pelas duas famílias da divisão. A oposição tucana concentra o fogo no que chama mau desempenho da economia, enquanto a situação nega que seja essa a condição real do País. E até mesmo no lazer vimos a divisão, quando segmentos da população que, em outros tempos, teriam torcido pela seleção brasileira na Copa do Mundo, afirmaram desejar a derrota do Brasil, para evitar que o governo fizesse uso eleitoral dela.

Daí que cabe a pergunta: mal-estar para quem? Temos um mal-estar da sociedade inteira ou ele está concentrado nas camadas sociais mais abonadas? Trata-se de um sentimento de forte marca ideológica, ou corresponde ele a uma realidade efetiva? Lembro que, quando, nos anos 1980, muitos de nós, professores universitários, reclamávamos da má qualidade do ensino público gerada pela ditadura – antes deste dado as escolas pertencentes ao Estado muitas vezes figuravam entre as melhores do País – e ouvíamos a

.....
análogas, como se pode ler nos comentários de leitores desse perfil ideológico na Internet. Já o mais recente programa petista de inclusão, o Mais Médicos, é criticado tanto pelos eleitores quanto pelos líderes da oposição.

resposta, dada já por gestores democráticos, como, por exemplo, colaboradores do governo Franco Montoro, em São Paulo, segundo a qual a boa qualidade anterior servia a uma elite, enquanto a má qualidade na época representava, apesar de tudo, uma promoção para as multidões que antes não tinham acesso à escola. Com efeito, até o final dos anos 1960, se prestava um vestibular, o “exame de admissão”, para se entrar no ginásio, que corresponderia ao atual sexto ano do ensino fundamental – o que hoje soa como uma política absolutamente desastrosa no trato das crianças, no caso, pobres. Certas reclamações precisam, assim, ser consideradas *cum grano salis*. Até porque não estão fora do quadro de uma forte polarização política que marca o País desde o momento – para uns feliz, para outros, infeliz – em que após o impeachment de Fernando Collor, os dois melhores grandes partidos que temos, PT e PSDB, assumiram cada um a liderança de um lado do espectro político.

Bases para o descontentamento

Talvez por essa polarização, o mal-estar a que aludimos parece ter dois perfis principais. O primeiro é o dos que, num processo que parece recorrente em nossa história, ao menos recente, sentem desânimo pelo Brasil. As razões podem ser as mais diversas, mas a fenomenologia – a aparência, o fenômeno, a manifestação, ainda que não a causa profunda ou verdadeira – é que o País, ou seus governos, não dão aos cidadãos o que estes merecem. Pagam-se impostos, mas o retorno não é garantido. Uma equação se estabelece, pela qual, primeiro, se afirma o descontentamento ante a má qualidade dos serviços públicos e, segundo, ela é atribuída à corrupção dos membros dos dois poderes democráticos eleitos, Legislativo e Executivo, e eventualmente à dos três, incluindo nesse rol o Judiciário. Não é fortuito que esse descontentamento se acirre em particular na classe média. “Classe média” não é um conceito científico, mas apenas uma noção, passível de interpretações as mais diversas.

Contudo, penso que a descrição mais adequada desse termo, nas condições presentes brasileiras, se daria pela promoção social que muitos sentem precisamente ao deixar as filas dos serviços públicos básicos – educação, saúde, transporte e segurança – e começar a pagar pelos mesmos, ainda que em outras filas. Sustento que a auto-percepção como membro da classe média, no sentido de um *upgrade* social e econômico, ocorre em especial quando se adquire um seguro ou plano de saúde e se sai do transporte coletivo. São dois sinais de emancipação de forte carga simbólica. Podem ser complementados pelo acesso à educação privada e pelo recurso à segurança privada, mas o que dá o tom, o que efetua a promoção social, é dispor de um atendimento médico um tanto melhor e de um veículo que, em tese, dá mais conforto e mobilidade. Ora, certamente, a ninguém agrada pagar duas vezes pelo mesmo serviço essencial. O que caracteriza a classe média, neste sentido, é pagar uma primeira vez pelo serviço em mãos do Estado, o qual ela não utiliza, e uma segunda vez por um serviço privado, que no frígir dos ovos também não é grande coisa. Mas, seria difícil estarem as pessoas satisfeitas com um mundo no qual sentem essa punção constante do dinheiro que conquistaram com seu trabalho em troca de tão pouco. Daí que eu não concorde com aqueles para quem a classe média é simplesmente reacionária ou movida somente pela ideologia. Há bases materiais para o seu descontentamento.

Numa outra narrativa, a dos que se beneficiaram mais das políticas de inclusão social dos governos petistas – embora estas não tenham prejudicado ninguém, uma vez que foram conduzidas sem efetuar uma transferência significativa de renda, que eticamente seria legítima, dos que mais tinham aos que pouco ou nada tinham –, é provável que aquilo que foi conseguido gere, não a satisfação de se ter chegado a um patamar bom, mas uma independência que leve as pessoas a quererem mais. Não é fortuito que muitos, em vez de atribuir seu resgate da miséria ou da pobreza a políticas de governo, na verdade, digam

que o conseguiram pelo seu estrito esforço próprio. Não é casual que cresçam as denominações religiosas que, à diferença do catolicismo, maior ênfase depositam no empenho pessoal, descartando o peso que a religião, ainda majoritária no País, tradicionalmente atribuiu aos laços e vínculos com os próximos.

O governo será sempre o culpado?

De qualquer forma, parece que uns, na primeira narrativa, sentem o País em decadência, enquanto outros, na segunda narrativa, o sentem como insuficiente. Os primeiros vivem a política atual como tragédia e por vezes se colocam a um passo de uma insurreição, felizmente apenas – mas intensamente – simbólica³. Os segundos vivem a política como insatisfatória, talvez desprezível, e também querem mudanças, embora estas – para eles – se deem mais num *continuum* em relação ao que tem acontecido do que numa reversão de rumo. São duas narrativas diferentes, mas a grande novidade é que os beneficiários da ascensão social não são mais gratos aos governos durante o mandato nos quais ela se deu em escala maciça. Não é casual que as pesquisas tenham dado ao desejo de mudança constantes dois terços da população, desde que as manifestações de junho de 2013 mostraram que a tampa da panela de pressão estava a ponto de explodir. Daí que, independentemente do resultado das eleições, o País sente um mal-estar com muito do que hoje vive.

* * *

A convicção parece ser, mais uma vez, de que o Brasil – ou seu governo, ou seus governos, – está/estão faltando ao encontro marcado. Contudo, em que medida é o poder público e em que medida é a própria sociedade que deixa de cumprir seu papel? Não diminuo a responsabilidade dos governos ao observar que temos uma certa adicção ao Estado. Por exemplo, mal tinha termi-

.....
3 Exemplos a rodo; um basta: os insultos dirigidos à presidenta da República na abertura da Copa do Mundo, esquecendo que ela representava o Estado brasileiro, e não um partido.

nado a Copa do Mundo, que, se não foi um sucesso dentro dos campos, o foi fora deles – isto é, se não deu certo o que dependia dos jogadores e da CBF, mas o que dependeu dos governos funcionou melhor – e eu lia jornalistas reclamando que o governo não tinha preparado adequadamente o País para o turismo, e deveria fazê-lo para os Jogos Olímpicos. Mas, não há empresa privada, no Brasil? Não há organização da mesma? Será sempre o governo que deverá agir, o governo (e qual deles?) o culpado do que não foi feito? E é mais que curioso ler isso, por vezes, na pena de *soi-disant* liberais que, de resto, condenam o governo por controlar demasiado a atividade econômica. Esse filialismo seletivo – o complemento do paternalismo – a situação dos que pedem que o governo os acuda – mais atrasa do que avança nossa cultura política.

Liberdade para escolher

Seria fundamental pôr fim ao alheamento dos cidadãos à polis. Falei das empresas, no parágrafo anterior, mas é hora de as pessoas jurídicas, sim, mas sobretudo das pessoas físicas se empenharem em resolver os problemas do País. Há sinais alvissareiros. Ao terminar a ditadura, ordens e, sobretudo, proibições, interditos e limitações eram constantemente expressas com o sujeito oculto na terceira pessoa do plural: “fecharam essa rua”, “aumentaram o imposto”, “subiram os preços”. O cidadão se sentia súdito, *subdictus*, aquele que está abaixo do que o poder diz, não aquele que forma, ativamente, a cidade política. Felizmente, essa expressão foi sumindo, sumindo, até que praticamente sumiu. Em vez de subentendermos um “eles”, sujeito que não era enunciado como nome, mas nem sequer como pronome, hoje, damos sujeito às frases, mesmo àquelas mais negativas que reclamam do governo. Temos ainda uma grande imprecisão sobre qual governo, qual partido, quais dirigentes escolher. Confunde-se com frequência o que é o papel da União, o do Estado, o do município, e cobra-se de um o que é tarefa do outro. Mas o deso-

cultamento do sujeito repressivo é um avanço notável em nossa relação com a política. Embora um dos artigos deste número vá criticar o alheamento das instituições ao bem comum, cabe lembrar que somente a ação concertada dos cidadãos porá fim a tal descaso; ou seja, que também precisa terminar o alheamento de muitos de nós à coisa pública.

* * *

Finalmente: para não sermos provincianos, cumpre notar que um problema decisivo em nossa sociedade é que nunca na história do mundo fomos tão livres, para escolhas políticas, profissionais e pessoais. Podemos eleger os governantes, tendo acabado o direito divino dos reis, escolher a profissão de nosso agrado, escapando às castas e guildas, e viver com a pessoa de nosso gosto, emancipando-nos das tutelas de famílias e clãs. Esta sensação de liberdade, se não é inebriante, é porque muitos nem têm ideia de como foram as coisas outrora; pensam que tudo isso é normal, e talvez a liberdade seja, mesmo, mais normal do que as mil formas anteriores de autoritarismo.

Mas, isso vem junto com uma perda de referenciais, com uma desorientação generalizada. Este processo, que passa por uma progressiva e aparentemente irreversível tendência à igualdade, pelo menos de direitos, é notado desde Tocqueville. É também estudado por Norbert Elias. Cada vez nos individualizamos mais. Cada vez nos distinguimos mais uns dos outros. Cada vez queremos mais direitos e mais bens. Isso faz que os elos sociais, que no passado montavam a estabilidade social e política, se tornem insuportáveis, caso não adquiram a forma mais flexível do laço social.

O que era elo tornou-se grilhão. O ferro prende, o tecido se distende. O tecido social hoje somente subsiste se for formado por laços mais frouxos. Ninguém mais, pelo menos no mundo cultural que é o nosso, e que tende a se expandir no Ocidente e fora dele, vê razões fortes para manter um relacionamento que se tornou inaceitável, horroroso. As pessoas podem até mesmo

demorar a tomar a decisão – da palavra *cisão*, convém lembrar – de cortar algo que lhes é nocivo, mas a tendência é essa. Contudo, ao mesmo tempo que ficou mais fácil se libertar, ficou mais difícil manter compromissos. Com o ataque ao grillhão, o próprio laço entrou em crise. Descartar o outro – o *socius*, seja de negócios ou de partido, seja de amor ou amizade – quando ele se tornou incômodo é mais fácil do que reparar os fios esgarçados. Cada vez somos menos insubstituíveis. Fomos nos tornando descartáveis. O peso disso é terrível. A mesma sociedade, ou os mesmos membros da sociedade, que se regozijam ao se libertar de pesos mortos, sofrem extraordinariamente quando sentem que eles mesmos, aos olhos de outros, também serão vistos como pesos mortos. Este movimento é mundial. As dificuldades no viver juntos, as aporias do convívio, não são uma jabuticaba. Não existem somente no Brasil. É verdade que temos uma pauta nada pequena de problemas, em especial o fato de que o Estado brasileiro não foi capaz, ao contrário dos desenvolvidos, de fornecer educação, saúde, segurança e transporte públicos de qualidade – o que tenho

chamado de “quarta agenda democrática”.⁴ Mas, mesmo resolvidos estes problemas, que pelo menos podem ser identificados e foram postos na cena pública desde meados de 2013, perdurará essa contradição entre uma sociedade cada vez mais afeta à liberdade individual e, ao mesmo tempo, absolutamente necessitada de laços, de valores éticos, de disposição ao convívio com o diferente, sem os quais a própria vida social poderá sucumbir. Discutir nossas premências, os fardos que uma história nem sempre boa nos legou e que as gerações anteriores não venceram, deve se fazer à luz dessa tendência generalizada de nosso tempo. Está em jogo, não apenas a ineficiência de nosso Estado, não apenas a pouca educação política de nossa sociedade, mas também esta crise de vocação de nosso tempo. Ou seja, há vários mal-estares, ou o mal-estar tem várias camadas, os quais convém identificar e trabalhar.

4 Ver meu artigo, no número 25 desta revista, “Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe)”, <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/eleicoes-2014-a-quarta-agenda-da-democracia-brasileira-ou-o-que-2013-trouxe/>

As Instituições e o Mal-Estar na Sociedade

.....
SIMON SCHWARTZMAN

As centenas de milhares de pessoas que foram às ruas das cidades brasileiras, em junho de 2013, trouxeram à tona a insatisfação com os governantes que já existia de forma latente, provavelmente agravadas pelas frustrações causadas pela paralisação da economia, o aumento da inflação e a má qualidade dos serviços públicos. Aos poucos, o número de pessoas nas ruas foi se reduzindo e, em 2014, as manifestações passaram a ser feitas por grupos menores e mais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, em São Paulo, na tradição das ocupações de fazendas e edifícios públicos do Movimento dos Sem Terra; organizações estudantis, na ocupação de universidades; sindicatos do setor de serviços públicos, como professores, policiais, metroviários e lixeiros; e

.....
SIMON SCHWARTZMAN é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), no Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Ciências. Estudou sociologia e ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais e na Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO, Chile). É doutor em ciências políticas pela Universidade da Califórnia, Berkeley. Foi professor de Ciência Política e diretor científico do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior na USP entre 1990 e 1994, e presidente do IBGE entre 1994 e 1998. É autor de, entre outros, *A Via Democrática: Como o Desenvolvimento Econômico e Social Ocorre no Brasil* (Elsevier, 2014); *Brasil: A Nova Agenda Social* (com Edmar Bacha, Editores), Rio de Janeiro, LTC, 2011; e *Políticas Educacionais e Coesão Social – Uma Agenda Latino-americana* (com Cristian Cox), Rio de Janeiro, Elsevier; São Paulo: iFHC, 2009.

grupos anarquistas como os “black blocs”, que buscam deliberadamente criar situações de confrontação com a polícia para desmoralizá-la. Nesta mistura de grupos e motivações, entraram também grupos criminosos como os que, no Rio de Janeiro, se mobilizaram para destruir as políticas de pacificação das favelas das UPPs, a pretexto de protestar contra a violência policial. Um dos efeitos desta radicalização foi atingir milhões de pessoas que, além de sofrerem os efeitos das dificuldades econômicas e da precariedade dos serviços públicos, passaram a ter também suas vidas afetadas no dia a dia pelos transportes públicos interrompidos, as ruas interditadas e as escolas fechadas. Em sua maioria, elas deixaram de ir às ruas protestar e reagiram com indiferença ao movimento de “Não vai Ter Copa”, que pretendia ser a culminação de um ano de protestos.

Em maio de 2014, um grupo de professores universitários publicou um manifesto público “pelo direito de manifestação, pelo direito de ir e vir”, que assinalava, entre outras coisas, que “mentes autoritárias, com profundo desprezo pelo direito alheio, terão sempre justificativas para essas ações na suposta justiça das causas que defendem ou na relevância das denúncias que propagam. As causas podem até ser justas, mas a alteração no tempo e na ordem da vida das pessoas não pode se tornar algo banal, corriqueiro. Um efeito dessa avalanche de manifestações que não titubeiam em afetar profundamente a vida das pessoas nas cidades é o descrédito e o desgaste de qualquer manifestação. Isso não é democra-

cia, mas prepara sua destruição”. E concluía: “Exigimos que nossos direitos constitucionais sejam garantidos. Não aceitamos vê-los usurpados por pequenos ou grandes grupos que têm direito de se manifestar, mas não de impor seus pontos de vista. O direito de manifestação, assim como o de greve, precisa ser preservado e mantido dentro de seus limites legais. Conclamamos à reação contra a escalada antidemocrática das manifestações que não respeitam os direitos elementares dos cidadãos”¹.

Sistema representativo

O manifesto repercutiu na internet e na imprensa, recebeu mais de 500 assinaturas de pessoas expressivas, mas encontrou também resistência entre pessoas que não teriam por que discordar da afirmação de que “o direito de manifestação, assim como o de greve, precisa ser preservado e mantido dentro de seus limites legais”. As dúvidas e as objeções que foram levantadas ajudam a entender, pelo menos em parte, porque estes comportamentos são tolerados. Para alguns, o problema era que o texto se colocava ao lado da lei e da ordem, sem reconhecer a justeza das causas de muitas manifestações. Para outros, a objeção foi de que o texto não era equilibrado, porque criticava os abusos das manifestações, mas não os abusos da polícia. Comum aos dois tipos de objeção era uma crença implícita na superioridade moral e ética dos manifestantes em relação às instituições públicas e o receio de aparecer como defendendo os princípios da prevalência da lei como se fosse uma posição reacionária, e não, simplesmente, um componente central das sociedades democráticas. Havia, ainda, os que adotavam argumento utilitário: esse tipo de manifestação seria legítimo porque manifestações “comportadas” não chamam atenção suficiente. Por fim, havia os que justificavam barbárie com barbárie: erros e desrespeito

por parte de governantes e agentes da lei justificariam comportamentos equivalentes por parte de manifestantes. Esta atitude de defesa ou aceitação implícita das manifestações violentas, bastante generalizada em certos meios intelectuais, é também muito presente entre os políticos, que temem ser vistos como contrários às reivindicações populares.

Esta ambivalência deve ser vista no contexto mais geral da crise do sistema representativo brasileiro e do papel que as organizações sociais têm nele ocupado. No papel, o Brasil tem um sistema político representativo em que instituições, como os partidos políticos, o legislativo, os tribunais e o executivo, da Presidência aos prefeitos, são eleitos ou nomeados segundo regras claras e governam em nome da maioria, garantindo, ainda, os direitos individuais e das minorias, que são essenciais nos regimes democráticos. Na prática, é uma democracia frágil, em que as pessoas não se sentem adequadamente representadas pelos eleitos, os governantes frequentemente colocam seus interesses privados acima do interesse público e os direitos legais são abusados pelos ricos e extremamente escassos para o cidadão comum. É também uma democracia ineficiente, em que os governantes e suas burocracias funcionam mal, desperdiçam recursos, se submetem com facilidade a pressões de grupos de interesse e da opinião pública e negociam cargos e privilégios para se manter no poder. Para alguns cientistas políticos, não poderia ser de outra forma: o mundo é assim mesmo, cheio de imperfeições, e nosso “presidencialismo de coalizão” funcionaria bem e seria tão normal quanto o de qualquer outra democracia moderna. Mas, a população não pensa assim e sai à rua para protestar.

Se as instituições democráticas não funcionam bem, o que colocar em seu lugar? A vitória do PT nas eleições de 2002 trouxe consigo uma ideia aparentemente nova, que seria a de colocar as instituições governamentais sob a influência, controle ou, no extremo, substituí-las totalmente pelo que se chamou de “sociedade organizada”. No limite, o povo decidiria em praça pública o

1 Disponível em <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR72309> (acessado em 22/06/2014).

orçamento das prefeituras; as associações de professores e a UNE controlariam o Ministério e as secretarias de educação; os sindicatos definiriam as regras e os valores do mercado de trabalho; os índios controlariam a Funai; o MST, o Ministério da Reforma Agrária; os ambientalistas, a política de meio ambiente; o movimento negro, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; e uma multiplicidade de conselhos estaduais e municipais – de alimentação escolar, saúde, bolsa família, assistência social, educação – controlariam o funcionamento dos governos no nível federal, dos estados e dos municípios. Os empresários também seriam contemplados, pela participação em um grande Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Os partidos políticos e as agências públicas tradicionais (prefeituras, secretarias, ministérios) seriam, aos poucos, ocupados ou substituídos por movimentos sociais que, tal como os sindicatos, passariam a receber subsídios diretos e indiretos do governo.

A ideia da importância política das organizações sociais é bem antiga e data, pelo menos, do estudo clássico de Alexis de Tocqueville sobre a democracia nos Estados Unidos no século XIX, que teria como uma de suas principais características a presença de “organizações intermediárias” da sociedade civil – igrejas, organizações profissionais, organizações voluntárias –, que fariam a ponte entre os indivíduos e o Estado e dariam consistência e legitimidade ao governo democrático.

Na trilha de Tocqueville, existe uma grande linha de estudos e pesquisas sobre o tema, tratando de identificar as características da “cultura cívica” ou do “capital social” nas sociedades contemporâneas e as consequências de sua existência ou sua falta. Esta é, também, a tradição intelectual do corporativismo, favorecido pela Igreja Católica tradicional e que foi importada da Itália pelo Estado Novo, nos anos 1930. Independentemente da questão mais ampla do papel histórico destas organizações, o fato é que os *lobbies*, ONGs e grupos de pressão que existem nas sociedades de hoje têm pouco a ver com as associações comunitárias tradicionais de 100 anos

atrás, cujo virtual desaparecimento nos Estados Unidos é o tema do livro clássico de Putnam, “*Bowling Alone*”, lamentado por Francis Fukuyama e analisado em todas suas implicações por Theda Skocpol (Almond e Verba 1963; Fukuyama 2000; Putnam 2001; Skocpol 2003; Tocqueville 1981). Se, na tradição de Tocqueville, a sociedade civil é vista como o cimento que dá a sustentação à democracia, em sua versão perversa, o apelo às “forças organizadas” da sociedade e da nação serve de fundamento para o fascismo em suas diferentes manifestações, desde a Itália e Alemanha até, mais perto de nós, o peronismo na Argentina, o “bolivarianismo” venezuelano e o próprio varguismo.

Qual tem sido o resultado desta tentativa de trazer os movimentos e organizações sociais para dentro do governo? Isto tornou-o mais ou menos democrático? Melhorou a qualidade das políticas públicas? Fez com que elas se tornassem socialmente mais justas, atendendo prioritariamente às populações mais necessitadas?

Conselhos municipais

Não temos respostas claras para estas questões, mas existem muitas informações sobre estas experiências que permitem chegar a algumas aproximações. Dados do Cadastro Nacional Central de Empresas, mantido pelo IBGE, permitiram que fosse elaborada uma estatística detalhada das entidades sem fins lucrativos no Brasil, das quais fazem parte as fundações e organizações não governamentais (IBGE e Ipea 2012). Em 2010, havia no Brasil 557 mil unidades locais de entidades sem fins lucrativos, das quais (excluindo condomínios, cartórios, conselhos e outras organizações criadas por lei) 291 mil eram Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil), empregando 2,1 milhões de pessoas. Não se trata de uma novidade – 60% foram criadas antes do ano 2000 – mas suas características vêm se modificando. Resumindo os principais resultados encontrados, diz o estudo que “uma análise geral das atividades

desenvolvidas por essas instituições revela sua enorme diversidade, entre as quais se destacam as entidades voltadas à defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,1%) e as religiosas (28,5%). Atuando nas áreas tradicionais de políticas públicas de saúde, educação e pesquisa e assistência social, encontram-se apenas 18,6% dessas entidades. A idade média das Fasil é de 14,4 anos e grande parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010. No grupo de entidades mais antigas, criadas antes dos anos 1980, predominam as entidades de religião (39,5%) e cultura e recreação (19,6%). Entre as mais novas, criadas nos primeiros dez anos deste milênio, destacam-se as entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,6%) e, novamente, as de religião, num patamar bem mais reduzido (27,0%)” (p.75).

A este fenômeno de crescimento das organizações de defesa de direitos deve-se somar o grande número de conselhos e órgãos participativos criados por lei. Segundo dados da Base de Informações Municipais do IBGE de 2013, 85% das cidades brasileiras contam com conselho municipal de educação, 99,5% têm conselho municipal de saúde, e 68% têm conselho municipal de meio ambiente. Além disso, existem conselhos de direitos da mulher, de controle de acompanhamento social do Fundeb, conselhos escolares, conselhos de alimentação escolar e conselhos de transporte escolar, entre outros.

Sobre os efeitos destas formas de participação social no desempenho das agências de governo, um caso muito estudado é o da experiência de orçamento participativo de Porto Alegre, iniciada ainda na década de 1990 e que serviu de modelo para muitas outras experiências em outras partes. Diversos estudos mostram alguns resultados significativos desta experiência, sobretudo do ponto de vista político, ao envolver parte da comunidade em decisões de questões de seu interesse mais imediato e também na redistribuição de uma pequena parcela de recursos do município conforme as demandas da população de baixa renda da cidade. Mostram também as limi-

tações municipais, tanto para lidar com os problemas mais complexos da administração local, como o de regularização fundiária, como para sua generalização, tanto para outros municípios sem a mesma tradição de organizações sociais, como Porto Alegre, como para a esfera estadual. Outros estudos, no entanto, indicam que as expectativas originais deste tipo de arranjo foram, em geral, exageradas (Avritzer e Navarro 2003; Baierle 2009; Cohen e Fung 2004; Cornwall 2007; Fedozzi 2001; Frey 2003; Wampler e Avritzer 2004). Um estudo sobre o impacto dos Conselhos Municipais de Educação, em 2010, em Minas Gerais, não mostra relação significativa entre a sua existência e os resultados dos alunos nas avaliações de desempenho (Schwartzman e Barbosa 2010). Ter ou não ter conselhos municipais parece ser, sobretudo, uma formalidade, e de qualquer forma não se traduz em melhores resultados para a população.

Peleguismo e corrupção

Uma característica central destas instituições é que elas dependem de financiamentos de governo ou grupos e fundações privadas nacionais ou estrangeiras, já que não dispõem de contribuições das pessoas que pretendem representar. O financiamento público de organizações não governamentais no Brasil data pelo menos da organização dos sindicatos pelo Estado Novo, na década de 30, através do Imposto Sindical, assim como das transferências para as instituições patronais do “Sistema S”. Esta situação de dependência tira a autonomia das organizações sociais e abre espaço para a corrupção, conhecida no passado como “peleguismo”, que se manifesta hoje em múltiplas esferas, tal como visto recentemente nos escândalos que envolveram os ministérios do Trabalho e dos Esportes, entre outros. Analisando a questão na América Latina, Sorj e Martuccelli escrevem que “as ONGs, este novo fenômeno de representação sem delegação – ou melhor, de autodelegação sem representação –, permitem canalizar as energias criativas dos ativistas

sociais para novas formas de organização separadas do público, cujas necessidades pretendem representar” (Sorj e Martuccelli 2008 p. 132). Mais amplamente, uma pesquisa de 2001 sobre movimentos populares no Chile e no Brasil, realizada pelo Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, mostrou que, à medida que essas organizações de movimentos sociais se tornam dependentes do governo ou do financiamento internacional para sua sobrevivência, elas tendem a entrar em declínio:

“As organizações de base podem simplesmente prestar serviços sociais para o Estado (saúde e reforma educacional no Chile) ou ser divididas e desmobilizadas por disputas burocráticas internas (reforma da saúde no Brasil). Em todos os casos, um maior envolvimento com as agências estatais deixou as organizações expostas aos controles clientelistas e ao caciquismo político. As organizações de base em toda a América Latina agora não podem sobreviver sem financiamento estatal. Mas, o preço é muitas vezes a perda de sua capacidade de manter uma postura crítica ou promover projetos alternativos de desenvolvimento. Com ou sem o Estado, elas estão cada vez mais preocupadas com sua própria sobrevivência financeira, muitas vezes em detrimento das clientelas às quais se destinam a servir. Muitas organizações desaparecem, e líderes de base saem para trabalhar em outra coisa.” (Foweraker 2001)

A pouca eficácia destas formas participativas não impediu que elas recebessem apoio governamental crescente nos últimos anos, dada a prevalência de critérios políticos e ideológicos sobre critérios de eficácia ou desempenho. Dados da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) mostram que, entre 1999 e 2010, os recursos da União transferidos a organizações não governamentais passou de R\$ 2,224 milhões a R\$ 4,106 milhões. Nesse período, a porcentagem das 200 organizações associa-

das à Abong, que dependiam em mais de 40% do governo federal, passou de 16,7% para 37,4% entre 2000 e 2007 (Ojeda 2012).

Política de participação social

Um problema fundamental com este modelo foi que ele supunha que não haveria conflitos destes movimentos entre si e com os governos que os estavam estimulando e financiando; o único inimigo seria uma “elite” abstrata, e caberia ao governo, junto com os movimentos e o “povo”, combater e derrotar em sucessivas eleições. Na prática, sempre existiram tensões entre o governo federal e os movimentos de ambientalistas, por exemplo, ou de trabalhadores rurais, que foram contidos em grande medida por concessões graduais e cooptação de suas lideranças. Mas, esta acomodação passou a se tornar mais difícil na medida em que os recursos à disposição do governo começaram a diminuir e as frustrações, e as demandas se tornaram mais radicais.

As manifestações que começaram a ganhar corpo em 2013, e que continuaram em ondas sucessivas de greves e protestos em todas as principais cidades brasileiras, pareciam indicar o início de uma nova fase. A iniciativa, agora, teria passado para algumas das organizações criadas no período anterior, lideradas por suas alas mais radicais; mas, sobretudo, por grupos e movimentos sociais que teriam se formado espontaneamente, pela mágica das redes sociais e da internet. Diante do movimento das ruas, uma primeira reação de governos e de líderes de organizações sociais mais estabelecidas foi de reconhecer a justeza das reivindicações e tentar cooptar os movimentos, indo também para as ruas e tentando atender prontamente às reivindicações. Isto não deu certo, no entanto, em parte pela hostilidade de muitos manifestantes aos partidos políticos e aos movimentos sociais organizados, e em parte pelo radicalismo e natureza difusa de muitas das demandas. A segunda reação foi o retraimento, com governos e organizações sociais temendo ser identificados como membros das “elites” e con-

trárias ao “povo” e às suas causas. Um dos resultados foi a erosão da legitimidade e a paralisia das autoridades públicas e de lideranças políticas, quando confrontadas com invasões de propriedade, ocupações de prédios e obras públicas, greves ilegais, bloqueios das vias públicas e depredações que se sucedem e se ampliam.

É neste contexto que deve ser visto o Decreto 8.243 da Presidência da República, de 23 de maio de 2014 – poucos meses antes, portanto, das eleições presidenciais –, que “institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e dá outras providências”. O decreto, em seu artigo 2º, identifica dez “instâncias e mecanismos de participação social” (sociedade civil – o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações; conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública; consulta pública; e ambiente virtual de participação social) e, no seu artigo 5º, estabelece que “os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta deverão, respeitadas as especificidades de cada caso, considerar as instâncias e os mecanismos de participação social, previstos neste Decreto, para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas públicas”, criando, para isto, um complicado “Sistema Nacional de Participação Social” vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República cujo titular, Gilberto Carvalho, é o responsável, dentro do governo, pelas articulações políticas com os movimentos sociais e a “sociedade organizada”.

O decreto gerou grande controvérsia, tendo sido interpretado, por um lado, como uma medida importante para consolidar as experiências de participação social no governo, e, por outro, como uma tentativa de substituir a democracia representativa vigente por um sistema participativo de inspiração chavista e bolivariana, com todos os seus problemas. Sem ir aos extremos, não

há dúvida de que o decreto é um esforço de restabelecer a inspiração original do modelo de política participativa, buscado desde o início do primeiro governo Lula, na esperança de que ele pudesse trazer de volta os dividendos políticos do passado, com impacto nas próximas eleições. Não parece provável, no entanto, que esta medida consiga reverter os desgastes sofridos por estas organizações ao longo dos últimos anos.

Não há dúvida de que o sistema representativo brasileiro precisa ser profundamente alterado, em aspectos como o sistema eleitoral, o sistema partidário e o financiamento de campanhas. Não há dúvidas também de que as democracias modernas devem incluir formas adequadas de participação da sociedade, por mecanismos múltiplos que vão das consultas aos referendos, passando por diversas formas de vinculação entre a administração pública em seus diversos níveis e a sociedade civil em seus diferentes formatos, mantendo os espaços abertos para manifestações e mobilizações em torno de temas que não estejam sendo atendidos devidamente pelas políticas vigentes.

Impossível satisfazer todas as demandas

Dito isto, é importante ter em mente que não é possível satisfazer ao mesmo tempo todas as demandas e todos os grupos da sociedade – salários altos, financiamentos baratos para carros e casas, educação de qualidade e gratuita, atendimento médico de alta qualidade e gratuito para todos, transportes públicos gratuitos, proteção ao meio ambiente, excelentes aposentadorias e pensões – tudo conforme o padrão Fifa. Além das limitações de recursos, muitas destas demandas são contraditórias e necessitam ser arbitradas. Cabe às lideranças políticas e aos governos mostrar que estão empenhados em fazer o melhor dentro dos limites possíveis e, para isto, necessitam da legitimidade que só um sistema representativo bem constituído e fundado em um ordenamento legal respeitado podem proporcionar.

Referências

- Almond, Gabriel Abraham, e Sidney Verba.** 1963. *The civic culture; political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Avritzer, Leonardo, e Zando Navarro.** 2003. *O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática – Um Balanço Crítico*. São Paulo: Cortez.
- Baierle, S.** 2009. “The Porto Alegre Thermidor: Brazil’s ‘Participatory Budget’ at the crossroads.” *Socialist Register* 39(39).
- Cohen, J., e A. Fung.** 2004. “Radical democracy.” *Swiss Journal of Political Science* 10(4):23-34.
- Cornwall, Andrea.** 2007. “Deliberating Democracy: Scenes from a Brazilian Municipal Health Council.” in *Working paper*. Sussex, Brighton: Institute of Development Studies.
- Fedozi, Luciano.** 2001. “Práticas Inovadoras de Gestão Urbana: o paradigma participativo.” *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (1000):93-107.
- Foweraker, Joe.** 2001. “Grassroots Movements, Political Activism and Social Development in Latin America A Comparison of Chile and Brazil.” in *Civil Society and Social Movements Programme Paper Number 4*. New York: United Nations Research Institute for Social Development.
- Frey, K.** 2003. “Building a local public sphere on the internet to strengthen local democracy: the experience of Curitiba/Brazil.”
- Fukuyama, Francis.** 2000. *Social capital and civil society*. Washington, DC: International Monetary Fund, IMF Institute.
- IBGE, e IPEA.** 2012. *As Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos no Brasil – 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Ojeda, Igor.** 2012. “A Complexa Relação entre Estado e ONGs.” *Desafios do Desenvolvimento* (IPEA) 9(71).
- Putnam, Robert D.** 2001. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Touchstone.
- Schwartzman, Simon, e Maria Ligia de Oliveira Barbosa.** 2010. “Desempenho escolar e características e ações dos municípios em Minas Gerais.” Rio de Janeiro: IETS.
- Skocpol, Theda.** 2003. *Diminished democracy : from membership to management in American civic life*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Sorj, Bernardo, e Danilo Martuccelli.** 2008. *O Desafio Latinoamericano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Tocqueville, Alexis de.** 1981. *Democracy in America*. New York: Modern Library.
- Wampler, B., e L. Avritzer.** 2004. “Participatory publics: civil society and new institutions in democratic Brazil.” *Comparative Politics*:291-312.

A Classe, o Nome, o Caos

A imprensa anda insensível ao mal-estar da sociedade? Se sim, por quê? O olhar automático do jornalista sobre o mundo teria ficado mais automático ainda? Ou será que estamos jogando nas costas (e nos olhos) dos repórteres uma culpa que não é deles?

.....

EUGÊNIO BUCCI

*“As coisas estão no mundo,
só que eu preciso aprender”*

Paulinho da Viola

É bastante conhecida a passagem em que Jorge Luis Borges parece zombar de todos os sistemas de classificação, os possíveis e os impossíveis. No conto *O idioma analítico de John Wilkins*, ele fala de uma certa enciclopédia chinesa, *Empório celestial de conhecimentos benévolos*, que catalogaria os animais em 14 grupos distintos. Segundo a tal enciclopédia, os bichos deste mundo estariam divididos em:

- (a) pertencentes ao Imperador
- (b) embalsamados
- (c) amestrados
- (d) leitões

.....
EUGÊNIO BUCCI, jornalista, graduado em Comunicação Social e em Direito pela Universidade de São Paulo, é doutor pela Escola de Comunicações e Artes da USP, onde atualmente é professor na graduação e pós-graduação. Foi editor da revista *Teoria e Debate* (1987 a 1991). Na Editora Abril, ocupou os cargos de diretor de redação das revistas *Superinteressante* (1994 a 1998) e *Quatro Rodas* (1998 a 1999) e também de Secretário Editorial (1996 a 2001). Foi presidente da Radiobrás (de 2003 a 2007). Autor de alguns livros sobre jornalismo e comunicação, é hoje articulista quinzenal em *O Estado de S. Paulo* e colunista da revista *Época*. Em 2011, recebeu o Prêmio Luiz Beltrão, na categoria Liderança Emergente, concedido pela Intercom. Em 2012, recebeu o Prêmio Excelência Jornalística, na categoria Opinião, da SIP (Sociedad Interamericana de Prensa). Recebeu também o prêmio Esso 2013 na categoria “Melhor Contribuição à Imprensa” pela *Revista de Jornalismo ESPM*, da qual é diretor de redação.

- (e) sereias
- (f) fabulosos
- (g) cães vira-latas
- (h) os que estão incluídos nesta classificação
- (i) os que se agitam feito loucos
- (j) inumeráveis
- (k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo
- (l) et cetera
- (m) os que acabaram de quebrar o vaso
- (n) os que de longe parecem moscas

O leitor que se encanta com a imaginação de Borges há de julgar a lista inventiva, poética, provocadora, fantástica e desbragadamente genial. Mas, fora o devaneio estético, a gente logo deduz que esse negócio aí não tem aplicabilidade nenhuma. Classificar os bichos assim e não classificá-los de nenhum modo acaba dando no mesmo. Ou, ainda, em outras palavras: essa classificação é por excelência uma não classificação. Só fascina porque uma categoria inutiliza imediatamente a anterior e quebra a racionalidade do sistema. É mais ou menos como aquelas escadarias desenhadas por Escher, que brincam com a perspectiva em reviravoltas malucas – não serviriam jamais como escadas de verdade, mas são bonitas de olhar. Só isso.

Pois mais absurdas ainda, muito mais sem nexos e muito mais abiloladas são as nomenclaturas das editorias dos jornais (e das revistas, dos sites de notícias, de qualquer órgão de imprensa que se queira). São absurdas ao nível do absurdo. Indiferentes ao grau de arbitrariedade taxonomi-

ca que elas encerram, passamos por elas como se fossem naturalíssimas, coerentíssimas, racionalíssimas, aristoteliquíssimas.

Antes de qualquer outra consideração, cuide-mos de um esclarecimento preliminar. Talvez o improvável leitor tenha ficado em dúvida sobre o que é mesmo uma “editoria” de jornal. Passemos à resposta. Editorias são as áreas conceituais em que se agrupam os assuntos que podem vir a ser tema de uma reportagem, de um artigo, de um programete de TV (ou, simplesmente, de um “conteúdo”, como dizem os hodiernos). Numa editoria vão as matérias de “política”; na outra, os relatos sobre “esportes” e assim por diante. Mas, editorias não são só isso. Elas não são apenas uma aglomeração de temas. Dentro dos galpões em que se instalam as redações, as editorias são também aglomerações de pessoas. As mesas ou as bancadas dos jornalistas que trabalham numa determinada “editoria” ficam mais ou menos próximas umas das outras, orbitando a salinha ou a escrivaninha do chefe do pedaço. “Editorias”, portanto, são também turmas e, nessas turmas, os indivíduos costumam guardar semelhanças de figurino entre si, como se fossem membros da mesma seita, e todos eles têm a cara das matérias que escrevem. Em consequência, editorias também acabam dando nome a espaços geográficos. “Cadê o fulano?”, alguém pergunta. “Foi tomar café na editoria de finanças.”

Acima de tudo, as “editorias” são um vetor abstrato que tem o condão de agrupar reportagens e artigos na pálida vastidão das páginas impressas – ou no infinito luminoso dos sites noticiosos. Toda publicação jornalística que se preze, principalmente as publicações ditas “de interesse geral” (e aqui já esbarramos num dos disparates catalogatórios da malfadada imprensa, quer dizer, “de interesse geral” vem a ser o nome de um gênero de publicações, e isso instaura uma interrogação de todo tamanho, pois, se há “publicações de interesse geral”, deveria haver as de “interesse particular”, mas essas não existem, daí porque urge fechar este parêntese) tem lá a sua editoria de “política”, de “Brasil” ou “nacional”,

assim como tem a sua editoria de “cultura” ou “artes e espetáculos”, a de “internacional”, a de “cidades”, que também pode se chamar “local”, “metrópole” ou, ainda, “São Paulo” ou “Rio”, a de “ciências”, a de “polícia”. Nomes de editorias não faltam – o difícil é entender sua ontologia e os princípios de vizinhança e contiguidade que as tornam próximas ou distantes.

Não é só. Como se fossem famílias, as editorias têm seus agregados. A de “ciências”, por exemplo, costuma agregar a de “saúde”, embora não obrigatoriamente, mas quando a “pauta” de saúde tem o ministro como seu maior protagonista, aí pode ser que ela migre para a editoria de política. No tempo da ditadura militar, podia acontecer de as greves serem abduzidas pela editoria de “polícia”, não tendo vez nem em “nacional” nem em “cidades”. Coisas de enciclopédia chinesa.

Critérios bem pouco metodológicos

Não diga que os motivos dessas abduções discricionárias são – lá vem a palavra – “ideológicos”. Ideológico tudo é, bem o sabemos (ou *não* sabemos, pois a ideologia é menos rasteira quando se aproveita do que não sabemos e, mesmo assim, fazemos como se soubéssemos). Fora isso, fora o fato de que ideológico tudo é, as transmigrações de pautas, de profissionais e de máquinas de cafezinho de uma editoria para outra seguem critérios bem pouco metodológicos e muito mais prosaicos, imediatistas e inconsequentes. É bom lembrar que Carl Bernstein, um dos dois repórteres do *Washington Post* que lideraram a apuração do escândalo de Watergate – a cobertura de maior visibilidade e de maior impacto em toda a história, se não da imprensa, ao menos das editorias de “política” –, era da editoria de “local” e não da editoria de “política”. Ele foi escalado para fazer dupla com Bob Woodward, o outro repórter, porque tinha fama de perspicaz e também porque aquela pauta tinha começado como um crime comum, bem típico de “local” (ou “cidades”). Você se lembra bem: numa madrugada de junho de 1972, um bando

invadiu a sede do Partido Democrata em Washington, no edifício que atendia pelo nome de, isso mesmo, Watergate. O escândalo que derrubaria Nixon entrou em cena com a aparência de um assalto (e era; mas os ladrões naquela noite roubavam direitos e liberdades, em lugar de bens materiais). Entrou na pauta como se fosse assunto de “cidades”.

É isso mesmo. Em se tratando de editorias e de seus conteúdos, tudo é muito mais anárquico do que supôs Karl Marx quando descobriu o que chamou de “anarquia da produção”. Se você tentar ordenar o sistema das editorias num sistema dotado de alguma racionalidade, vai logo chegar à conclusão de que esse negócio de imprensa não poderia ter dado certo nunca. A imprensa é um guarda-roupa sem dono, uma grande valise em constante desarrumação, uma mesa em que se aglomeram livros velhos. Tudo é meio bagunçado. Se há algum traço do mundo exterior que as redações refletem com fidelidade, esse traço é a bagunça perpétua das coisas do mundo em atrito constante com as outras coisas do mundo. Êmulo da modernidade inacabada, uma redação é sempre um projeto que foi abandonado antes que sua construção tivesse sido concluída. Alguém já disse que dirigir um jornal é travar uma batalha diária contra o caos e, diariamente, perder. Não errou.

Editoria “sociedade”: criatividade

O caos está permanentemente presente no ordenamento precário das editorias. Pense no horóscopo. Onde encaixá-lo? Todo jornal publica uma seção de astrologia. Se não *todo* jornal, *quase* todo jornal. O *Economist* não, ao menos aparentemente, mas bem que consulta os astros quando se mete a prever o futuro do ministro da Fazenda no Brasil. O mais engraçado é que, aí, os astros mentem para o *Economist*. Voltando às publicações mais normais, todas elas publicam previsões astrológicas abundantemente. Com suas auroras boreais sentimentais, físgam as mentes desamparadas dos leitores em crise amorosa, ou seja, físgam os corações de todos os

leitores e mais alguns. E então? Onde são publicadas as colunas horoscópicas?

Todos sabemos que o horóscopo nem jornalismo é. Por dois e apenas dois motivos: (1) aos astros não se pede a opinião contrária e (2) o astrólogo não cultiva o ceticismo (que é o mantra sagrado do ofício, a crença fundamentalista da profissão, aqui sem nenhuma ironia). Conta-se de muitos jornalistas que já tiveram de escrever a seção de horóscopo quando o astrólogo deu de adoecer, mas isso não os transforma em astrólogos (embora existam episódios que apontem o contrário), e muito menos transforma o astrólogo em jornalista. Tudo bem. O que conta é que, mesmo sem ser jornalismo, a seção de horóscopo é adorada pelos jornais – e pelos leitores de jornais. Quanto a onde colocá-la, ora, dá-se um jeito.

Não mais das vezes, vai ser acomodada nos cadernos de “cultura” ou de “artes”, nos “roteiros de lazer”, nas “variedades”. Vai para o “e mais”. Não poderia figurar no “principal”, nunca. Quando o *Estadão* estava às voltas com a criação do que mais tarde viria a ser o “Caderno 2”, lá se vão quase 30 anos, havia a ideia de batizá-lo com o nome de “Etc.”. Isso nos ajuda a entender o que pensam os jornalistas quando precisam encontrar lugar para empacotar alguma coisa que eles julgam de difícil classificação – alguma coisa assim, tipo o horóscopo.

Há os assuntos próprios do que se imagina ser o “núcleo duro” da imprensa. Outras temáticas não podem faltar, por certo, mas não são “núcleo duro”. O *Globo* nomeou o caderno de cultura com o título de “Segundo Caderno”, mais ou menos como no velho *Jornal do Brasil*, em que o nome era “Caderno B”. Cinema, teatro, restaurante, passeio, livros, balada, televisão, sabe como é, isso tudo vem depois. Primeiro a obrigação, depois a diversão, diria a professora do Jardim da Infância.

Por aí podemos perceber claramente: na taxonomia da imprensa, há dois planos que se separam como os dois andares de um caseirão. A diferença de nível implica uma diferença hierárquica, valorativa. No plano mais “nobre”, ou no

pavimento dominante (na “Casa Grande”, se você quiser), fixam-se os temas igualmente “nobres”, como “economia”, “política”, “relações internacionais”. Ali entram os senhores de grava-ta e as senhoras de *tailleur*. No plano de baixo, que pode ser até o porão, vai o que é “B”, o que pertence ao “segundo caderno” ou ao “caderno 2”, o que classificariamos tranquilamente como “etc.”, ou, ainda, como “o resto” (outro bom nome que ainda não foi cogitado para um futuro site de assuntos “culturais”). Bingo: por mais que não seja coisa alguma, o horóscopo é pelo menos “cultura”, vão achar um lugar para ele bem ali, perto da lista de bares e restaurantes.

Essas coisas todas dizem respeito à vida privada, à vida afetiva, à vida íntima de cada um. É bem verdade que o jornalista de perfil mais clássico – ou simplesmente mais afetado – olha para isso com uma ponta de desdém. Não vê relevância em horóscopo, gastronomia, e, vejamos, “relacionamento a dois”. Se tiver que tomar uma decisão a respeito, sua tendência é despachar o material para o vagão de trás. Mas, seria incorreto imaginar que o desprezo com que as estrelas da profissão tratam o que eles mesmos chamam de “B” é generalizado na imprensa. Não é.

Vamos olhar com mais atenção para a tal editoria de “sociedade”. Muitos críticos observam que a imprensa tem negligenciado a editoria “sociedade”, justamente aquela encarregada dos temas que acontecem longe do Estado, que têm lugar na órbita do que é privado (não em sentido econômico, mas sociológico). Ainda que tenham razão num caso ou noutro, esses críticos erram quando generalizam a má vontade dos jornalistas com aquilo que despacham para o vagão de trás. Não que a imprensa esteja preparadíssima para identificar as novidades que se insinuam nos botecos, nos quartos de hotel, nas igrejas que crescem e se multiplicam loucamente, nas *penthouses*, nas prateleiras de consumo da tal “nova Classe C”, ou mesmo nas ruas. Ela não está nem um pouco preparada. Mas, em muitas redações, a editoria “sociedade” esbanja criatividade, com boas antenas e farta produção. Muitos são os ve-

ículos que adotam essa retranca. *O Globo* é um deles. *O El País* usa a mesma designação. *A Folha de S.Paulo* prefere “cotidiano”, mas a substância coincide. De um jeito ou de outro, todos abrem espaço para a tal “sociedade”. Isso sem falar em cadernos e suplementos, nos diários, que se fartam desse tipo de pauta.

Isso quer dizer que só estão atentas para esses assuntos as redações que investem em editorias de nome “sociedade” ou “cotidiano” ou algo por aí? De modo algum. Para dar conta das “coisas que estão no mundo”, nesse “mundo, vasto mundo” ou no mundo que Habermas chamaria de “mundo da vida” – que não é a esfera pública, mas é vizinho dela, meio de fundos –, a imprensa não precisa ter editorias chamadas “sociedade”, “coisas do mundo”, “vasto mundo”, “Raimundo” ou “mundo da vida”.

Jornalismo pós-industrial

Em lugar da desbotada retranca “sociedade”, algumas publicações referem “comportamento”. Não melhora nada. Para dizer a verdade, piora um pouco. Tudo o que o humano faz ou deixa de fazer cabe dentro de “comportamento”. Claro que também é assim com “sociedade”, já que todos os “personagens” e “fontes” de todas as reportagens vivem dentro de alguma “sociedade”. Quer dizer: tudo, ou virtualmente tudo o que pode ser assunto de jornalistas, tem lugar em alguma “sociedade”, o que nos leva à desalentadora conclusão de que temos aí uma editoria que serve para absolutamente tudo, que abarca tudo e que, consequentemente, não se diferencia em nada. Mas, com a palavra “comportamento”, temos o mesmíssimo efeito, num grau ainda mais patético.

Sob a retranca “comportamento” os órgãos de imprensa que gostam dela costumam falar de “casamento gay”, de “mulheres que traem o marido” (mas só aceitam aparecer na reportagem se forem identificadas com um nome falso), de “adolescentes que cabulam a aula de matemática para fumar maconha na esquina da escola”, de

um sujeito que resolveu ir à Patagônia de bicicleta ou de uma senhora mística que deu a conversar com jabuticabeiras. Mas, pense bem, que pauta jornalística não procura reportar o “comportamento” de um, dois ou mesmo vários seres humanos? O ministro que jura não se preocupar com o índice de inflação batendo a cabeça no teto da meta também daria uma bela pauta de “comportamento”. Se não por nada, ao menos porque o público tem o direito de saber as razões pelas quais o ministro se “comporta” desse jeito. Portanto, em “comportamento” cabe tudo, assim como em “sociedade” cabe tudo. De sorte que estamos de volta ao início. Andamos, andamos, andamos e caímos exatamente no mesmo lugar.

Ou quase. Já sabemos que na maioria dos órgãos de imprensa existem editoriais de “comportamento”, “sociedade”, “cotidiano”, “vida e...”. Mesmo assim, perdura a sensação de que a imprensa – ou a “mídia”, como se diz – não tem um olhar afiado para as mudanças nesse plano viscoso e indefinível que Trotsky chamaria de “questões do modo de vida”. Por que será?

Em parte, essa sensação deriva de um déficit de inovação de linguagem e de hábitos nos ritos do fazer jornalístico. A criatividade da imprensa vai perdendo terreno para as novas maneiras de falar que se veem nas ruas (elas de novo). A linguagem jornalística ficou vagarosa, envelheceu rapidamente. Ser jornalista parece condição de gente velha. Jornalista parece um ofício em extinção, sem lugar no futuro. Em suma, a sensação de que o jornalismo é um jeito de falar, um discurso, um estilo que vai ficando *démodé* e logo estará fossilizado. Sendo anacrônico, não poderia ser contemporâneo. Jamais. Mas, essa ordem de sensações não se sustenta quando confrontada com a infinidade de novas investidas do que se conveniou denominar “jornalismo pós-industrial”, que vai do “Mídia Ninja” ao “Pro Publica”, além de uma infinidade de sites jornalísticos como “El Puercoespín”, “Cíper” e “Pública”, sem falar nas múltiplas reinvenções de sites como o do próprio “The New York Times”. Por isso, não dedicaremos mais espaço a essa crítica neste artigo.

A sensação de um jornalismo que ficou caído no acostamento da história brota de uma visão um tanto estereotipada do homem de imprensa, aquele tipo com um cigarro atrás da orelha, como num filme italiano ou num filme “B” de Hollywood. Esse personagem já não existe mais, embora a sua figura seja sólida no imaginário de uma certa crítica de mídia. O jornalista que deixava a esposa dormindo com a filharada enquanto mergulhava na boemia depois do fechamento e que era chapa do delegado só sobrevive nas peças de Nelson Rodrigues. Esse aí, claro, não poderia vislumbrar por antecipação o aparecimento do movimento ecológico, as teorias nascentes do poliamor, a falência da indústria fonográfica e a dissolução das fronteiras nacionais. Mas, a imprensa que temos hoje já o ultrapassou há décadas.

Defasagem real

Também por aqui podemos entrever que, muitas vezes, não é ela, imprensa, quem age de modo regressivo diante das surpresas que a vida lhe prega. O que acontece, aí, sim, é que uma fatia considerável dos praticantes do “mídia criticism” (praticantes que, curiosamente mal, se sabem jornalistas) vê o jornalista profissional de um modo bastante preconceituoso. Mas, deixemos isso pra lá. Isso também.

O ponto que conta é que existe, sim, uma defasagem entre a capacidade (limitada) que as redações têm de se renovar e o ciclo hiperveloz de mudanças que se operam na sociedade. Aqui, sim, trata-se de uma defasagem real. Uma das consequências desse descompasso é que se agrava a distância temporal entre os paradigmas conceituais com que os jornalistas operam para ler e entender as coisas do mundo e as manifestações novas que desafiam o formato dos paradigmas reinantes. É como se aos jornalistas faltassem olhos (ou conceitos) para ver e entender o desconhecido. Isso nos leva de volta ao problema das editoriais e do nome das editoriais, mas agora num outro nível de abordagem.

Vamos lá. Se não dá nome a algo, e um nome suficientemente aberto e inovador, uma redação não tem como detectar o que seria o objeto desse nome. Se não sabe o que é orçamento público, será difícil uma pessoa mediana entender o que é corrupção. Se não sabe que o mecanismo pelo qual uma casa bancária, ao conceder crédito, funciona como emissora de moeda, uma pessoa mediana terá obstáculos para entender o que é inflação. Se não sabe dar nome a um fenômeno, uma redação será incapaz de cobrir esse mesmo fenômeno. Num pequeno livro chamado *Sobre a Televisão* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 26), Pierre Bourdieu diz que “nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência”. Nada mais exato. Nada mais urgente para o jornalismo contemporâneo. Para “fazer ver” é preciso antes “nomear”. Sim: reportar depende do ato de nomear. Nomeando as coisas do passado e só, não há como cobrir as coisas do presente.

Repensar o sistema de editorias

Lembremos, quanto a isso, que “*ver*” não é meramente descobrir, mas *reconhecer*. *Ver* é *reconhecer* na paisagem visível a manifestação material do conceito do qual já desconfiávamos em pensamento. Se isso não vale para tudo neste mundo, vale, com certeza, e tragicamente, para o jornalismo. Uma redação que não se define, para si mesma, como um organismo pensante, que não investe na sua vocação intelectual, não se prepara para ver de longe o que ainda não existe de perto. E, sem isso, não consegue deixar de ser surpreendida (de calças curtas) pelas novidades.

Aí é que entram as editorias e seus nomes. A editoria, quando bem nomeada, prepara a redação para ver o que as lentes das velhas editorias, cujos nomes são meros vícios decantados pela prática irrefletida, não mostravam. Dito isto, tomemos um pouquinho de fôlego, mas não muito.

Não é tão difícil constatar que há, sim, um estranhamento da imprensa diante do que não é conhecido. A nós, cabe estranhar ruidosamente o estranhamento. Admitindo a premissa de que o

jornalismo existe para descobrir o que não é conhecido e para desvelar segredos, para noticiar e alardear o que vinha de ter estado oculto, temos o dever de perguntar: como e por que ele se reserva o direito de estranhar o que não é conhecido?

Agora, finalmente, podemos encarar a indagação acerca da imprensa diante do tal “mal-estar na sociedade”. A imprensa tem olhos para ver essas coisas? Se não os tem, e, talvez, na maior parte das redações, não os tenha mesmo, é o caso de pensar em reconfigurar a velha caixa de ferramentas do marceneiro, que é a caixa de ferramentas do jornalista (em sentido figurado, por favor). Cláudio Abramo costumava dizer que a ética do jornalista se aproxima da ética do marceneiro: a ética do jornalista não teria nada de especial, seria a ética de todo cidadão de bem, sem tirar nem pôr. O achado de Cláudio Abramo acabou ficando como um ensinamento clássico, mas podemos entendê-lo mais como metáfora do que como um juízo de precisão. O fato é que a ética do jornalista conta, sim, com prerrogativas muito especiais, como a garantia do sigilo da fonte. Mas, numa perspectiva mais ampla, o jornalista se vale do saber produzido pela humanidade não como um filósofo originalíssimo, mas como um marceneiro comum, que lança mão de algumas ferramentas (intelectuais) em seu fazer mais ou menos artesanal. É nessa perspectiva que podemos dizer que o desafio atual da imprensa consiste em refazer a caixa de ferramentas do jornalista, o que implica repensar de cabo a rabo o sistema das editorias dos jornais, das rádios, dos sites, da TV, das revistas. Se a imprensa quer mudar o que vê, deve mudar antes as lentes que emprega (há uns poucos instrumentos óticos na caixa de ferramentas do nosso marceneiro).

Fora isso, fujamos das generalizações. Não é verdade que a imprensa tenha fechado os olhos (lá vamos nós, de novo, às comparações escópicas) para as vertiginosas transformações da vida privada, e isso desde o século XIX, pelo menos. Ao contrário, a imprensa – bem como a totalidade dos meios de comunicação – falou abundantemente, ou mesmo histericamente, sobre as mu-

danças dos padrões de comportamento (eita, pa-lavrinha), notadamente ao longo do século XX. Talvez tenha feito isso de forma um tanto reativa, quase nunca de modo indutivo ou provocativo, mas que falou, falou. Não por acaso, um dos queixumes prediletos que adoram disparar contra as revistas semanais no Brasil é que elas dão espaço demasiado para tratamentos alternativos, receitas para emagrecer, ídolos da televisão e curas espirituais e espaço de menos para suborno, propina, balança comercial e crédito de carbono.

Intimidades inundaram o mundo

Um dos maiores sucessos editoriais na indústria de revistas, primeiro no mercado americano e depois no mercado mundial, foi o renascimento da *Cosmopolitan* como uma publicação para as mulheres que queriam independência profissional e sexual. Quem gosta muito de lembrar essa história é o editor e professor Thomaz Souto Corrêa. Em 1962, Helen Brown, que tinha sido secretária e gostava de repetir que uma garota organizada vai longe, procurou o presidente da Hearst com uma ideia na cabeça. Ela tinha escrito um livro, *O Sexo e a mulher solteira*, que logo virou um best-seller. Como recebia cartas e mais cartas de suas leitoras, com perguntas e mais perguntas, Helen achava que tinha em mãos um bom material não para um novo livro, mas para uma nova revista. A Hearst apostou na ideia e deu a Helen Brown a missão de transformar uma revista velha, decadente, que fora fundada em 1835, na forma de um magazine literário, numa nova revista feminina. Era a *Cosmopolitan*. Nas mãos de sua nova editora, a velha publicação de poucos leitores masculinos se tornaria uma febre nos Estados Unidos, ensinando suas leitoras a, digamos, subir na carreira e “enlouquecer um homem na cama”. No Brasil, a *Cosmo* foi lançada com o título de *Nova*, que impulsionou com furor o discurso sobre intimidades na “imprensa feminina”. A *Cosmo* e a *Nova* não inventaram nem anteciparam a revolução da pílula anticoncepcional e da emancipação da mulher,

mas pegaram uma carona nessa onda – e até hoje surfam em cima dela.

Não se pode dizer que esse deslizar incerto, ora titubeante, ora vertiginoso, dos parâmetros de conduta íntima tenham escapado inteiramente ao jornalismo. A *Playboy* fez a fortuna de seu inventor, Hugh Hefner, mesclando garotas nuas e textos de alguns dos maiores autores do “new journalism”. No Brasil de hoje, a *Trip* deu um passo além nessa fórmula e gerou um filão inteiro de novas publicações e de novas práticas jornalísticas.

Os exemplos eclodem aos milhões. Se olharmos à nossa volta, na internet, na TV a cabo, nos impressos, até mesmo nos impressos, o que mais vamos ver são discursos em torno de temas bem pouco ortodoxos, que vão de colecionadores de automóveis antigos a infinitos compêndios on-line de prazeres de alcova, passando pelo surfe (cujos praticantes têm, sim, um vocabulário de mais de sete palavras) e pelo verdadeiro dilúvio de canais neopentecostais e também pelos títulos especializados em filosofias orientais das mais diversas. Em tempo: não nos esqueçamos dos programas especializados em pesca de água doce e dos blogs de moda. Em qualquer site noticioso, hoje, mesmo nos mais sóbrios, encontramos notícias sobre aulas de yoga nas quais os alunos ficam inteiramente nus e sobre garotas que trajam apenas calcinha e uma camiseta com o símbolo de um time de futebol.

O que houve não é bem que a imprensa não tenha aberto seus olhos às “novidades” comportamentais. O que houve foi justamente o contrário: as intimidades inundaram tudo, inclusive o território do jornalismo; as “evasões de privacidade” tomaram conta das comunicações. O grande irmão, que a todos deveria vigiar, revelou-se agora um ser difuso, anônimo e voyeurista, um sujeito insaciável em seu apetite por mais enquadramentos de urologista. No Facebook (que não é bem imprensa, bem sabemos, mas é mídia), os amigos da gente se deixam fotografar sem camisa. E ainda sorriem! Francamente, passeata do orgulho gay é fichinha, assim como a sua irmã gêmea, a Marcha com Jesus, é refresco. Christo-

pher Lasch tinha seus bons motivos para reclamar da “cultura do narcisismo”.

Hugh Hefner nunca escondeu que inventou a *Playboy* pensando no leitor que tinha fantasias com a ideia de ver a vizinha em pelo. Hoje, padecemos de terror ao constatar que a vizinha e o marido não são capazes de se apresentar bem vestidos nunca, nem aos domingos. Num tempo em que os assuntos de interesse público se deixam regular por predileções inconfessáveis de natureza privada (o *rating* de audiência na televisão é o mecanismo pelo qual essa nova máxima se processa), aquela imprensa conduzida por homens que envelheciam precocemente atravessando noites sem dormir e tendo que decifrar os enigmas políticos por meias palavras de suas fontes sobrevive como uma reserva ecológica necessária e vital. Ainda bem que dispomos dela por aí, nem que seja só para reclamar dela.

Mal-estar da imprensa

É provável, enfim, que o mal-estar da sociedade também se manifeste na forma de um mal-estar da imprensa. Dizem muitos que o jornalismo está em crise. Irreversível. Pode ser. Ao mesmo tempo, nunca, mas nunca mesmo, textos de jornalistas foram tão lidos como agora. A crise é da indústria jornalística, que não sabe mais como fazer dinheiro; não é do relato jornalístico, que aumenta dia a dia o seu público leitor (que não paga nada, desgraçadamente).

Fora isso, não deveríamos nos preocupar tanto. O discurso jornalístico é, por definição, um discurso da crise – entendida aqui como o deslizamento acelerado de todos os pressupostos. É um discurso da crise, sobre a crise e em crise. Desde que existe. O que traz até alguns efeitos

colaterais benéficos: o mal-estar da imprensa funciona como um pretexto de bem-estar para a democracia. E agora chega.

Para terminar, listemos as 18 categorias inescapáveis em que se encaixam todos os “conteúdos” (essa palavra da moda) disponíveis na imprensa em crise e em mal-estar:

- a) Assuntos referentes a políticos atuando no Brasil;
- b) Pessoas que se comportam de maneira esquisita segundo o diretor de redação;
- c) Horóscopo;
- d) Restaurantes cujos chefs aparecem na Coluna Social;
- e) Coluna Social;
- f) Sociedade que não é anônima;
- g) “Internacional”, vale dizer, assuntos noticiados nas editorias de “nacional” em jornais internacionais compondo um conjunto do qual virão a fazer parte os *foreign affairs* de Nova York;
- h) Futebol e resenhas literárias;
- i) Xadrez, tiro ao alvo e demais esportes;
- j) Etc., claro;
- k) Reportagens para abrir o caderno de classificados de tal forma que ele fique menos com cara de caderno de classificados;
- l) Ecos em defesa da liberdade de imprensa;
- m) Entrevistas com pessoas que falam o que eu acho;
- n) Aleatoriedades e afins;
- o) Ciência, saúde, tecnologia e saiba mais;
- p) Native Ads e Publieditoriais em on (incluindo em off);
- q) Fulano preferiu não comentar;
- r) Matérias que serão inevitavelmente derrubadas (que quase foi o caso desta aqui).

O Mal-Estar entre Nós

.....
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Há um certo mal-estar no Brasil. Não estamos felizes com o que está acontecendo – a economia cresce pouco e há uma insatisfação no ar – e não vemos perspectivas de que esse quadro mude no médio prazo, independentemente de quem governe o país. Nós, brasileiros, e, mais especificamente, nós, elites econômicas, políticas e intelectuais, não estamos vendo um futuro brilhante para o Brasil. Eu me pergunto qual a natureza desse mal-estar. Não estamos atravessando um período que possa ser chamado de crise econômica ou de crise política. Não há nada ameaçador à nossa frente nem no plano político, nem no plano econômico. E, no entanto, além dessa sensação subjetiva e indefinida de mal-estar, houve um fato objetivo: as grandes manifestações populares de junho de 2013, que foram uma demonstração concreta de que algo não está bem. Poderemos explicar o mal-estar entre nós explicando aquelas manifestações? Talvez, mas eu estou

convencido que muitas das análises que li dessas manifestações exageraram sua importância. Afinal, depois de junho sucederam-se muitas manifestações, mas pequenas, localizadas, que buscavam, sem êxito, aproveitar o êxito das manifestações desencadeadas pelo Movimento do Passe Livre.

Um projeto de desenvolvimento econômico

No artigo de maio (“O mal-estar em torno de nós”, Folha de S. Paulo), eu associei o problema ao fato de que, hoje, parece esgotado o terceiro grande ciclo da relação Estado-sociedade – o Ciclo Democracia e Justiça Social. Em livro que será publicado em breve, *A Construção Política do Brasil*, dividi a história do Brasil independente em três grandes ciclos: o Ciclo Estado e Integração Territorial, que correspondeu ao Império; o Ciclo Nação e Desenvolvimento, que foi dominante entre 1930 e 1977, e o Ciclo Democracia e Justiça Social, desde 1977, ficando a Primeira República como uma fase de transição. O terceiro ciclo alcançou um momento de “auge” durante o governo Lula, quando mais de 40 milhões de brasileiros atravessaram a linha da pobreza e uma grande classe C – a classe dos “batalhadores” de que nos fala Jessé Souza (2010) com tanta propriedade – ascendeu ao consumo de massa. Mas, dada a baixa taxa de crescimento e a desindustrialização acelerada, está claro

.....
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde pesquisa e ensina teoria econômica e teoria política desde 1959. Foi ministro da Fazenda (1987) e ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-98). É doutor honoris causa pela Universidade de Buenos Aires. É autor, entre outros livros, de *Construindo o Estado Republicano* (FGV, 2004), *Macroeconomia da Estagnação* (Editora 34, 2007) e *Globalization and Competition* (Cambridge, 2010). Suas pesquisas atualmente concentram-se sobre o novo desenvolvimentismo, o Estado e a macroeconomia desenvolvimentista.

que é preciso repensar o projeto de desenvolvimento brasileiro e a coalizão de classes necessária para levá-lo adiante.¹

O Ciclo Estado e Integração Territorial foi o período em que o Estado brasileiro foi construído, a partir do Estado patrimonialista português; foi o período no qual se constituiu formalmente o estado-nação Brasil, e a integração territorial do país foi assegurada. Não foi pouca realização para uma sociedade cuja colonização, conforme ensinou classicamente Caio Prado Jr. (1945), foi de exploração mercantil, baseada no latifúndio e na escravidão. Mas, nesse ciclo não se construiu uma nação; éramos um país ou estado-nação com Estado mas sem nação; as elites brasileiras continuavam nesse período dependentes do sistema imperial moderno que foi comandado, no século XIX, pelos principais países da Europa e, um pouco mais tarde, pelos Estados Unidos, a partir do momento em que a revolução industrial em cada um desses países os tornava muito mais poderosos tanto econômica quanto militarmente. Formava-se, então, o “Ocidente”, que reduzia à condição de colônia os países da Ásia e da África, enquanto submetia à dependência cultural e financeira os países latino-americanos que, no início do século, haviam se tornado independentes de Portugal e Espanha.

O Ciclo Nação e Desenvolvimento foi o momento do nacional-desenvolvimentismo de Vargas, um grande projeto de desenvolvimento econômico no qual o Brasil realizou a mudança crucial que cada povo deve fazer para realmente se desenvolver: a formação de seu estado-nação e a revolução industrial, as duas transformações que fecham a revolução capitalista. Nesse período, cuja figura dominante foi Getúlio Vargas, a prioridade coube ao crescimento econômico. O Brasil industrializou-se, cresceu a taxas extraordinárias, a divisão do trabalho se aprofundou,

¹ Só então, depois de haverem feito os países sua revolução industrial, esses países haviam adquirido poder suficiente para dominar a Ásia e a África. Já a colonização das Américas pôde ser feita desde o século XVI, porque seus povos indígenas eram relativamente menos organizados e, por isso, mais vulneráveis.

novas classes sociais se afirmaram, os padrões de vida aumentaram. Mas, como geralmente acontece nos períodos de revolução industrial, nos 50 anos, de crescimento acelerado desse ciclo, entre 1930 e 1980, a desigualdade cresceu. E cresceu também o endividamento externo, dada a crença equivocada de que é possível crescer com poupança externa e câmbio apreciado (duas variáveis interdependentes), o que levou o país, nos anos 1980, a uma brutal crise financeira – a crise da dívida externa – e à estagnação econômica.

Um projeto de distribuição

A crise financeira iniciada em 1980 e a alta inflação inercial que dela decorreu desmoralizaram a gestão militar da economia e abriram espaço para a transição democrática. Esta começou em 1977, quando, diante de um conjunto de medidas violentamente autoritárias, o Pacote de Abril, a burguesia inicia o rompimento de sua aliança com a tecnoburocracia militar formada no início dos anos 1960, devido à Revolução Cubana de 1959 e à radicalização política da esquerda e da direita que então se verificou.

Formou-se, então, um grande pacto político democrático e popular que associou desenvolvimentistas e liberais e comandou a transição democrática. Ao mesmo tempo, iniciava-se um novo ciclo da relação Estado-sociedade no Brasil: o Ciclo Democracia e Justiça Social, que, pressupondo que o desenvolvimento econômico continuaria, estabeleceu como prioridade a diminuição da desigualdade. Nesse pacto, acordou-se que, além de se estabelecer a democracia, a enorme desigualdade existente no país deveria ser reduzida, mas de forma conservadora: não através do estabelecimento de impostos progressivos, mas do aumento da despesa social do Estado. Começava, então, a se formar um projeto nacional de distribuição.

Ao assumir o poder, em 1985, o governo Sarney, preso à contradição entre desenvolvimento econômico e distribuição, foi vítima do

populismo econômico que reinava na sociedade brasileira e não logrou resolver a crise financeira nem controlar a inflação. Assim, com o fracasso do Plano Cruzado, a crise, além de econômica, tornou-se política, o governo perdeu legitimidade e a economia ficou à deriva. Entre 1987 e 1989, o país viveu um vazio de poder e, nos dois primeiros meses de 1990, a hiperinflação.² A derrota de todos os líderes da transição democrática e a eleição de um arrivista nas eleições de 1989 assinalaram o fracasso da coalizão política democrática e desenvolvimentista liderada por Ulysses Guimarães.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, o liberalismo econômico voltou ao poder e, no governo seguinte, pareceu se consolidar graças ao Plano Real, que neutralizou a alta inflação inercial que assolava o país desde 1980. Não obstante o liberalismo econômico do governo Fernando Henrique Cardoso, o compromisso com o aumento das despesas sociais foi mantido, ao mesmo tempo em que o governo iniciava a reforma gerencial do aparelho do Estado brasileiro, que foi instrumental para a consolidação da maior conquista social da nova democracia brasileira: o SUS. O Brasil passava a contar com um sistema universal de saúde, algo que não é previsível em um país com o baixo nível de nossa renda per capita. Por outro lado, o governo resistiu à pressão americana para que participasse da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, o que mostrava que a nação brasileira continuava a existir, não obstante a imensa pressão da globalização neoliberal de convencer os países em desenvolvimento que o tempo das nações fora superado. O Ciclo Democracia e Justiça Social, iniciado em 1985 e definido pela Constituição de 1988, ganhava força.

Esse ciclo alcançou seu auge no governo Lula, que estabeleceu como sua prioridade a redução das desigualdades. Esse governo tomou decisões importantes nessa área, principalmen-

te o forte aumento do salário mínimo real e a grande ampliação do Bolsa Família, ao mesmo tempo em que continuavam a aumentar as despesas sociais e se formava no Brasil, de forma precoce, um Estado do bem-estar social. A consequência de todo esse processo foi uma significativa redução da desigualdade, para a qual também contribuiu um fenômeno estrutural: o esgotamento da “oferta ilimitada de trabalho”, que ocorreu nos anos 2000, em consequência da vertical queda da natalidade duas décadas antes, tendo como principal resultado um forte aumento do trabalho formal, que, afinal, superou amplamente o trabalho informal.

O desenvolvimento econômico não é retomado

O Brasil está crescendo a taxas muito baixas desde 1980. Entre 1931 e 1980 a taxa de crescimento da renda per capita foi de 4,0% ao ano. Já entre 1994 e 2013, essa mesma taxa foi de apenas 1,8%. No período que excluí, os anos 1980, houve estagnação da renda per capita causada pela grande crise financeira e a alta inflação inercial. Superadas essas duas causas, a partir de 1994, surgiram duas outras – a taxa de juros muito alta e a taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo – que foram e continuam sendo responsáveis pelo baixo crescimento desde então. No período liberal de FHC, um câmbio altamente apreciado desde o Plano Real impediu que o desenvolvimento econômico fosse retomado. No período desenvolvimentista de Lula e Dilma, seria de se esperar melhor resultado, mas, dada a grande apreciação cambial que aconteceu nos oito primeiros anos, o desenvolvimento econômico continuou algo distante, parecendo cada vez mais inatingível. Apesar de o desenvolvimento econômico ter deixado de ser prioritário durante o governo Lula, seus resultados foram relativamente bons, e muitos economistas festejaram “a retomada do desenvolvimento”. Mas, estavam enganados. Durante oito anos, a taxa de câmbio, que se depreciara devido às duas crises

.....
2 Estou adotando o conceito convencional de hiperinflação segundo o qual há hiperinflação quando a inflação do mês é superior a 50%.

financeiras durante o governo anterior, voltou a apreciar-se de forma brutal. A preços de hoje, de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, a taxa de câmbio apreciou-se de R\$ 5,00 por dólar para R\$ 1,90 por dólar! O crescimento maior do PIB, no final desse governo, deveu-se ao aumento dos preços das commodities exportadas e ao mercado interno criado pela redução da desigualdade e pelo aumento do crédito ao consumidor. Mas, o mercado interno foi logo capturado pelos importadores; não imediatamente, porque os importadores de bens manufaturados precisam de cerca de três anos para organizarem suas importações, mas, passados os três anos, já no governo Dilma, os importadores inundaram o país com seus bens mais baratos, e a desindustrialização ganhou ainda mais força.

Ao chegar ao poder, a nova presidente tentou romper a armadilha do juro alto e do câmbio apreciado e logrou baixar os juros e depreciar o real em cerca de 20%. Mas, essa depreciação foi insuficiente – levou a taxa de câmbio a cerca de R\$ 2,40 por dólar, não obstante a taxa de câmbio competitiva, compatível com o equilíbrio industrial, girando em torno de R\$ 3,00 por dólar – e, portanto, não logrou estimular as empresas a investirem mais. A taxa de câmbio, que estava estruturalmente apreciada desde que a abertura comercial, em 1990-1991, terminou com o “modelo Delfim Neto” de neutralização da doença holandesa (combinação de altas tarifas de importação com subsídio à exportação de manufaturados), passou a permanecer apreciada no longo prazo em cerca de 25%. Somando-se a essa causa estrutural duas outras políticas econômicas que apreciavam a taxa de câmbio (a política de crescimento com poupança externa e a política de usar a taxa de câmbio para controlar a inflação), compreenderemos por que a depreciação lograda no início do governo Dilma não foi suficiente para devolver competitividade às empresas industriais brasileiras competentes. Dada a apreciação cambial, essas empresas continuaram desconectadas de seu mercado interno e externo. A depreciação de 20% não foi suficiente para levar as empresas a

investir, mas bastou para aumentar a inflação, e assim, ainda que esse aumento fosse temporário, ele e a baixa taxa de crescimento enfraqueceram o governo politicamente e o obrigaram a recuar, rendendo-se às pressões do mercado financeiro e de seus economistas.

Está claro para mim que o Ciclo Democracia e Justiça Social se esgotou; que não é possível continuar a basear a economia brasileira nos juros altos e, principalmente, no câmbio apreciado no longo prazo, que aumenta os rendimentos de todos e o consumo, ao mesmo tempo em que desestimula os investimentos. E estou seguro de que essa é uma das fontes do mal-estar brasileiro atual. Durante mais de 30 anos, a diminuição da desigualdade foi um projeto e uma realização, foi uma coisa lograda de forma concreta, mas não se imaginava que o desenvolvimento econômico que a acompanharia fosse tão baixo. Não se supunha que a preferência pelo consumo imediato, que caracterizou todo esse período, levasse os governos a se engajarem no populismo cambial (incorrer em déficits em conta-corrente irresponsáveis) e os impedisse de agir sobre o câmbio, neutralizando a doença holandesa, que causa uma sobreapreciação crônica ou de longo prazo da moeda nacional, e, depois, por meio de uma política cambial ativa, mantivesse essa taxa flutuando em torno do equilíbrio competitivo ou industrial, que garante competitividade para as empresas industriais brasileiras que ainda temos (que estão desaparecendo) e para todas as empresas que potencialmente poderíamos ter no futuro, mas que não teremos enquanto a taxa de câmbio continuar fortemente sobreapreciada no longo prazo.

Uma classe C vencedora

Mas, não é apenas a quase estagnação econômica e a falta de qualquer projeto para superá-la que explica o mal-estar das elites brasileiras. É também a ascensão da classe C ao consumo de massas, enquanto essa elite – não os muito ricos, mas sua grande classe média tradicional – não via sua renda aumentar. Produziu-

-se, assim, primeiro, o “efeito túnel”, definido por Albert O. Hirschman (1973). Enquanto, em um túnel, todos os automóveis andam lentamente, seus motoristas se aborrecem, mas não se sentem injustiçados. Se, entretanto, uma das vias do túnel passar a se mover, enquanto sua via fica parada, o motorista se torna indignado. É o que aconteceu no Brasil na relação entre a classe média tradicional e a classe C, com a ressalva que a outra via que avançava não era uma via “igual”, mas vista como inferior.

De repente, a classe média tradicional viu seus espaços invadidos pela classe C: os shopping centers, os aeroportos e mesmo os aviões internacionais. Ora, ainda que essa classe se acredite democrática e tolerante, está longe de sê-lo. O vício do desrespeito às classes inferiores está profundamente arraigado na sociedade brasileira. Conforme observou Claudio Gonçalves Couto (2014) de forma aguda, a ascensão social pelo consumo da classe C teve “efeito desorganizador na ordem tradicional da sociedade brasileira, tão calcada sobre a desigualdade”. Antes, as classes abastadas – a “gente bonita” – tinham acesso a determinados lugares. A chegada a eles de “gente diferenciada” gerou desordem e ressentimento; “os de cima (sobretudo dos não tão de cima) perderam a sua distinção baseada no consumo”.

Mas, não estariam os de baixo, a nova classe C, também vivendo seu próprio mal-estar? Couto acredita que sim. E Marta Arretche (2014), em excelente artigo publicado nesta revista, tem também uma interpretação que pode ser vista nessa direção. A partir de extensa pesquisa ela mostrou que as condições econômicas e sociais melhoraram muito no Brasil; que desde a transição democrática de 1985 a educação e a saúde apresentaram ganhos substanciais; que a qualidade da educação melhorou, e – fato a meu ver notável, “ainda que exista uma associação entre condições básicas de saúde e pobreza, a política de saúde no Brasil logrou reduzir a valores bem baixos a intensidade dessa associação” (p.19). Em outras palavras, os pobres deixaram de ter atenção de saúde muitíssimo pior do que os ricos – algo in-

justo por definição. Diante desses fatos, a pesquisadora concluiu que “as manifestações a que assistimos são parcialmente explicadas pela expressiva ampliação do número absoluto de indivíduos mais escolarizados, mais exigentes e com mais recursos para participar politicamente” (p.22).

Creio que Arretche tenha razão quanto ao problema das expectativas sempre crescentes e que essa é uma fonte de insatisfação. Ou melhor, essa é uma fonte de demandas também crescentes, mas daí a autora, corretamente, não deduz que a classe C sinta mal-estar. Pelo contrário, ela se sente vencedora. Isto ficou muito claro nos resultados da ampla pesquisa realizada com 2 mil moradores de 63 favelas em dez regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Pará, Ceará, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul) pelo sociólogo Renato Meirelles e o ativista Celso Athayde, criador da Central Única das Favelas, que foi relatada no livro *Um País Chamado Favela* (2014). Conforme assinalou Ivan Marsiglia (2014), que os entrevistou, “a imagem que fica é a de empreendedores dinâmicos e otimistas, que reconhecem os benefícios advindos da estabilização econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e da universalização dos programas sociais e expansão da renda sob Luiz Inácio Lula da Silva, mas atribuem a nova condição social, sobretudo, ao próprio esforço”. Nas palavras de Meirelles, “a favela acredita que sua vida melhorou, antes de tudo, por mérito próprio, pelo trabalho de seus moradores. Encontramos nas favelas um brasileiro feliz, trabalhador, que chama para si a responsabilidade sobre a própria vida. E um cidadão cada vez mais exigente com os serviços públicos. Ele não quer dentadura, quer internet de banda larga. Não quer cesta básica, mas acesso à faculdade.” Ou então, nas palavras de Athayde: “Hoje, a gente sente que as favelas são mais valorizadas do que há dez anos. Se alguns ainda as veem como ameaça e as tratam com desconfiança, outros já as reconhecem pela rica diversidade cultural e social que apresentam”.

Não há, portanto, mal-estar entre os pobres. A

classe C, ou a favela, sente-se vencedora, porque melhorou sua condição de vida e porque se viu com capacidade de tomar decisões, administrar seu próprio futuro e ter alguma influência na política. A eleição presidencial de 1994 foi vencida com facilidade pelo PSDB, porque Fernando Henrique Cardoso havia nesse ano conduzido com êxito o Plano Real, que beneficiou enormemente os pobres; bem mais do que os ricos. Já nas duas últimas eleições presidenciais (2006 e 2010), não foi por acaso que o voto, pela primeira vez na história do país, foi um voto de classe. Como todas as pesquisas eleitorais mostraram, nessas duas eleições, os ricos votavam no candidato do PSDB, e os pobres, no candidato do PT. Nos três casos, o voto mostrou que essa classe C não ascendeu apenas ao consumo, ascendeu também à cidadania; que é formada de cidadãos conscientes dos seus interesses. Já na eleição presidencial de 1998, não houve a mesma clareza por parte dos eleitores, porque o pouco êxito do governo tornara a política confusa – tão confusa quanto está hoje, quando nos aproximamos de novas eleições presidenciais em um quadro de forte indefinição.

Os rentistas e os empresários

Os insatisfeitos, hoje, no Brasil são as classes médias tradicionais e a classe alta, ou, em outros termos, são os capitalistas rentistas, entre os quais a maioria é de classe média, os financistas que administram a riqueza dos primeiros e – o que é preocupante – os empresários ou capitalistas produtivos. A insatisfação de rentistas e financistas era previsível. O governo do PT, nestes últimos 12 anos, principalmente durante o período Dilma, adotou uma posição claramente contrária a seus interesses. Tentou baixar os juros e depreciar o real – algo que não interessa a esse amplo setor das sociedades capitalistas identificado com o conservadorismo e o neoliberalismo. A insatisfação da classe média tradicional está associada a seu moralismo do tipo “jeunesse dorée”, que Guerreiro Ramos (1955) descreveu em um artigo clássico da sociologia política brasileira.

Mas, os empresários também estão insatisfeitos e com boas razões: o crescimento do país foi pequeno e o mercado interno, que cresceu satisfatoriamente, foi capturado pelas importações. Assim, sem boas expectativas de lucro e com os juros novamente elevados, as empresas não investiram, a não ser para se manterem a par do desenvolvimento tecnológico. O que resultou no círculo vicioso do baixo crescimento implicando expectativas de lucro baixa, que resulta em baixo investimento e crescimento que continua baixo. Em consequência, não obstante os esforços tanto do presidente Lula como da presidente Dilma para atrair para uma coalizão de classes desenvolvimentista, que associasse empresários industriais, trabalhadores, a classe média mais intelectualizada e a burocracia pública, Lula e Dilma não foram bem-sucedidos. Foi com base em coalizões desse tipo que o Brasil, no passado, logrou formular estratégias nacionais de desenvolvimento e experimentou altas taxas de crescimento. Mas, a relação entre uma coalizão desenvolvimentista e o crescimento acelerado é dialética; é uma relação causal que ocorre nas duas direções. Para que haja desenvolvimento acelerado é necessário que haja uma coalizão de classes desenvolvimentista, mas, para que esta se forme, é necessário que o país cresça. Ora, não foi isto o que aconteceu. Os governos do PT não conseguiram reverter a armadilha macroeconômica do juro alto e do câmbio apreciado, e o país continuou a crescer a taxas muito baixas, insuficientes para que lograsse o alcance ou o *catching up*.

Um clima de ódio

Sinto hoje que existe no Brasil e, mais acentuadamente, em São Paulo, em sua elite econômica, mais do que um mal-estar. Para muitos dos seus membros, o mal-estar transformou-se em ódio voltado à presidente Dilma e ao PT. De repente, nos últimos 12 meses, eu me dei conta de forma muito clara da existência dessa paixão entre quase todas as pessoas dessa elite econômica com as quais tenho relações. Eu sei que esta é

uma impressão pessoal; não tenho nem pretendo ter comprovação empírica do que estou afirmando. Mas, existe pelo menos uma evidência: as vaias e os xingamentos de que foi vítima a presidente nos jogos da Copa do Mundo. Quem tinha dinheiro para estar nos jogos da Copa não era pobre. Na primeira das vaias, em São Paulo, os xingamentos começaram no setor no qual os bilhetes de entrada eram os mais caros. Só um ódio muito grande pode explicar um comportamento como esse. Estão certos aqueles que criticaram os que vaiavam chamando-os de “pouco civilizados”, de “desrespeitosos”, mas só é possível compreender essa falta de civilidade e de respeito se a entendermos como associadas ao ódio.

Já apresentei algumas razões para o mal-estar, mas não tenho explicação racional para o ódio, talvez porque esse tipo de emoção seja irracional. Não há como relacioná-lo com as manifestações de junho de 2013. Elas foram a manifestação do quanto a sociedade brasileira está insatisfeita com seus políticos e com os serviços públicos, mas não foi um movimento violento e ressentido; foi, antes, um movimento alegre e otimista de cidadãos que pensam que o Brasil pode continuar a melhorar – sim, continuar, porque hoje ele é bem melhor do que no passado. Apenas uma minoria rejeitada pelos demais usou da violência. Não é possível explicá-lo com os maus resultados econômicos ou com o argumento do efeito túnel ou com o aumento das aspirações. Apenas no efeito túnel há um elemento ressentido, mas aqueles que estão ficando um pouco “para trás” são os mais ricos. Houve o mensalão, que, a partir de um crime real, se transformou em espetáculo de mídia e em julgamento emocional. E há o conservadorismo de nossas elites, que, depois de 12 anos de governo de centro-esquerda, nem sempre bem-sucedido, acentuou-se de forma notável.

Além de irracional, o ódio coletivo é perigoso. Poderia ameaçar nossa democracia, não fosse ela consolidada. Há também quem o explique com a forma de ser da presidente. Dilma Rousseff tem posições firmes e não faz tantos compromissos ou concessões mútuas como aquelas que se

esperam dos políticos, mas é ponderada e sabe fazer acordos. Ela tem uma personalidade autoritária, mas é uma democrata e é corajosa. Ela é desenvolvimentista e social-democrática e não esconde suas posições políticas. Ela cometeu erros em sua presidência – alguns graves –, mas qual o presidente que não os comete? Mas, mesmo a soma dessas explicações não oferece uma resposta satisfatória para o problema do ódio.

Crescimento com distribuição

Mas, deixemos de lado o ódio, que talvez não combine com a natureza dos brasileiros. Não porque não sejamos violentos – o número de homicídios a cada ano não deixa dúvida a respeito –, mas porque não temos verdades definitivas, o que nos torna tolerantes. Neste momento há um mal-estar no seio das nossas elites, o que é um sinal de que a sociedade está doente. Uma sociedade será tanto mais sadia, quanto mais coesa ela for. Quando, não obstante os conflitos inevitáveis, há uma solidariedade nacional básica unindo todos. Sabemos, porém, que quanto mais desigual for uma sociedade, menos coesa será ela. Por isso deveríamos nos alegrar com a grande diminuição da desigualdade política e a modesta diminuição da igualdade econômica que a democracia nos proporcionou até agora. Mas, não estamos alegres, principalmente porque o Brasil é, hoje, um país vazio de projetos.

A partir dos anos 1930, formou-se um grande projeto de desenvolvimento nacional – um projeto nacionalista de industrialização ou de desenvolvimento econômico – que foi bem-sucedido, e ajudou a sociedade brasileira a se unir. No final dos anos 1970, quando o projeto de desenvolvimento econômico já se esgotara, surgiu um segundo grande projeto – o projeto social de construção da democracia e diminuição das desigualdades – que foi bem-sucedido em democratizar o país e registrou avanços no plano da desigualdade econômica. Hoje, não há projeto algum a ser compartilhado pelos brasileiros. A sociedade brasileira só está unida em relação à sua prefe-

rência pelo consumo imediato. No mais, está dividida, não porque os mais pobres estejam insatisfeitos e envolvidos na luta de classes, mas porque os mais ricos não veem diante de si perspectivas de desenvolvimento econômico e porque entendem que a diminuição da desigualdade já foi muito longe – o que é absurdo.

Depois que o problema da alta inflação inercial foi resolvido em 1994, nossas elites supuseram que a retomada do desenvolvimento estava assegurada, dividindo-se, apenas, entre os que preferiam o liberalismo econômico e os que preferiam o desenvolvimentismo como estratégia para alcançá-lo. O liberalismo econômico teve sua oportunidade e não tardou a fracassar. O desenvolvimentismo o sucedeu e também fracassou. O fracasso do liberalismo econômico não foi surpresa para mim, porque o liberalismo econômico só é bom para promover um ajuste macroeconômico; depois cede ao populismo cambial expresso em elevados déficits em conta-corrente, leva a crises financeiras, a baixo crescimento e ao aumento da desigualdade. O desenvolvimentismo, por sua vez, é o caminho do desenvolvimento econômico e, se for social, é o caminho da progressiva diminuição das desigualdades, mas para isto é preciso que seja competente, e não se deixe levar pelas duas tentações de sempre: o populis-

mo cambial e o populismo fiscal.

Já está mais do que na hora de o Brasil entrar em um quarto ciclo de relação Estado-sociedade, que proceda uma síntese entre o Ciclo Nação e Desenvolvimento e o Ciclo Democracia e Justiça Social. Que este seja um ciclo que combine o crescimento perdido com a distribuição incompleta. O Brasil precisa de um novo contrato social, de uma estratégia nacional de desenvolvimento humano. Mas, mergulhada em uma armadilha de longo prazo de juros altos e câmbio apreciado, nossa economia cresce muito lentamente – a uma taxa que não abre novas perspectivas nem para as elites, que se amesquinham, nem para o povo, que logo se frustrará. O Brasil precisa hoje, dramaticamente, de uma nova onda de desenvolvimento, precisa de um projeto nacional de crescimento com distribuição, mas não chegará a ele enquanto sua população e seus políticos estiverem presos à preferência pelo consumo imediato e seus economistas não compreenderem que a neutralização da doença holandesa é uma condição necessária para que o Brasil pare de se desindustrializar e volte a crescer. Taxas de crescimento em torno de 2% ao ano são incompatíveis com o acordo nacional de desenvolvimento com uma distribuição que está à nossa frente e envolve alguma redução do consumo no curto prazo, mas que ninguém parece querer ver.

Referências

- Arretche, Marta** (2014) “Déficit de representações ou falta de consensos mínimos: o que paralisa as políticas?”, *Interesse Nacional* 27 (6) julho 2014: 15-23.
- Couto, Claudio Gonçalves** (2014) “Desordem e progresso”, *Valor Econômico*, 18 de fevereiro de 2014.
- Hirschman, Albert O.** (1973) “The changing tolerance for income inequality in the course of economic development” (apêndice matemático por Michael Rothschild), *The Quarterly Journal of Economics*, 87 (4): 544-566. Prado Jr., Caio (1945 [1956]) *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense. Primeira impressão, 1945.
- Souza, Jessé** (2010) *Os Batalhadores Brasileiros*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ivan Marsiglia** entrevista Renato Meirelles e Celso Athayde (2014) “A refavela”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de agosto de 2014.
- Renato Meirelles e Celso Athayde** (2014) *Um País Chamado Favela*. São Paulo: Editora Gente.

A Cegueira do Debate Brasileiro sobre as Classes Sociais

JESSÉ SOUZA

O objetivo deste texto é refletir acerca das assim chamadas “classes populares” no Brasil contemporâneo. Para isso usarei como mote polêmico tanto a discussão pública acerca da assim chamada “nova classe média” quanto também as assim chamadas “jornadas de junho” de 2013. Minha tese é que o tema da produção e reprodução das classes sociais no Brasil – que poderia estruturar uma concepção verdadeiramente crítica sobre o Brasil contemporâneo – é dominado por uma leitura “economicista” e redutora da realidade social. Vamos examinar, na primeira parte deste texto, a obra recente de dois dos mais festejados e reconhecidos economistas brasileiros, os professores Marcio Pochmann¹ e Marcelo Néri², para tentar comprovar nossa hipótese. O ponto talvez mais relevante de toda a pesquisa do professor Poch-

mann para a nossa finalidade, aqui, é a tese de que todo o movimento positivo da pirâmide social brasileira, na primeira década do século XXI, na verdade, envolveu postos de trabalho que se encontram na base da pirâmide social. Nesta, os movimentos mais importantes indicam a criação de quase duas milhões de ocupações abertas anualmente, em média, para os trabalhadores com remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo e de 616 mil postos de trabalho anuais, em média, para a parcela de ocupados pertencentes à faixa de rendimento entre 1,5 e 3 salários mínimos³. Na maior parte de seu estudo, Pochmann se dedica a mostrar, em detalhe, o universo ocupacional precisamente desses trabalhadores.

O trabalho de Néri, assim como o de Pochmann, é também o trabalho de um virtuoso no uso de dados estatísticos. A miríade de dados dos órgãos censitários e de pesquisa do governo são tornados compreensíveis e agrupados de modo a estabelecer relações estatísticas importantes. Afora uma diferença de “tom” não existe qualquer diferença substancial entre a análise estatística de Pochmann e a análise de Néri em seu mais recente trabalho que usaremos para fins de contraposição. Ambos, inclusive, louvam os mesmos aspectos principais deste fenômeno re-

JESSÉ SOUZA é professor titular de Ciência Política da UFF (Universidade Federal Fluminense) e co-coordenador geral do centro de pesquisas *Habitus e Inovação*. Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1981), mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1986), doutorado em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha (1991), pós-doutorado em Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research de Nova York, EUA, (1994-1995) e livre docência em Sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha (2006). Escreveu como autor e organizador 23 livros e mais de 100 artigos e capítulos de livros em diversas línguas, sobre teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo.

1 Pochmann, Marcio, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Boitempo, 2012.

2 Néri, Marcelo, *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, Saraiva, 2012.

3 Ibid, pág. 19.

cente que são, para os dois, a expansão do emprego formal com carteira assinada⁴, o potencial de mobilidade ascendente acompanhado de inclusão no mercado de bens e consumo⁵ e a diminuição da abissal desigualdade brasileira⁶. Até os fatores causais dessa mudança são percebidos por ambos do mesmo modo, na medida em que os ganhos de salário real e o aumento real do salário mínimo, por um lado, e o sucesso do Bolsa Família e do microcrédito, por outro lado, são compreendidos como elementos decisivos.

Como a fonte dos dados para os dois é muito semelhante, muito da aparente diferença pode ser esclarecida pelo fato de Pochmann analisar o ganho individual, enquanto a família e seus rendimentos agregados são a unidade básica da análise estatística de Néri⁷. Afora isso, as análises de ambos possuem os mesmos pontos fortes e fracos: excelente tratamento estatístico dos dados, por um lado, e carência de qualquer força explicativa mais profunda do fenômeno analisado, por outro. A única diferença efetivamente observável é que Pochmann enfatiza o fato de que estamos falando da base, da classe trabalhadora, do “setor de baixo” da população brasileira, enquanto Néri enfatiza o caráter “mediano” e ascendente deste mesmo grupo. Ainda que o modo como denominamos os fenômenos sociais seja importante, já que a forma como eles são interpretados socialmente depende disso, não basta, no entanto, “denominar” os fenômenos sociais para compreendê-los.

Efetivamente, a construção do conceito de uma “nova classe média” por Marcelo Néri carece de qualquer reflexão aprofundada. Néri simplesmente toma o “rendimento médio” como indicador daquilo que ele chama de classe C ou “nova classe média”. Em seguida – imaginando, com isso, contornar todas as dificuldades desta noção –, diz que

.....
4 Pochmann, *ibid.*, pág. 38 e Néri, *ibid.*, pág. 183.

.....
5 Pochmann, *ibid.*, pág. 46 e Néri, *ibid.*, pág. 85.

.....
6 Pochmann, *ibid.*, pág. 31 e Néri, *ibid.*, pág. 59.

.....
7 Pochmann, *ibid.*, pág. 19 em diante, e Néri, *ibid.*, pág. 81

não está falando de “classe social”, supostamente para tranquilizar os “sociólogos”, mas sim de “classes econômicas”⁸. O conceito de “classe econômica” é absurdo de fio a pavio, já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe – o que eu suponho seja efetivamente o caso, ainda que o autor não tenha a coragem de admitir⁹ –, ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a “faixas de renda” e não a “classes”. Néri usa o termo “classe”, posto que, desse modo, possibilita dar a impressão que “entrega” o produto, ou seja, no caso, que sua reflexão ajuda a compreender e a prever o “comportamento prático” das pessoas, que é o que importa saber. Como “faixas de renda” não possuem essa pretensão, ele acaba cedendo ao absurdo de se pleitear “classes econômicas”, ou seja, fazendo de conta que a simples determinação das faixas de renda esclarece o comportamento prático dos indivíduos.

Economicismo da distribuição e da produção

O problema é que, apesar de sua intenção explícita, a análise de Pochmann não é fundamentalmente diferente da de Néri. Ao contrário, para além das diferenças superficiais já apontadas, Pochmann compartilha todos os fundamentos essenciais da análise de Néri. Pochmann acrescenta, em relação a Néri, um estudo mais detalhado das “ocupações” que ganharam dinamismo no último momento econômico e confere menos ênfase aos dados de consumo. Assim, poderíamos dizer, utilizando as subdivisões consagradas por Karl Marx acerca da esfera econômica, que Néri pratica um “economicismo” da “distribuição”, enquanto Pochmann pratica um “economicismo” da “produção”. Mas, o principal, o “economicismo”, ou seja, a crença

.....
8 Néri, *ibid.*, pág. 17.

.....
9 Como as recorrentes menções de Néri ao “bolso como parte mais sensível do corpo humano” deixam entrever. Néri, *ibid.*, pág. 17.

explícita ou implícita, de que a variável econômica por si só esclarece toda a realidade social está presente nos dois autores e contamina todas as suas hipóteses e conclusões.

Assim, ainda que eu concorde com as críticas de Pochmann, dirigidas provavelmente ao próprio Néri na introdução do seu livro, não acho que Pochmann acrescente qualquer ponto explicativo decisivo em relação a Néri que possa pô-lo no outro polo do debate brasileiro acerca dessas questões fundamentais. Citemos o próprio Pochmann literalmente:

“Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social.”¹⁰

Assim como para Pochmann, meu interesse maior é precisamente estimular com “meios do esclarecimento científico” a “politização classista” das transformações sociais no Brasil recente. O que não acredito é que o trabalho de Pochmann – malgrado as preciosas “informações” que o tratamento sério e qualificado dos dados estatístico proporciona – tenha efetivamente contribuído de qualquer forma substancial para este desiderato. Afinal, não é simplesmente apresentando os dados – ainda que muito bem agrupados e esclarecidos – da estrutura ocupacional que se conhece e se compreende qualquer coisa relevante acerca da dinâmica das lutas de classe do Brasil contemporâneo.

Capital cultural

A onde reside a “cegueira de toda forma de economicismo”? Para mim, reside no fato de não perceber que o capital econômico não é única determinação importante da vida social. Ao contrário, sem, por exemplo, a percepção dos

capitais cultural e social, o próprio capital econômico se torna incompreensível. A faceta mais importante do “capital cultural” é o fato de ele ser uma “incorporação”, literalmente, “tornar-se corpo”, de toda uma forma de se comportar e de agir no mundo, a qual é “compreendida” por todos de modo inarticulado e não refletido. O “avanço científico”, aqui, é a superação da oposição entre corpo e espírito, na qual o corpo é pensado como “matéria sem vida” e sem “espírito”, em favor de uma concepção pela qual o corpo é compreendido como um “emissor de sinais” e como prenhe de significados sociais¹¹. É precisamente esse “avanço científico” que permite perceber o trabalho da gênese e da reprodução das classes sociais e, portanto, da produção diferencial dos seres humanos que ela constitui para além da “cegueira” da percepção unilateral e amesquinhada da determinação econômica, seja na produção seja no consumo.

Assim, uma família de “classe média”, que tem menos capital econômico que a “classe alta”, só pode assegurar a reprodução de seus privilégios – como empregos de maior prestígio e salário, seja no mercado seja no Estado – se a família possui algum capital econômico para “comprar” o “tempo livre” dos filhos, que não precisam trabalhar cedo como os filhos das classes populares, para o estudo de línguas ou de capital cultural técnico ou literário mais sofisticado. Isso mostra a importância do capital econômico mesmo para as classes que não se reproduzem majoritariamente a partir dele como as classes altas. Ao mesmo tempo, a competição social não começa na escola. Para que possamos ter tanto o “desejo” quanto a “capacidade” de absorção de conhecimento raro e sofisticado, é necessário ter tido, em casa, na socialização com os pais ou quem ocupe esse lugar, o estímulo “afetivo” – afinal, nos tornamos “seres humanos” imitando quem amamos – para, por exemplo, a “concentração” nos es-

11 Essa “virada epistemológica” nas abordagens mais sofisticadas das ciências sociais da segunda metade do século XX é, muitas vezes, chamada de “revolução Wittgensteiniana”. Ver, por exemplo, Taylor, Charles, To Follow a Rule, in: Calhoun, Craig, et alli. (orgs) Bourdieu: critical debates, Chicago, 1993.

10 Pochmann, ibid, pág. 8

tudos ou a percepção da vida como “formação contínua”, na qual o que se quer ser no “futuro” é mais importante que o que se é no “presente”.

Os filhos das classes médias, com grande probabilidade, possuem esses “estímulos” emocionais e afetivos, ou seja, possuem esse “capital cultural”, o que irá garantir a sua reprodução de classe como “classe privilegiada” em dois sentidos. Em primeiro lugar, vão chegar como “vencedores” na escola e depois no mercado de trabalho e ocupar espaços que as “classes populares” – classe trabalhadora e “ralé” – não poderão alcançar. Em segundo lugar, reproduzem também a “invisibilidade” do processo social de produção de privilégios – que se realizam na privacidade dos lares – e que podem “aparecer”, posto que sua gênese é encoberta como “mérito individual” e, portanto, como “merecimento” dos filhos das classes médias. Que o “privilégio” apareça como “merecido” é a forma especificamente capitalista e moderna de legitimação da desigualdade social. A “cegueira” do economicismo é, portanto, dupla: ela é cega em relação aos aspectos decisivos que reproduzem todos os privilégios e é cega, também, em relação à falsa justificação social de todos os privilégios.

Mas, os limites do economicismo não param aí. O economicismo é incapaz até de perceber adequadamente o próprio capital econômico. A reprodução das classes altas – que têm no capital econômico seu elemento principal na luta pelos recursos sociais escassos – também depende em boa medida de outros capitais. Por exemplo, um rico sem “capital cultural” de alguma espécie – nem que seja aquela espécie de “cultura” que significa saber o vinho da hora ou qual ilha do pacífico que se deve levar a amante – não é levado a sério por seus pares. Ao “rico bronco” estão vedadas não apenas as importantes relações entre o capital econômico e o capital cultural, o qual possibilita a “naturalidade”, a “leveza”, o “charme pessoal”, tão importantes no mundo dos negócios como em qualquer outro lugar. Mas, a ele estão vedadas também as relações com uma terceira forma importante de capital – ainda que secundária em relação aos estudados anteriormente –, que é o “capital social de relações

personais”¹². É este capital que permite aquele amálgama específico entre “interesses e afetos”, tão importantes para a gênese e a reprodução de amizades, casamentos e alianças de todo tipo no interior de uma classe na qual a reprodução dos direitos de propriedade é tão decisiva.

Para além do economicismo

Como ir além da percepção limitada e superficial do capital econômico e, com isso, produzir uma percepção verdadeiramente crítica da realidade social brasileira? Esse foi precisamente o desafio a que nos propusemos nas duas pesquisas que redundaram em dois trabalhos publicados subsequentemente: um trabalho sobre os “muito precarizados” socialmente, que chamamos provocativamente de “ralé”¹³, e o trabalho sobre os “batalhadores”¹⁴, ou seja, os também precarizados socialmente, mas com maiores recursos e possibilidade de ascensão social. Os dois estudos representam, portanto, um esforço de compreender e responder àquela questão central – a única verdadeiramente fundamental – deixada de lado pelo economicismo, seja da produção seja do consumo: *afinal, o que é que faz com que alguns ascendam e outros não?*

A meu ver, o que há de novo e inédito no estudo dos desclassificados brasileiros é, antes de tudo, a percepção de que eles formam uma “classe social específica”¹⁵, com gênese, reprodução e “futuro pro-

12 Bourdieu, Pierre, A Distinção, Zouk/Edusp, 2010 e Boike, Rehbein e Fröhlich, Gerhard, Bourdieu Handbuch: Leben, Werke, Wirkung, J.B. Metzler, 2009, págs. 134 e seguintes.

13 Souza, Jessé, et alli, A ralé brasileira: quem é e como vive, UFMG, 2009.

14 Souza, Jessé, et alli, Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora, UFMG, 2010.

15 Que não se confunda com os diversos trabalhos sobre a pobreza e os pobres. O trabalho anterior mais importante sobre uma classe de desclassificados entre nós é o clássico de Florestan Fernandes, A integração do negro na sociedade de classes, Ática, 1978. Neste brilhante clássico da sociologia brasileira, Florestan termina por confundir raça e classe social o que limita de modo decisivo o alcance de seu trabalho. Para conhecer minha crítica em detalhe, ver Souza, Jessé, A construção social da subcidadania, 2ª edição, com prefácio de Axel Honneth, UFMG, págs. 153 e seguintes.

vável” semelhante. Tanto o senso comum como a ciência dominante entre nós deixam de perceber essa classe “enquanto classe” ao fragmentá-la ao ponto de torná-la irreconhecível. Mas, é possível defini-la, seja na periferia das grandes cidades do Sudeste seja, por exemplo, no sertão do Nordeste, como a classe social reduzida a “energia muscular”, posto que não dispõe – ou não dispõe em medida significativa – das pré-condições para a “incorporação do capital cultural” indispensável no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo.

Essa classe é, portanto, “moderna” posto que formada pela incapacidade estrutural, na sua socialização familiar – sempre de classe – de dispor dos estímulos afetivos e das pré-condições psíquicas, cognitivas e emocionais que possibilitam a incorporação do “conhecimento útil” necessário à reprodução do capitalismo competitivo. Como o economicismo, arrogantemente míope, parte do indivíduo sem passado, já adulto e igual a todos e, portanto, sem classe, esta questão central sequer é percebida como relevante ainda que ela vá decidir, inclusive, que tipo de sujeito econômico será criado pelas distintas heranças de classe. O “capital cultural” é constituído por ambas as coisas: tanto as pré-condições afetivas e psíquicas para o aprendizado; quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil. No caso da “ralé”, a carência e o abandono são tamanhos que a questão principal é a da ausência – em maior ou menor medida – dos próprios pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de “produtor útil” no contexto da economia competitiva.

É isso também que faz com que essa classe não seja passível de ser confundida com o “lumpenproletariado” marxista, o famoso “exército de reserva do capital”, posto que, no capitalismo do tempo de Marx, a quantidade de “incorporação de conhecimento” necessária ao trabalhador era mínima, tanto que até crianças podiam realizar o trabalho das telagens de Manchester. Com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, no entanto, a incorporação crescente de conhecimento aos meios de produção exige também que quem opera as máquinas – por exemplo, os robôs da indústria auto-

mobilitica moderna – também seja “perpassado” por uma certa economia emocional e por conhecimento técnico. O trabalhador moderno do setor competitivo tem que ter “incorporado”, ou seja, tornado “corpo”, reflexo automático e naturalizado, tanto a disciplina e o autocontrole necessário ao “ritmo das máquinas” como o conhecimento para sua operação bem-sucedida.

Batalhadores e ralé

É esse tipo de “incorporação de capital cultural” que caracteriza as classes trabalhadoras modernas e que reencontramos nos “batalhadores” de nossa pesquisa. A “ralé”, ao contrário – ainda que as fronteiras entre as diversas classes populares na realidade concreta sejam na maioria dos casos muito fluida –, pode ser definida, para fins analíticos, como a classe “abaixo” da classe trabalhadora, posto que caracterizada, para fins analíticos, pela ausência dos pressupostos acima definidos. Isso não significa, obviamente, que esta classe também não seja explorada. Ela o é de modo, inclusive, muito mais cruel, já que é jogada nas “franjas do mercado competitivo”, condenada a exercer todos os trabalhos mais duros, humilhantes, sujos, pesados e perigosos. As classes do privilégio exploram esse exército de pessoas disponíveis a fazer de quase tudo. Desde o motoboy que entrega pizza ao lavador de carros, ao trabalhador que carrega a mudança nas costas, à prostituta pobre que vende seu corpo para sobreviver, ou ao exército de serviços domésticos que faz a comida e cuida dos filhos da classe média e alta que, assim, pode se dedicar a estudos ou trabalhos mais rentáveis. É este tempo “roubado” de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e à humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio¹⁶. “Luta de classes”

16 A tese central do livro da “ralé” é que a “luta de classes mais importante” e, ao mesmo tempo, a mais escamoteada e invisível do Brasil contemporâneo é a exploração sistemática e cotidiana dos nossos desclassificados sociais o que apenas contribui para sua reprodução no tempo. Não existe nenhum “problema real”, que seja específico do Brasil e de países em condição semelhante, que não advenha do abandono desta classe.

não é apenas a “greve sindical” ou a revolução sangrenta nas ruas que todos percebem. Ela é, antes de tudo, o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente.

Usamos o mesmo método no estudo da classe que chamamos de “batalhadores”. Aqui, a questão foi tentar perceber como é possível reverter o círculo vicioso de abuso sexual generalizado, instrumentalização dos mais fracos pelos mais fortes, baixa autoestima, baixa capacidade de concentração e autocontrole, etc., que caracteriza o cotidiano de muitas das famílias da “ralé”, e as condena a uma vida sem futuro e sem esperança. “Ascender socialmente” só é possível a quem logra incorporar as pré-condições que o capitalismo atual pressupõe para a crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como “porta de entrada” em qualquer de seus setores competitivos. A “fronteira” entre “ralé” e “batalhadores” – a qual é sempre fluida na realidade concreta – está situada precisamente na possibilidade da incorporação pelos batalhadores dos pressupostos para o aprendizado e o trabalho que faltam à “ralé”.

Dotar a vida de sentido

Mas, porque falta a uns o que é possível a outros nas fluidas fronteiras das classes populares? A resposta a essa questão exige o passo teórico que tomamos na nossa pesquisa de criticar e complementar o esquema “utilitarista” dos capitais em Bourdieu¹⁷. As pessoas também precisam dotar sua vida de “sentido”, de onde retiram tanto a autoestima quanto o reconhecimento social para o que são e o que fazem. No estudo das classes populares essa dimensão é fundamental, porque o que se retira dos dominados socialmente não são apenas os “meios materiais”. O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como “inferiores”, preguiço-

17 Ver Souza, Jessé A construção social da subcidadania, UFMG, 2 edição, 2012

sas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas, precisamente o que reencontramos em todas as nossas entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível¹⁸.

Precisamente, para percebermos adequadamente a dor e o sofrimento humanos envolvidos nesta condição, nós acrescentamos – à dimensão bourdieusiana “utilitarista” da teoria dos capitais que não se reduzem ao capital econômico – a dimensão “valorativa” do que as sociedades modernas julgam ser a “boa vida”. É a noção “prática” de “boa vida” que define o que é a “virtude” e, portanto, o que perfaz um indivíduo digno de respeito ou de desprezo. Essa dimensão é implícita e não articulada, mas todos nós nos julgamos a nós mesmos e julgamos os outros baseados nela durante as 24 horas do dia. Utilizamos a reconstrução do filósofo social canadense Charles Taylor¹⁹, que mostra, como nenhum outro, a relevância dessas categorias que se tornaram “instituições” e, portanto, “prática naturalizada” e irrefletida no mundo moderno. Para Taylor, assim como para Max Weber²⁰, julgamos socialmente uns aos outros baseados nas figuras do “produtor útil” e da “personalidade sensível”. O “efeito de distinção” produzido pela noção implícita de “personalidade sensível” foi a base do estudo mais brilhante de Bourdieu acerca das lutas de classe na França²¹.

Nos nossos estudos das classes populares brasileiras procuramos tornar operacional o conceito de “dignidade” do produtor útil. “Dignidade”, aqui, é um conceito “procedural”, e não substantivo, ou seja, ele não “é” um “valor moral

18 Essa também é uma tese clássica de Max Weber. Ver Weber, ibid, págs. 122/176.

19 Taylor, Charles, Sources of the self: the making of modern identity, Harvard, 1989.

20 As célebres figuras do “especialista sem espírito” e do “hedonista sem coração”, no final do livro sobre a ética protestante, referem-se a papéis sociais muito próximos ao desenvolvidos por Taylor. Ver, Weber, Max, Die protestantische Ethik und der Geist des kapitalismus, J.C.B. Mohr, 1948.

21 Bourdieu, Pierre, A distinção, Zouk/EDUSP, 2010.

específico”, mas um “conjunto de características psicossociais incorporadas praticamente” afetivas, emocionais e cognitivas, que fazem com que tanto a “autoestima” pessoal quanto o “reconhecimento” social sejam possíveis. É essa “seleção prática” que qualquer entrevista de emprego no mercado ou qualquer prova de concurso público procura fazer. É a mesma seleção que fazemos todos os dias acerca de quem apertamos a mão ou de quem evitamos até usar a mesma calçada. Essa dimensão é tão “encoberta” e “escamoteada” quanto a dimensão dos capitais não econômicos. Daí que a realidade social tenha que ser “reconstruída” de modo novo em pensamento para que faça sentido.

As classes populares não são apenas desposuídas dos capitais que pré-decidem a hierarquia social. Paira sobre as classes populares também o fantasma de sua incapacidade de “ser gente” e o estigma de ser “indigno”, drama presente em literalmente todas as entrevistas. As classes com essa “insegurança generalizada”, como a “ralé” e boa parte dos “batalhadores”, estão divididas internamente entre o “pobre honesto”, que aceita as regras do jogo que o excluem, e o “pobre delinquente”, o bandido, no caso do homem, e a prostituta, no caso da mulher. A maioria das famílias pobres convive com essa sombra e com essa ameaça, como a mãe da prostituta que a sustentava e que dizia à filha em uma discussão: “já fiz de tudo na vida, minha filha, mas puta eu nunca fui”²². Como o “estigma da indignidade” ameaça todos, vale qualquer coisa contra quem quer que seja para se conseguir um alívio momentâneo de tamanha violência simbólica.

Assim, as classes do privilégio não dispõem apenas dos capitais adequados para vencer na disputa social por recursos escassos. Elas possuem também a “crença em si mesmo”, produto de uma autoconfiança de classe, tão necessária para enfrentar todas as inevitáveis intempéries e fracassos eventuais da vida sem cair no alcoolis-

mo e no desespero e usufruir do “reconhecimento social” dos outros como algo tão natural como quem respira. As classes populares, ao contrário, não dispõem de nenhum dos privilégios de nascimento das classes média e alta. A socialização familiar é muitas vezes disruptiva, a escola é pior e muitas vezes consegue incutir com sucesso “insegurança” na própria capacidade²³, os exemplos bem-sucedidos na família são muito mais escassos, quando não inexistentes, quase todos necessitam trabalhar muito cedo e não dispõem de tempo para estudos, o alcoolismo, fruto do desespero com a vida, ou o abuso sexual sistemático são também “sobre-representados” nas classes populares. Os efeitos desse ponto de partida acarretam na incorporação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que está pressuposta tanto em qualquer processo de aprendizado na escola quanto em qualquer trabalho produtivo no mercado competitivo, seja parcial, incompleto ou até inexistente.

Socialização religiosa

Sem disciplina e autocontrole é impossível, por exemplo, “concentrar-se” na escola. Daí que os membros da “ralé”, que analisamos no nosso livro anterior sobre essa classe, diziam repetidamente que “fitavam” o quadro negro por horas a fio sem aprender. Essa “virtude” não é natural, como pensa o economicismo, mas um “aprendizado de classe”. Por outro lado, sem pensamento prospectivo – ou seja, a visão de que o futuro é mais importante que o presente –, não existe sequer a possibilidade de condução racional da vida pela impossibilidade de cálculo e de planejamento da vida pela prisão no “aqui e agora”.

No contexto das classes populares, nosso estudo dos batalhadores se concentrou na determinação das fronteiras que os separam da “ralé”, por um lado, e da classe média verdadeira, por outro. Observamos, por exemplo, fontes importantes de

22 Ver trabalho de Patrícia Mattos em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2009, págs. 173 e seguintes.

23 Ver Trabalho de Lorena Freitas em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2009, págs. 281 e seguintes.

“autoconfiança” individual e de solidariedade familiar baseada na socialização religiosa, temas negados por estudiosos conservadores²⁴. O tipo de religiosidade pentecostal, crescentemente importante nas classes populares brasileiras, tende a ser, nos “batalhadores”, dominado pelas denominações mais “éticas” – ao contrário da “ralé”, na qual predominam as denominações mais “mágicas” do pentecostalismo – no qual a “regulação racional da vida cotidiana” e a “crença na própria capacidade” passam a ser o valor máximo²⁵. Isso implica, nos melhores casos, a possibilidade de se conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos que, nas classes do privilégio, é dado pelo horizonte familiar em tenra idade.

Incorporação dos pressupostos emocionais

Assim, do mesmo modo que a não incorporação familiar, escolar e social dos pressupostos de qualquer aprendizado e trabalho moderno é o que produz e reproduz a ralé, os “batalhadores” representam a fração das classes populares que lograram sair deste círculo vicioso. Como as fronteiras, aqui, são muito fluidas, isso significa que não existe “classe condenada” para sempre. Com condições políticas e econômicas favoráveis, os setores que lograram incorporar, seja por socialização religiosa tardia, seja por pertencerem a famílias comparativamente mais bem estruturadas – malgrado o ponto de partida desvantajoso comum a todas as classes populares –, a incorporação das pré-condições para o desempenho do papel social do “trabalhador útil”, podem ascender socialmente.

Além da importância inegável, para classes socialmente tão frágeis, da variável religiosa, procuramos perceber a dinâmica e os efeitos da

incorporação, ainda que tardia, familiar e extra-familiar, dos pressupostos emocionais, afetivos, morais e cognitivos para a “ação econômica racional” nas classes populares. Este é o caminho oposto de toda forma de economicismo, que simplesmente “pressupõe” e, portanto, “naturaliza” o “ator econômico universal”, escondendo a “luta de classes” que implica, precisamente, uma incorporação diferencial e seletiva desses pressupostos. A maior parte do livro, inclusive, se dedica a compreender, levando em conta as desvantagens do ponto de partida das classes populares, como se aprende, na “prática”, com erros e acertos, por exemplo, a “ser um trabalhador” ou a calcular e a administrar um pequeno negócio de um trabalhador autônomo²⁶? Ou ainda, na dimensão mais política e social, tentar responder a questão acerca das bases da solidariedade familiar pressuposta nas pequenas unidades produtivas. Ou, ainda, de como o trabalhador formal, mas, precário, especialmente dos serviços e do comércio²⁷, são tornados refém de uma legitimação de um novo tipo de capitalismo que se expande precisamente para essas áreas do capitalismo moderno²⁸.

O economicismo é, portanto, cego em relação tanto à “estrutura social”, que implica a consideração de capitais que não se restringem ao econômico, como é cego em relação ao ponto verdadeiramente decisivo em relação às classes sociais: a forma “velada” e “encoberta” de como as classes sociais são produzidas e reproduzidas. Se o economicismo é incapaz de perceber a gênese e a reprodução das classes, ele é incapaz de compreender qualquer fato realmente importante em relação à dinâmica das classes sociais. Ele pode até “falar” de classes sociais, mas sua compreensão deste fenômeno tão decisivo e central difere muito

24 Ver minha crítica ao trabalho de Lamounier, Bolívar e Souza, Amaury, A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade, Campus/CNI, 2010, em Souza, Jessé et alli, ibid, 2010, págs 349 e seguintes.

25 Ver o trabalho de Arenari, Brand e Dutra, Roberto, em Souza, Jessé et alli, ibid, 2010, págs. 311 e seguintes.

26 Ver o trabalho de Fabrício Maciel em Souza, Jessé et alli, ibid, 2010, págs.173 e seguintes

27 Ver o trabalho de Ricardo Visser, em Souza, Jessé et alli, ibid, 2010, págs.61 e seguintes.

28 Ver meu capítulo inicial em Souza, Jessé et alli, ibid, 2010, págs.19 e seguintes.

pouco da forma como o senso comum (não) percebe as classes. É isso que permite que Pochmann trate apenas do mundo das ocupações e pense estar oferecendo uma análise verdadeiramente compreensiva das relações de classe no Brasil moderno. É isso que permite também Néri falar de “classes econômicas” – envolvendo apenas faixas de renda – e achar que está “interpretando” as novas relações de classe do Brasil contemporâneo.

As manifestações de junho e a cegueira política das classes

O economicismo, como narrativa social dominante, não esconde apenas as reais condições da luta de classe social e econômica entre nós. Ela impossibilita também a percepção adequada da política. Como a dinâmica das classes e de seus interesses é permanentemente silenciada e escamoteada, a “política” aparece sempre com máscaras e com outros nomes. A opacidade da percepção das relações entre as classes no Brasil, no mundo da política, pode ser muito bem demonstrada a partir da análise das manifestações de junho de 2013. A grande fraude e a grande mentira das “jornadas de junho” são a impressão de que o “vilão” está no Estado, e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho”. Os jornais estrangeiros falaram, então, cheios de esperança, da “primavera brasileira”, e a fraude se torna perfeita: reconhecida, aplaudida, admirada. Mas, na verdade, quem até agora ganhou e colheu frutos com a “primavera brasileira” foram as forças mais conservadoras do país. Como isto se explica? Como tantos se deixam enganar?

Para esclarecer este ponto central temos que analisar o que quase nunca chama a atenção de ninguém: a “sociedade” brasileira e seus conflitos de classe essenciais. É certo que, no início das manifestações em São Paulo e em outras capitais do Brasil, o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais, dominou a pauta de reivindicações. É certo também que as

manifestações se irradiaram, de modo tópico e passageiro, para favelas e para a periferia não estudantil. Nos primeiros dias, uma aliança entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária, que tratamos mais acima neste texto, foi a grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares.

No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do Ibope feitas com os manifestantes em dimensão nacional²⁹ – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda, segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento.

Quem são as classes médias e o que elas querem? Essa simples questão já muda todo o horizonte dominante das questões associadas às manifestações. As classes médias são certamente segmentadas, ou seja, elas possuem grupos com interesses e ideias distintas, mas os segmentos mais numerosos e importantes das classes médias brasileiras defendem com paixão incomum um núcleo de ideias comuns. Para que possamos compreender a singularidade da “visão de mundo” da classe média brasileira, precisamos, antes de tudo, perceber o que existe de não específico nesta classe, ou seja, o que ela compartilha com todas as outras classes médias do mundo.

As classes médias são classes do privilégio no mundo todo. Como toda classe privilegiada, a classe média tem interesse em “esconder as causas do privilégio injusto”. Ao contrário da “classe dos endinheirados” acima dela, cujo prestígio se baseia no monopólio do capital econômico, o privilégio da classe média se baseia, como vimos acima, na apropriação de capital

29 Pesquisa Ibope Setembro de 2013. Ver <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-manifestantes.html>.

cultural altamente valorizado e indispensável para a reprodução de mercado e Estado. Este tipo de capital se materializa, por exemplo, no conhecimento oferecido nos cursos universitários de prestígio, nas pós-graduações, no conhecimento de línguas estrangeiras, etc. Mais importante ainda é perceber que o capital cultural não são apenas títulos escolares, mas, antes de tudo, o aprendizado na socialização familiar desde tenra idade de certas “disposições invisíveis para o comportamento competitivo”.

Classe média se imagina como radical, no Brasil

Essas disposições são transmitidas pelos pais aos filhos como uma “herança cultural”: ensina-se aos filhos a disposição para o autocontrole, para a disciplina, para o pensamento prospectivo (que percebe o futuro como mais importante que o presente) ou ainda para a capacidade de concentração. Em seu conjunto, essas disposições serão o fundamento do sucesso escolar e, depois, no mercado de trabalho. Como essa transmissão é “invisível”, posto que “naturalizada” e realizada no interior dos lares, a classe média tende a se acreditar como a classe do “milagre do mérito individual”, conquistado pelo esforço, e não por privilégios de nascimento. A classe média é a classe da “meritocracia” por excelência, retirando dessa falácia sua “dignidade” específica.

Como dizia Max Weber, todas as classes dominantes em todo lugar e em todas as épocas não querem apenas usufruir os privilégios que são a base de sua felicidade. Elas querem também saber que “têm direito aos privilégios”. Assim, é necessário tornar invisível todos os privilégios de nascimento, que possibilitam, por exemplo, sua transformação no “milagre do mérito individual”. Isso acontece não só no Brasil, mas nos EUA, na França, na Alemanha. Garante-se a “boa consciência” do privilegiado, que passa a achar que tem “direito” a prestígio, reconhecimento e melhores salários e a culpar as vítimas, de um processo social que torna invisível a injustiça, por sua própria

miséria e sofrimento, como se fosse possível “escolher” ser humilhado e pobre.

Mas, o mais importante para nossos fins aqui é o fato de que a dominação social no Brasil se enfeita de outros atributos que não existem em outros lugares. Aqui, afinal, é o país em que a classe média “tira onda” de revolucionária, de agente da mudança e de lutadora por um “Brasil melhor”. Nenhum europeu imagina isso de suas classes médias. As conquistas sociais das democracias europeias foram fruto das lutas das classes trabalhadoras e ninguém sensato por lá duvida disso. Mas, no Brasil, uma classe privilegiada, cujo interesse primeiro é na reprodução do mundo como ele é, adora se imaginar como “radical” e agente da mudança. É isso que é necessário esclarecer e compreender, posto que é isso que nos singulariza. É isso também que pode nos mostrar como a extraordinária vitalidade das ruas pode se transformar no reforço do que há de pior e de mais conservador no Brasil. Do mesmo modo que as classes do privilégio em todo o mundo realmente “acreditam” que seus privilégios são “merecidos”, posto que advindos supostamente de seu mérito pessoal, cada sociedade constrói também um “mito nacional” dominante, que vai ajudar a explicar, a pessoas que não são especialistas no funcionamento de uma sociedade tão complexa como a moderna, de modo simplificado, em que sociedade vivemos e quais são suas virtudes e defeitos. Toda sociedade moderna produz, portanto, um “mito”, uma espécie de “conto de fadas para adultos” que distorce a realidade tanto quanto a falácia da meritocracia para justificar a dominação social.

No Brasil, esse “conto de fadas” assume a forma da oposição mercado/Estado. Sérgio Buarque foi o primeiro a inverter o diagnóstico positivo de Gilberto Freyre acerca das virtudes da cultura brasileira, ao perceber o “brasileiro” como um tipo singular, sem pertencimento de classe – como se o brasileiro do Leblon fosse o mesmo do complexo do alemão – e chamá-lo de “homem cordial”. O “homem cordial” é emotivo e prefere os amigos à lei nesta leitura. Interessante é que Buarque vai associar o “homem cordial” ao Estado, suposta-

mente patrimonial e corrupto, e principal obstáculo à modernização brasileira. Com Raymundo Faoro e o seus “donos do poder”, esta mesma perspectiva contrapõe de modo decidido o mercado como a “virtude” e berço da democracia, e o Estado como “vício”, sendo só entrave, berço da ineficiência e da corrupção. É esta perspectiva de Faoro que produziu o “conto de fadas” dominante do Brasil moderno. Não se compreende as ideias que dominam o imaginário social de uma sociedade sem compreender que elas são sempre, antes de tudo, ideias difusas no meio social que são articuladas por intelectuais. Para que essas ideias possam, então, conquistar as universidades, as escolas, os partidos, a mídia e ganhar espaço para exercer influência e se institucionalizar, têm que estar associadas a interesses poderosos. Nesse sentido, é interessante notar que a segunda edição do livro de Faoro foi editada em meio à luta contra a ditadura militar, quando o Estado era efetivamente, para todos, indistintamente, da direita liberal/conservadora à esquerda, o mal enquanto tal, o vício. E foi precisamente a partir dos anos 1970 que essa leitura da realidade se tornou “visão de mundo” institucionalizada, com influência em todos os partidos, universidades e imprensa, supostamente representando o interesse maior de todos, representando o “bem” enquanto tal.

Mercado “virtuoso”, Estado “corrupto”

Esse “conto de fadas para adultos”, como todo conto de fadas, infantiliza, distorce o mundo e nos faz de tolos se não temos mais cinco anos de idade. A simples ideia da separação entre mercado e Estado é absurda. Os dois formam, afinal, um complexo único, dependente um do outro. Não existem, por exemplo, contratos válidos no mercado – e todos os atos do mercado são contratuais – sem que o Estado forneça o aparato de justiça e de repressão para obrigar o cumprimento contratual. Por outro lado, o Estado depende da produtividade do mercado para sua receita fiscal. Esses exemplos podem ser multiplicados

por mil. Um não existe sem o outro. Antes de tudo, para tocar no tema central das manifestações, não existe corrupção sistemática no Estado sem que seja provocada por interesses de mercado. Aqui não existe “santinho”, nem “virtuoso”. Então, por que precisamente “escolher” mercado e Estado como os termos de nosso “conto de fadas”? Porque em sociedades que se percebem como formadas por indivíduos e não por classes – para melhor ocultar os conflitos e exploração de classes – os conflitos de classe, ainda assim, precisam ser articulados de algum modo, mesmo que de modo distorcido.

Nada mais natural que mercado e Estado constituam a “semântica possível” de uma luta de classes encoberta, já que, nas sociedades modernas, a proteção às classes dominadas tem sido historicamente tarefa do Estado, por exemplo, garantindo educação e saúde mesmo para os mais pobres. É de interesse dos “endinheirados”, no entanto, que todas as dimensões da vida social fiquem à mercê do interesse de lucro. Quando FHC dizia em seu governo que o Estado era ineficiente e, portanto, não deveria investir nas universidades públicas, as universidades privadas – todas muito mais eficientes que as públicas como todos sabemos – tiveram campo livre para expandir seus interesses. É para isso que serve o conto de fadas do mercado virtuoso e do Estado corrupto e ineficiente. Assim, pode-se concentrar quase 70% do PIB brasileiro em ganhos de capital, cuja parte do Leão vai para o bolso dos endinheirados, que perfazem menos de 1% da população, e apenas 30% para salários para a enorme maioria da população. Nas democracias europeias, por exemplo, essa relação é inversa. Para o punhado de “endinheirados” que controla mídia conservadora, parlamento e finanças nosso “conto de fadas” é caído do céu. Temos um capitalismo selvagem e concentrador, um debate público superficial e pobre como as histórias infantis, uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta e a raiz dos problemas brasileiros é visto em um espantalho: o Estado, supostamente só ele corrupto e ineficiente.

A classe média que foi em massas às ruas a partir do dia 19 de junho e que foi a responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, demandas típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada –, na verdade, agiu tanto como “tropa de choque” do interesse dos endinheirados, como, em parte, em interesse próprio. O tema da corrupção, lá longe em Brasília, ajuda a reproduzir também seus próprios privilégios de classe. Uma classe social, como a classe média brasileira, que explora os excluídos sociais em serviços domésticos que lhes permitem poupar tempo livre para incorporar ainda mais conhecimento e mais capital cultural para a reprodução indefinida de seus privilégios – enquanto condena os excluídos à reprodução de sua própria miséria – pode “posar” de humana, corajosa e virtuosa, ao sair às ruas para condenar sempre um “outro” que não nós mesmos. O privilégio, afinal, precisa ser justificado ou tornado invisível para se reproduzir.

Toda distorção da realidade bem-sucedida precisa criar um vínculo “afetivo” no seu público, o qual é muito mais importante que seu poder de esclarecimento. A classe média “deseja” acreditar nesse “conto de fadas”, porque ele transforma milagrosamente sua extraordinária “irresponsabilidade social” – uma classe dominante que sequer percebe as necessidades de 80% de seus compatriotas condenados a uma subvida – em “heroísmo”. Heroísmo este prontamente glorificado por uma grande imprensa que “posa” de neutra, como se fosse uma sociedade de fins públicos e não tivesse proprietários privados “endinheirados” e interessados em continuar a curtir as benesses da riqueza socialmente produzida concentrada em suas mãos.

Mas, a classe média é também vítima da “violência simbólica” que a infantiliza. Ela é heterogênea e também tem parcelas expressivas que desejariam se engajar para melhorar a sociedade brasileira e só têm – no contexto da pobreza de nosso debate público – o mesmo “conto de

fadas” repetido à exaustão e em mil variações. A abissal desigualdade brasileira não humilha e desumaniza apenas os excluídos sociais que perfazem ainda 30% da população. Não existe problema real no Brasil que não advenha de sua monumental desigualdade: (in)segurança pública, gargalo da mão de obra qualificada, escola e saúde pública de má qualidade. O que distancia o Brasil das sociedades que admiramos não é a corrupção, que é um problema real em qualquer lugar. O que nos afasta das sociedades “moralmente superiores” é que exploramos, aceitamos e tornamos fato natural e cotidiano conviver com gente sem qualquer chance real de vida digna e sem termos nenhuma culpa nisso.

O que os endinheirados controlam

Mesmo a parcela não crítica desta classe também é vítima do “conto de fadas” brasileiro que ela própria defende. Afinal, a classe média é também explorada pelos “endinheirados”, o que se reflete na sua ansiedade pelo custo de vida crescente e insegurança social. Grande parte do custo de vida brasileiro tem a ver com preços exorbitantes dos oligopólios e monopólios brasileiros que possuem taxa de lucro muito maior que em outros lugares. O mesmo acontece com uma das taxas de juro mais altas do planeta. Embora pagando seis ou sete vezes mais caro por serviços de telefonia celular que um europeu ou americano, pagando o dobro da taxa de lucro nos automóveis e serviços privados cada vez mais caros em todos os ramos da indústria e do comércio, a classe média se imagina vítima do “Estado”. A classe média se escandaliza com os escândalos cotidianos fomentados pela mídia conservadora, mas sequer percebe sua espoliação cotidiana pela camada ínfima de endinheirados de uma das sociedades modernas de capitalismo mais concentrado e desigual.

Como as relações entre as classes não são compreendidas, o caminho se torna aberto a todas as formas mascaradas de interpretação da realidade social, que permitem a transmutação

do privilégio particular em suposto interesse universal. O 1% de endinheirados não controla apenas a economia e a propriedade. Eles controlam também a imaginação dos 99% restantes ao deslocar o foco de atenção da distribuição desigual de riqueza e privilégio para o espantinho da “corrupção estatal” como causa de todos os males. A quem interessa, afinal, a estigmatização do Estado como ineficiente e corrupto – como se o nosso mercado de produtos e serviços caros de baixa qualidade fosse eficiente e virtuoso – senão àqueles menos de 1% que podem transformar áreas de atuação do Estado em terreno de apropriação privada e de lucro? Refiro-me aqui às áreas duramente conquistadas pelas classes

populares, como educação e saúde, que deveriam independender do fato de se nascer ou não em uma família privilegiada. Hoje em dia, é a classe média que paga preços exorbitantes a serviços que poderiam e deveriam ser públicos e de boa qualidade e, ainda, sai às ruas para defender, como uma boa tropa de choque imbecilizada, os interesses dos seus algozes. A cegueira brasileira acerca de suas lutas de classe não faz apenas com que não percebamos as dores e os sofrimentos das classes populares, nem os limites do combate à desigualdade com meios estritamente economicistas. Ela, antes de tudo, permite que menos de 1% da população faça de tolos todos os outros 99%.

A Culpa é Sempre dos Outros

.....

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

Não é de hoje que, no Brasil, prefere-se culpar o outro antes de voltar o olhar para si próprio. Isso quando não se joga para o passado problemas que ainda fazem parte da agenda atual. Esse tipo de atitude, que aparece nas mais diferentes situações de tensão, é particularmente frequente nos casos de racismo, quando com muita facilidade se joga para o “outro” – seja o vizinho, a história, o amigo, o familiar – a pecha do preconceito. Chamado por Florestan Fernandes, nos anos 1970¹, de “preconceito de ter preconceito”, esse tipo de comportamento retroativo já faz parte do nosso vocabulário cotidiano, que delega a outrem, males que também são nossos e de cada um. Expresso como uma forma particular de racismo, esse modelo alternativo permanece, de alguma forma, conectado à maneira local e silenciosa de lidar com o nosso passado, e, em particular, com o enraizamento do sistema escravocrata no país. Último

.....
LILIA MORITZ SCHWARCZ é professora titular no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Foi Visiting Professor em Oxford, Leiden, Brown, Columbia e Princeton e teve Bolsa Científica da Guggenheim Foundation. Fez parte do Comitê Brasileiro da Universidade de Harvard (de 2009 a 2012) e é atualmente Global Professor pela Universidade de Princeton. É autora, entre outros, de *O espetáculo das raças* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993 e New York, Farrar Strauss & Giroux, 1999), *As barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (São Paulo, Companhia das Letras, Prêmio Jabuti/ Livro do Ano e New York, Farrar Strauss & Giroux, 2004). Atualmente, dirige *História do Brasil Nação*. Mapfre/ Objetiva em seis volumes (Prêmio APCA, 2011). Em 2010, recebeu a Comenda da “Ordem Nacional do Mérito Científico”.

país a abolir a escravidão no Ocidente, no Brasil e, sobretudo, em tempos da jovem República, logo pairou um mal estar coletivo, diante da situação “herdada” dos tempos do Império. Exemplo flagrante, nesse sentido, é o caso que envolveu a seleção do nosso hino nacional.

O sistema escravocrata acabou oficialmente em maio de 1888, a partir de uma lei curta e peremptória, que não lidava com as consequências de um ato tão monumental. Dizia o texto breve da lei – “a partir de hoje não há mais escravos no Brasil” –, sem especificar como se daria a inclusão desse vasto grupo, mal preparado para competir com os imigrantes europeus e asiáticos, que vinham de contextos urbanos e estavam mais acostumados a lidar com as profissões liberais que por aqui passavam a ocupar. Último ato da monarquia, e talvez o mais popular, a medida visava, sobretudo, garantir um Terceiro Reinado nas mãos da Princesa Isabel, estratégia que, hoje bem sabemos, mostrou-se das mais enganosas. Já a medida, apesar de tardia, veio para ficar, ao menos em sua forma oficial.

Talvez por isso, a Lei Áurea tenha saído, assim, de forma breve, direta e sem prever ações que ajudariam a redimir a aberrante desproporção histórica criada no decorrer de quase cinco séculos de entrada forçada de imigrantes africanos. O Brasil recebeu 40% do total de africanos que compulsoriamente deixaram seu continente

.....
¹ Fernandes, Florestan. *O negro no mundo do branco*. São Paulo, Global, 2010.

para trabalhar nas colônias agrícolas do continente americano, sob regime de escravidão, num total de cerca de 3,8 milhões de imigrantes². Hoje, com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano, depois da Nigéria, a despeito de, com frequência, não nos darmos conta dessa realidade. Miramos sempre a imagem europeia e perdemos muitas vezes contato com o chão local.

Mas, voltemos, mais uma vez, ao contexto hoje longínquo, de finais de 1889 e inícios de 1890, quando, no país, o regime republicano se iniciava e com ele era preciso não apenas rever, como inaugurar uma série de símbolos e emblemas pátrios, que melhor definissem a nova situação política então vigente. Vale a pena destacar, ainda, que, num país agora republicano, a lei previa a igualdade jurídica, mas não primava por dar condições para que essa fosse exercida de maneira plena. Tanto é que, nesse período, teorias científicas, deterministas e raciais ganham espaço no Brasil, delimitando que a humanidade seria cindida por espécies diferentes, já que essas apresentavam condições biológicas essencialmente distintas, que implicavam, por sua vez, um acesso diferenciado à cidadania.

Pior do que as diferentes raças – em suas qualidades e defeitos — era, porém, a mestiçagem; essa sim entendida como um sinal da falência da nação. Médicos como Nina Rodrigues, da Escola de Medicina da Bahia, chegavam até a propor a vigência de dois códigos penais distintos, visando ajustar o corpo da lei às diferentes “condições mentais” das diversas populações que compunham o país.³

Aliás, a saída era “ajustar” ao mesmo tempo que “negar”. Tanto que dois meses após a Proclamação da República, já em janeiro de 1890, no

2 Vide www.slavevoyages.org.

3 Rodrigues, Nina. “Os mestiços brasileiros”. In: *Brazil Medico*. Rio de Janeiro, s.e., 1890. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Gazeta Médica da Bahia, Progresso (1ª ed. 1933), 1959. “Métissage, dégénérescence et crime”. In *Archives d'anthropologie criminelle*. Lion, 1889.

Teatro Lírico do Rio de Janeiro, é aberta uma disputa para a seleção de um novo hino nacional, fazendo jus ao novo regime que surgia alardeando bandeiras como a cidadania, a igualdade e a liberdade. O resultado final da contenda seria, no entanto, paradoxal. Sagrou-se vencedor o belo hino de Leopoldo Miguez, com letra de José Joaquim de Campos da Costa. No entanto, reza a lenda, que Deodoro, em lágrimas, teria dito um solene e sonoro: “Prefiro o velho”. Ou seja, mesmo ganhando a disputa, o hino, formado por dois reconhecidos artistas à época, foi nomeado “Hino de Proclamação da República”. É por isso que até hoje, no Brasil, vigora o regime republicano, mas o hino nacional do país permanece (mesmo que envergonhadamente) o do Império. O famoso “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas”.

Liberdade negra, igualdade branca

Mas, é hora de retornar ao nosso tema e esquecer (por um tempo) os paradoxos. A letra do hino vencedor, além de clamar pela “Liberdade”, que “abriria as asas sobre nós”, trazia uma frase no mínimo reveladora acerca dos constrangimentos reinantes nesse momento e da saída política dessa maneira vocalizada: “nós nem cremos que escravos outrora tenham havido em tão nobre país”. Ora, a escravidão mal havia acabado e já não se acreditava (ou se lembrava) que tivessem existido escravos no país? Tal regime foi vigente no Brasil desde os tempos coloniais e tomou o território na sua inteireza, naturalizando costumes, convenções e violências, mas, mesmo assim, parecia ter restado, encastelado no passado. Essa é, de fato, a famosa amnésia nacional, que se abate sobre nós em momentos de clara comoção.

Essa mania de dar um tapa na memória, em momentos estratégicos, parece ser uma marca brasileira, sobretudo quando o problema aperta e exige uma solução mais pragmática e menos retórica. Nesses casos, é melhor esquecer ou jogar a culpa em algum outro, nem que seja no passado. A monarquia terminara fazia menos de dois meses, mas a compreensão oficial era de que os

males da escravidão teriam ficado encarcerados, aliás devidamente encerrados, com o final daquele regime.

Talvez seja por isso que, nesse contexto de início do século XX e do próprio exercício do regime republicano no país, distinguiram-se, com grande facilidade, conceitos como liberdade e igualdade. Conforme mostrou o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, se a liberdade era negra, a igualdade continuava a ser branca⁴. Ou seja, enquanto a liberdade fora garantida no corpo da lei; a igualdade, era negada pela ciência determinista da época e pela realidade que prometera a inclusão, mas entregava, em grandes remessas, a exclusão social. Afinal, nesse momento, as teorias científicas raciais questionavam o jusnaturalismo da lei, “demonstrando” como não havia na prática igualdade biológica. De tal constatação decorria o reconhecimento de uma desigualdade jurídica (natural), dado que transformava a lei em mera utopia⁵.

Tema da maior relevância, ainda nos dias de hoje, essa separação heurística entre dois termos aparentados – liberdade e igualdade – ainda cala fundo na nossa realidade. Não é coincidência o fato de questionarmos, com frequência, os termos da lei e acharmos que a realidade desmente o que a justiça preconiza. Aliás, já nos anos 1930, Sérgio Buarque de Holanda denunciava o nosso “uso frouxo” das instituições e o hábito de preferirmos resolver tudo no plano pessoal, em vez de recorrer aos órgãos públicos⁶. Mais ainda, segundo o mesmo autor, temos um fascínio pelas ideias fáceis e uma dificuldade constrangedora de “nos apalparmos” e de tirarmos nossa foto três por quatro.

4 Guimarães, Antônio Sérgio. “La République de 1889 : utopie de l’homme blanc, peur de l’homme noir. Brésil(s). Sciences humaines et sociales”, v.1, p.149 - 168, 2012. “A República de 1889: utopia de branco, medo de preto”. Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar, v.2, p.17 - 36, 2011.

5 No livro *Espectáculo das raças* (São Paulo, Companhia das letras, 1998), tive oportunidade de debater essa questão com mais propriedade.

6 Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. (1936) São Paulo, Companhia das letras. 2006 (edição comemorativa).

Talvez por isso, o procedimento padrão consiste (ainda) em “naturalizar” o que, de fato, é efeito da sociedade. Diante do incremento da violência, que assola sobretudo (mas não apenas) as grandes cidades brasileiras, a saída mais fácil é botar a culpa nos atos alheios. Nada como jogar os males “no outro”, aquele que é “diferente” – esse “vizinho estranho” – e que nada tem a ver com esse “eu social”, que vive a meu redor e me cerca, criando uma “salutar” zona de conforto. Talvez por isso seja preferível conhecer a periferia através dos jornais e nomeá-la no singular, em vez de conceder a ela a mesma multiplicidade com que gostamos de nos reconhecer.

Não obstante, construir (e criticar) a “periferia” faz parte do mesmíssimo processo que eleva o “centro”, até porque sabemos que essas são linhas fronteiriças e simbólicas, que só se constituem em relação: uma em relação à outra. Ou seja, se não existir um centro, não há a periferia e é esse efeito espelhado que costumamos perder de vista.

Só nos relacionamos com o “mesmo”

Além do mais, por conta dessa estratégia premeditada e crescente de isolamento – os muros nas casas, os novos edifícios que se parecem com bunkers guardados, os shoppings com a devida proteção arquitetônica e policial para evitar “a invasão” de populares –, em vez de as cidades brasileiras representarem locais para o encontro da diferença e da convivência com a riqueza da diversidade, acabamos por nos acomodar e habitar em verdadeiras ilhas de pertencimento, onde convivem populações assemelhadas, ao menos em termos de classe, de raça, gostos e padrões de consumo. Só nos relacionamos com o “mesmo” e, ao falarmos de um local particular, não nos responsabilizamos com o que ocorre nos “outros lugares” que são, por definição e preferência, “outros”.

Na verdade, representar a periferia como um lugar cristalizado, essencial e singular em sua realidade é operação que acaba por despolitizar o

problema, uma vez que a questão escorrega do âmbito social para, mais uma vez, ser entendida como um tema da natureza; com a qual não se discute ou interfere. “Eles” seriam não só “outros”, como pretos, pobres e por isso analfabetos e mal educados. Mais uma vez, acionamos o “efeito do hino da República” e esquecemos que “outrora” é hoje mesmo, ainda mais que o que explica tal situação é menos a biologia e mais a ação dos homens.

Processos de constituição de espaços sociais fazem parte do arbítrio do social e são resultado da agência humana e de seu processo de construção de diferenças. Nessa mesma perspectiva é que se conferem direitos a alguns, em detrimento de outros. É esse o famoso estereótipo do “lá e cá”, essa sorte de teoria do senso comum que engessa diferenças e costuma ser mais influente do que muitas outras filosofias.

A cada semana morrem 50 mil pessoas no Brasil⁷, sendo a maioria das vítimas homens, negros e jovens. Entretanto, enquanto os jornais comentam (corretamente é preciso dizer) guerras que estouram em outros locais do planeta, por aqui, a violência merece pouco espaço nos jornais. Por outro lado, mortes na periferia não afetam nossa sensibilidade diuturna, enquanto delitos e acidentes nos bairros centrais são noticiados com grande comoção dos leitores. Nos bastidores dessa desproporção emocional, persistem as nossas instituições que nasceram e, teimosamente, mantêm-se frágeis: a polícia que não prende, mas atemoriza; que amedronta, mas não oferece segurança; a população prisional que continua aguardando julgamento; as cidades que se organizam a partir de estruturas desiguais; segurança vira questão da ordem do privado e mais se parece com privilégio (de poucos); e o descontrole que escapa sempre à nossa responsabilidade cidadã.

Ora, se invertermos o diálogo, segurança pode virar direito e não apenas repressão, relativizar a diferença absoluta entre territórios é bem

melhor do que congelá-los em suas particularidades, assim como valeria a pena assumir coletivamente a cartela não só de direitos, mas de deveres nossos como cidadãos.

Na verdade, diante de nossa passividade frente aos inúmeros atos do cotidiano – as batidas policiais que visam na maior parte das vezes aos pretos e jovens; as admoestações públicas que selecionam os mais pobres; os espaços coibidos dos clubes, lojas e museus; a gritante maioria branca em teatros, restaurantes, cinemas, salas de concerto – o sentimento só pode ser de uma pouco confortável cumplicidade, ou no mínimo de uma convivência se não voluntária, ao menos consentida.

Lugar social de suspeito

Mas, nada como chegar mais perto desse tipo de cena e selecionar uma das várias violências do cotidiano. É nesse sentido que gostaríamos de introduzir o conceito de “interpelação”; aliás, utilizado pelo antropólogo Didier Fassin para analisar a ação da polícia na cidade de Paris⁸. Trata-se de um pequeno mas eficiente “teatro teórico e pragmático”, que consiste em impedir ou dificultar, aos indivíduos que se submetem livremente à lei, o lugar de sujeitos. Foucault chama esse tipo de processo de “assujeitamento”⁹, quando o indivíduo, diante do temor da interpelação da polícia, assume um lugar social em que normalmente não se reconhece: o de suspeito. O fato é que, em certas situações sociais, não basta ser de fato inocente para não ser considerado culpado. Logo se aprende – a partir de um vocabulário corporal que vai sendo incorporado no convívio em sociedade – como, sob o olhar vigilante “dos outros”, constituem-se lugares sociais, mas também geracionais e raciais.

Tal teatro da polícia produz situações de vergonha, mesmo quando as vítimas não são culpa-

8 Fassin, Didier. *La force de l'ordre*. Paris, Seuil, 2011.

9 Foucault, Michel. “Le sujet e le pouvoir” In *Dit et écrits*, t. II, Paris, Gallimard, 2011.

7 Dado oferecido por Paula Miraglia em palestra Flip (2014).

das. Ou seja, diante da violência da situação pública, a humilhação se inscreve nos corpos de adolescentes negros, que não só encarnam a experiência a partir dos olhos externos da sociedade, como eles mesmos assumem a representação do lugar que lhes é reservado: “você está se transformando naquilo que é ou deve ser”.

Esse tipo de “memória incorporada”, quando antes de refletir os corpos parecem saber do que se trata, faz parte de uma realidade cotidiana e pública entre nós, um vocabulário partilhado tanto entre os que a vivem e sofrem, como no meio daqueles que a observam: a admoestação, a exigência de documentos, os corpos curvados e expostos ao olhar dos demais, as mãos na nuca, os empurrões e, enfim, a resposta muda.

Naturalizar um estado de guerra

Marcadores sociais de diferença, como raça, cor, gênero, geração, classe, região, são acionados nesses momentos exemplares e se constituem em indícios certos para a eficiente realização do espetáculo público. É quando já se sabe, mesmo antes de entender. Aqueles que sofrem a agressão logo assumem o papel que lhes é destinado. Aqueles que observam de longe como espetáculo, a “batida da polícia”, atuam como se estivessem expostos a uma cena já previamente conhecida e classificada. Tudo é naturalizado como se nada interrompesse a sanha do dia a dia. Como se fizesse parte do mesmo roteiro que nos faz levantar, ir para o trabalho, interromper para o almoço, retornar ao escritório para voltar à noite para casa.

No entanto, sabemos que longe de serem categorias naturais, tais marcadores representam construções sociais eficientes, categorias construídas empiricamente e de maneira relacional. Trata-se de um repertório de categorias ambivalentes, modelos que, na mesma medida em que traduzem hierarquias sociais, também repõem ambivalências próprias ao contexto e à manipulação dos indivíduos que se autoclassificam. Cor, idade, lugar são, pois, conceitos socioeconômi-

cos, regionais e estéticos, mas também elementos interpretativos, acusatórios; sempre diacríticos. Eles funcionam, dessa maneira, e conforme mostrou Pina Cabral para o caso de Macau, como dinâmicas relacionais, “identidades continuadas”. São marcas de relações e sinalizadores emocionais.¹⁰

É por isso que noções como as de interpelação e mesmo “pacificação” nada têm de ingênuas. Na verdade, elas sinalizam, ao mesmo tempo que naturalizam, para um verdadeiro estado de guerra. Mais ainda, é como se, sem reconhecer oficialmente, estivéssemos expostos (e sem barreiras) a uma selva com seus habitantes bárbaros e (ademais) beligerantes. O suposto é semelhante e guarda uma lógica parecida com a missão portuguesa Seiscentista, que, quatro séculos antes, pretendia justificar o uso de toda sorte de violência em nome da introdução da “boa e necessária civilização”, nessa terra, que segundo os viajantes era marcada pela “falta”. Homens sem F, sem L, sem R escrevia o viajante português Gândavo, condenando a ausência de Fé, de Lei e de Rei entre nós.¹¹ A ideia de “ausência”, de “menos”, parece ainda estar presente diante do que é, sobretudo, uma grande incompreensão diante da diferença e dos processos que são socialmente criados. É como se o passado escravocrata insistisse em reaparecer, tal qual fantasma culpado.

O suposto é que nas periferias e nas favelas não existiria “nada” – estrutura, educação, lazer –, a não ser a guerra, devidamente racializada e pronta para a chegada da ordem que garante a “normalidade”. O argumento de base apoia-se numa estigmatização de determinados marcadores sociorraciais, criando-se, em pleno século XXI, uma espécie de infracidania biológica. Violência física, mas também moral, e o ritual da

10 Pina-Cabral, João de. “O limiar dos afetos: algumas considerações sobre nomeação e constituição social de pessoas”. Campinas, Aula Inaugural de Pós-graduação em Antropologia Social da Unicamp, 2005.

11 Gandavo, Pero de Magalhães. Tratado da terra & História do Brasil. (org. Leonardo Dantas Silva). Recife, Fund. Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1995.

“intimidação” são apenas símbolos, praticados em esferas mais individuais, de práticas mais coletivas que incutem a humilhação. A ineficácia da repressão à delinquência, acompanhada da sempre improvável identificação dos autores de delitos – que leva à acusação impune e sem maiores provas –, faz parte de uma performance do poder, nada estranha ao nosso dia a dia. A liberdade do ir e vir, nesse caso não exclui sujeição; ela apenas reforça a legitimidade do Estado e a submissão que parece voluntária. Logo se aprende como se processa essa construção social, feita a partir do olhar do outro, que devolve sempre a ideia de diferença – o negro, o estrangeiro, o pobre, o maconheiro –, mas de maneira estigmatizada. Essas são pesadas marcas sociais da diferença, e uma vez que elas não são exteriores aos indivíduos, acabam por se inscreverem em seus corpos.

Prática cotidiana da intimidação

Tudo isso é verdade e também distante da verdade. Recorro, para terminar, a um exemplo que ocorreu comigo. Não faz muito tempo, vi dois meninos sendo interpelados abruptamente pela polícia, não nas avenidas movimentadas que trazem e levam a população trabalhadora que mora nas periferias. Ao contrário, estava sentada numa praça situada num elegante bairro dos Jardins, e a cena, a despeito de ir se tornando corriqueira, causou enorme incômodo. Além do mais, nesse caso, os meninos não eram negros. Eram brancos, vestiam bermudas largas e caídas na cintura – como boa parte dos adolescentes –, levavam um boné na cabeça e naquela hora encontravam-se sentados num banco. Mas, nem por isso se livraram do espetáculo do poder, da entrada na praça de três motocicletas barulhentas, pilotadas por um grupo de policiais armados, que desceram de seus veículos de maneira vistosa, abordaram os garotos diante de adultos e crianças inertes e assustados, e logo passaram a intimidá-los. Gritos, pequenos empurrões, o uso ostensivo de lanternas (em plena luz do dia) em

busca de um suposto objeto atirado na grama, a obrigatoriedade de baixar os olhos... enfim, toda uma engenharia da humilhação foi montada e bem ao lado de gangorras e balanças. Para concluir o espetáculo, três viaturas da polícia apareceram, com suas sirenes à toda, e trataram de “liberar o local”.

Tudo foi tão rápido que fiquei me perguntando sobre o real motivo de tal espetáculo. Os garotos que estavam ali parados eram, quem sabe, socialmente diferentes do resto do quarteirão. Imagino que alguém deve ter denunciado o ócio alheio, suspeitado de tamanha lassidão, ou presumido que fumavam maconha impunemente. A diferença incomoda, mas quem sabe seria melhor discutir o uso de drogas, em vez de praticar a denúncia acobertada pelo anonimato.

Fim do parágrafo. Não sou especialista nesses temas e seria leviano da minha parte julgar o que de fato lá ocorreu. Além do mais, bem sei que a escala de violência e de humilhação é ainda maior em um bairro de periferia e com garotos negros. Mas minha indignação é também outra. Em primeiro lugar, chama atenção a prática cotidiana da intimidação. Abrir as pernas, olhar para o chão, permanecer em silêncio é protocolo da polícia, mas o excesso de exibição de violência é em si significativo. De outra parte, foi triste notar como os adolescentes logo incorporaram – e que saída tinham? – o papel de réus; representação que lhes era impingida de fora. Pior: muitas vezes a experiência de vergonha e de injustiça vem acompanhada de um sentimento de culpa diante de uma situação que se repete. Naquele lugar e hora “errados”, eles bem poderiam ser “culpados”. Aí estava um jogo de corpo: aquele que confirma o que o teatro social suscita.

Diante dessas situações-limite é difícil reagir frente à precariedade da cidadania de certos grupos ou da segregação internalizada que nossos bairros mais centrais carregam, silenciosamente. É nesses momentos, quando a regra democrática é suspensa, que nos sentimos de alguma maneira desconfortáveis diante do que mais parece uma aberta demonstração de cumplicidade. Sim, pois

por mais que o ritual fosse claramente violento, a saída de todos nós que ali estávamos foi de um profundo e constrangedor silêncio, inclusive dessa que aqui escreve.

A violência do outro dói, mas dói também o reconhecimento da impotência e da aceitação desse tipo de ato, que já se transformou em “natural”. O sentimento de culpa e de impotência nos assola e levaria a uma reação caso não fôssemos pessoas acostumadas, a longa data, a esse tipo de socialização. São coisas da vida, como canta o bardo Roberto Carlos. “De que lado estamos nós?”, pergunta Howard Becker num trabalho dedicado a comportamentos desviantes¹².

Por certo, não existem respostas prontas ou cardápios fechados. Construir sociedades plurais no lugar de defender a homogeneidade; valorizar os espaços públicos em vez de gradeá-los; am-

pliar espaços de encontro das diferenças em vez de inibi-los são motivações que fazem parte de uma agenda cidadã e republicana. Não se constrói cidadania entre muros, com a disseminação de políticas de medo e abrindo mão de responsabilidades públicas.

Assumir o lugar de atores sociais é, de alguma maneira, opor-se a saídas teleológicas, que definem o futuro como um lugar sempre redentor. Os desafios estão no presente, o que implica propor alternativas, pressionar o Estado e agir coletivamente.

O antropólogo C. Geertz certa vez escreveu que “as sociedades, tal como as vidas, contêm as suas próprias interpretações”¹³. Quem sabe a nossa esteja reservada nesse local paradoxal, que mistura em doses equilibradas (e perversas) inclusão com muita exclusão social.

12 Becker, Howard. “Whose side are we on?” *Social problems*, 14 (3), 1967. Pp 239 -248.

13 Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1985.

Mal-Estar, Medo e Mortes entre Jovens das Favelas e Periferias –

Notas sobre (in) ações do poder público e da sociedade

.....

REGINA NOVAES

A vida dos jovens, nos dias de hoje, combina processos formativos, possibilidades de experimentação e sentimentos de insegurança. Novos padrões de sexualidade, entradas e saídas do sistema educacional e no mundo do trabalho produzem múltiplas trajetórias juvenis intermitentes e reversíveis.

Para compreender estas mudanças, que caracterizam a atual condição juvenil, é preciso compreender as mudanças do mundo globalizado que atingem particularmente os jovens. Por um lado, os jovens de hoje são seres digitais, cresceram em um ambiente de rápidas e grandes transformações tecnológicas. Por outro lado, em tempos de capitalismo flexível, vivem as inseguranças de um mercado de trabalho restritivo e mutante. Assim, compartilham um “medo de sobrar”, de não encontrar seu lugar na sociedade competitiva e volátil.

Tecnologias e inseguranças – em diferentes graus – fazem parte da vida de todos os 51,3 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos. Desta ótica, é possível falar em experiências geracionais comuns. Porém, ao mesmo tempo, é importante perceber diferenças, enfatizar urgências e situações de maior vulnerabilidade entre os jovens. Tais diferenças e desigualdades no interior de uma mesma geração têm levado os estudiosos a falar em juventudes, no plural.

.....
REGINA NOVAES é doutora em Antropologia pela USP, pesquisadora do CNPq e professora visitante do Programa de Educação e Políticas Públicas da UNIRIO.

Mas, as situações vivenciadas por nossas juventudes são desiguais e diferenciadas. Nas cidades, vivem 84,8% deles e 15,2% no campo (Censo de 2010, IBGE). Os jovens do meio rural têm, de maneira geral, menor acesso à educação e a outras políticas públicas. Também as disparidades regionais se refletem na renda e na escolaridade dos jovens brasileiros.

Em termos de escolaridade, apenas 13% chegam ao nível superior, 59% chegam ao ensino médio e – entre estes – 39% concluem esta etapa. O ensino fundamental (completo e incompleto) é o nível atingido por 25% dos jovens. Ainda assim, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a evolução da escolaridade média no segmento de jovens entre 15 anos e 29 anos no Brasil passou de sete anos para nove anos, entre 1999 e 2011.

Entretanto, mesmo tendo mais escolaridade que seus pais, os jovens de hoje têm mais dificuldades de conseguir um emprego e de se manter no trabalho. Entre os jovens, 53,5% estão trabalhando e 36%, estudando. A proporção daqueles que trabalham e estudam é de 22,8% (IBGE). As transformações recentes fazem com que existam jovens que se empregam em postos que exigem menos escolaridade do que eles conseguiram atingir. Assim como para outros são as “metas” de produtividade das empresas que produzem angústias e contribuem para uma constante circulação de jovens no mundo do trabalho.

A juventude brasileira espelha a sociedade brasileira. Com relação à cor, o Censo identificou a se-

guinte proporção de pretos, pardos e brancos: 7,9%, 45,9% e 44,7%, respectivamente. As dívidas históricas de nossa sociedade se revelam na juventude negra em termos de escolaridade, de condições de trabalho, de acesso a equipamentos de saúde, à cultura e, particularmente, na questão da violência.

Segundo o Mapa da Violência de 2013, os homicídios são a principal causa de morte no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Esta situação produz uma “discriminação por endereço”: ao dizer onde moram, os jovens das favelas e periferias brasileiras são estigmatizados e para eles se fecham portas de oportunidades.

Em outras palavras, a criminalização destes territórios acarreta a morte de jovens que se tornam vítimas de ações policiais de combate ao uso de drogas e ao tráfico e de disputas entre facções criminosas. Enfim, são os jovens os que mais sofrem as consequências do fracasso do atual sistema de controle de drogas e de legislação que realmente iniba a proliferação de armas de fogo.

Pesquisas mostram que uma parcela significativa dos jovens de hoje tem “medo de morrer” precocemente e de forma violenta. Evidencia-se, assim, um persistente “mal-estar social” no Brasil. Até quando o mapa da violência repetirá as mesmas correlações entre violência letal, cor, renda e território? Esta é a pergunta que motiva o presente artigo.

Mesmo sem a pretensão de apresentar conclusões definitivas, buscarei reunir informações que contribuam para a reflexão sobre ações públicas que possam interromper o ciclo vicioso das violências físicas e simbólicas que atingem jovens brasileiros.

1. Violência e direito à vida segura: atualizações na pauta das políticas públicas de juventude

A partir da segunda metade da década de 1990, o desemprego e a violência entre jovens se tornaram grandes preocupações sociais no Brasil e em distintas partes do mundo. Agên-

cias de cooperação internacional, ONGs e fundações empresariais se envolveram e passaram a trabalhar com o tema da juventude. Assim, nasceram os projetos sociais voltados para “jovens em situação de risco”.

Em boa parte, estes projetos foram levados adiante por meio de parcerias que envolviam instâncias governamentais e não governamentais. Neste âmbito, destacaram-se ações voltadas para preparação/inserção no mundo do trabalho, assim como ações de contenção e prevenção da violência.

Na mesma ocasião, multiplicaram-se os projetos culturais, os espaços institucionais estaduais e municipais de juventude (coordenadorias e secretarias); os primeiros Centros de Referência de Juventude; as primeiras Conferências Municipais, bem como os festivais na área cultural, com destaque para a valorização da cultura hip hop (rap, *break*, grafite).

Em nível federal, em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)¹, ligados à Secretaria Geral da Presidência da República. Essas iniciativas do governo federal repercutiram em estados e municípios, onde foram sendo criados espaços institucionais e conselhos de juventude.

Neste cenário, por meio da ação de redes, grupos e movimentos, as demandas da juventude entraram na pauta pública. Entre estas demandas, a questão do combate à violência passou a ocupar um lugar de destaque.

Como resposta à demanda de vida segura, em 2007, Tarso Genro, então ministro da Justiça, lançou o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci). Esse programa representou um marco nas políticas de segurança pública no Brasil, pois preconizava a prevenção no lugar da repressão. Voltado para os direitos humanos e

¹ Este programa busca incentivar a conclusão do ensino fundamental, formação profissional e participação cidadã para jovens de 18 a 29 anos. A partir de 2010, o ProJovem foi coordenado pelo Ministério da Educação e é considerado uma modalidade de ensino para jovens e adultos.

para a cidadania, previa atividades que integravam os âmbitos federal, estadual e municipal e envolvia 14 ministérios.

Entre os principais eixos do Pronasci destacavam-se: a) ações estruturais, tais como a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e b) ações locais, em “territórios da paz”, que pressupõem o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Entre as inovações, estava o Projeto Para Jovens em Território Vulnerável (Protejo).

O Protejo é dirigido a jovens de 15 a 24 anos em situação de risco ou de vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou cumprindo medidas socioeducativas, com vistas a desenvolver percursos formativos para promoção de cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas” (BRASIL/ME, 2008).

As formulações do Protejo incorporaram contribuições da sociedade civil, de Conselhos, movimentos de juventude e de especialistas na área de segurança. Seu desenho incorporou informações de pesquisas qualitativas, estatísticas disponíveis e aparato conceitual (território, transversalidade e integração) considerada “de ponta”.

Como funcionou? Em 2008, durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, os participantes recomendaram a consolidação e ampliação do Protejo. Avaliação realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2009, indicou a melhora da sensação de segurança entre jovens nas áreas pesquisadas.

No entanto, avaliação do Instituto de Estudos Econômicos (Inesc), em junho de 2012, já detectou um distanciamento do Pronasci das diretrizes propostas pela lei que o criou. Segundo esta avaliação, a pesar de o governo federal persistir na intenção de interlocução com estados e municípios, não houve redução significativa das taxas de homicídios entre jovens.

Dados do orçamento anual do Programa – publicado no Portal da Transparência – mostram

que os recursos do Programa foram sendo (de 2010 a 2013) majoritariamente destinados à concessão de bolsa-formação aos policiais, o que significou menor execução orçamentária para as ações entre jovens. Outras avaliações disponíveis (Motta, 2013), ao explicar as dificuldades específicas do Protejo, apontam causas conhecidas no âmbito das políticas públicas, a saber: dificuldade de contratação de oficinairos; demora do pagamento da bolsa de R\$ 100 para os jovens participantes; territórios controlados por facções criminosas; dificuldades com as licitações para compra de material. Ou seja, vida real.

Além disto, embora o Pronasci tenha sido pensado como uma política de Estado, que deveria ultrapassar trocas de gestores e tempos de governos, em 2013, dentro do Ministério da Justiça, o programa não ocupava mais um lugar de destaque. Ao contrário, falava-se (à boca pequena) em sua extinção. Este aspecto nos leva a refletir sobre a descontinuidade das políticas públicas resultantes das trocas de gestores e de governos. Evidenciam-se, assim, as contradições entre o ciclo eleitoral e o tempo de maturação das políticas públicas.

Voltaremos a este ponto mais adiante. Agora, é importante indagar como a questão da violência e a demanda da segurança têm sido encaminhadas por redes, coletivos e movimentos juvenis.

2. Repercussões das manifestações de 2013: ações entre jovens das favelas e periferias

Desde os anos de 1990, têm surgido entre jovens iniciativas de resistência cultural e política, com base territorial. Questionando a situação de segregação espacial, redes, grupos e movimentos juvenis afirmam o pertencimento local, denunciam injustiças e se tornam novos canais de participação.

Aqui, cabe destacar os grupos culturais (com destaque para o movimento hip hop, funk, capoeira, grafite, dança, saraus de literatura) e a importância do “midiativismo” (ou midialivrismo)

que transforma a web em um canal de informação e denúncia. Também nos “rolezinhos” – ida programada aos shoppings em grupos – podemos ver uma forma de questionar a segregação espacial.

Vejam agora como alguns destes grupos, redes e movimentos – auto-intitulados como “da periferia” – se expressaram em uma conjuntura recente: as manifestações de junho de 2013. Foi o Movimento Passe Livre (MPL) que fez as primeiras convocações. O transporte se apresentou como a primeira causa. O preço e a sofrível qualidade e distribuição desigual do transporte pelas áreas da cidade afetam o cotidiano de diferentes segmentos juvenis, que circulam pela cidade para estudar, trabalhar e se encontrar.

No processo das manifestações, o transporte funcionou como um disparador de outras demandas e, em um movimento espiral, foi puxando a corrupção, a educação, a saúde e a segurança. Para tanto, muito contribuíram as redes de comunicação independentes. Transmissões por fluxo de mídia (*streaming*) – feitas a partir de dispositivos móveis para redes sociais – criaram uma nova relação entre a presença nas ruas e no ciberespaço. Interferências mútuas fizeram surgir diferentes níveis e formas de participação.

Talvez, as manifestações não tivessem o mesmo nível de adesão se – através destas mídias – não tivessem circulado impactantes imagens sobre a violência usada pela polícia. Neste cenário, a pergunta “onde está Amarildo?” fez o percurso das redes às ruas e vice-versa. Ao se denunciar o desaparecimento do pedreiro da Rocinha – favela do Rio de Janeiro –, criticava-se os métodos violentos da polícia em outras tantas periferias brasileiras. Assim, Amarildo se tornou um símbolo nacional de luta contra a violência policial.

Quais foram os jovens que participaram das manifestações? Nas reportagens de jornais e das mídias alternativas foram identificados: jovens do Movimento Passe Livre, estudantes universitários, alunos do ensino médio, jovens de redes de mídia independente, de pastorais católicas, membros da ABGLT (Associação Brasileira de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), grupos feministas, coletivos culturais e jovens ligados ao Movimento Mobilidade Urbana. Além disto, houve um grande grupo de “estreatantes”: jovens que participavam, pela primeira vez, atendendo a convocações virtuais. Também se agregavam às manifestações, no fim do expediente, jovens trabalhadores. E, o que nos interessa destacar aqui, jovens moradores de favelas e periferias.

Estratégias de resistência

No Rio de Janeiro, o dia 25 de junho ficou marcado pela presença de cerca de 2.500 pessoas, na maioria jovens, que saíram da Rocinha e do Vidigal (favelas cariocas) em passeata até a casa do governador Sérgio Cabral. Seus cartazes diziam: “Nós não precisamos de teleférico”; “queremos saneamento básico”, “precisamos de vagas em creches públicas”, “fora a Resolução 013”². Na mesma ocasião, jovens da periferia de São Paulo também fizeram uma manifestação, e o Movimento Passe Livre apoiou as manifestações dos Sem Teto.

E isto não foi tudo. Naqueles dias de 2013, jovens das favelas e periferias também chegaram ao Palácio do Planalto. Como foi divulgado pela imprensa, durante aqueles dias, aconteceram várias reuniões com a presidente Dilma. Ministros, governadores e prefeitos foram chamados para definir ações para melhorar os serviços públicos.

Uma reunião foi com o Movimento Passe Livre. Em carta aberta, o MPL declarou que essa reunião “foi arrancada pela força das ruas, que avançou sobre bombas, balas e prisões”. Depois da reunião, o MPL declarou que embora reconhecesse uma “abertura para o diálogo”, o governo federal não havia apresentado qualquer “proposta concreta para mudar a realidade do transporte.” As observações do MPL deixavam claro que a mudança no “sistema de transporte

2 Esta resolução, que proibia eventos culturais, esportivos e sociais sem autorização prévia do policiamento de determinadas áreas, foi posteriormente revogada.

coletivo” dependeria de gestões partilhadas entre os três níveis de governo.

Quatro dias depois, em 28 de junho de 2013, com a presença da secretária nacional da Juventude, Severine Macedo, e do presidente do Conselho Nacional da Juventude, Alexandre Melchior, Dilma recebeu 24 jovens. Na lista dos participantes daquela reunião, vale à pena prestar atenção na diversidade das representações juvenis.

Os jovens ali presentes representavam: alguns partidos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira da Juventude (Ubes), o Movimento Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), juventudes religiosas (Rede Fale e Pastoral da Juventude), a Marcha Mundial de Mulheres, a Marcha das Vadias do Distrito Federal e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen). Também estiveram presentes outros coletivos, tais como: Levante Popular da Juventude, Fora do Eixo, Movimentos Enraizados, Fórum das Juventudes de Belo Horizonte e Agência Solano Trindade.

Muitos destes jovens tinham participado das manifestações e, na ocasião, fizeram intervenções sobre suas pautas e reivindicações. Entre todas intervenções, uma se destacou. Sobre o assunto, Aurea Carolina de Freitas, militante do Fórum das Juventudes de Belo Horizonte, publicou, em seu blog, um reflexivo relato do qual destaco o trecho abaixo:

“Eu não falei, mas me senti bem representada na voz de Thiago (militante de cultura periférica de Capão Redondo, São Paulo), que trouxe sua própria narrativa e me emocionou ao lembrar a luta da juventude negra e pobre para escapar das estatísticas macabras do genocídio. Ele mencionou as estratégias de resistência nas comunidades, os saraus como tecnologias sociais que estão se espalhando pelo país, a urgência da desmilitarização das polícias, a centralidade da cultura. Thiago falou com o coração e foi o único a arrancar aplausos”. (Aurea Carolina)

O relato de Aurea Carolina recuperou a combinação de duas demandas: “desmilitarização das polícias” e “centralidade da cultura”. Ao mesmo tempo, destacou o sarau – parte de uma “tecnologia social” – como “estratégias de resistência”. Segundo Aurea Carolina, Thiago foi o único a arrancar aplausos, porque falou com o coração.

No mesmo sentido, ainda lembrando as manifestações, gostaria de comentar uma entrevista publicada na Revista Caros Amigos, de novembro de 2013. O jovem entrevistado participou das manifestações e foi identificado como Beto pela repórter Lena Azevedo. Beto diz que se considera um “midialivrista de favela”. Contou que trabalha para “desconstruir a imagem que a grande imprensa passa das comunidades”. Durante as manifestações do mês de junho de 2013, após o trabalho, Beto ia aos acampamentos em frente à Assembleia Legislativa e à Câmara Municipal (Ocupa Alerj; Ocupa Câmara) e fazia parte daqueles que gritavam “sem violência”.

Ações contra os símbolos do capitalismo

Porém, segundo relatou Beto, a repressão policial contra os professores no dia 15 de outubro motivou sua adesão ao black bloc. Diz ele: “eu não sei quem são os outros. Eu sei o que eu sou e o que o black bloc significa para mim. A compreensão dessa tática é que me fez, como morador da favela, participar de um movimento. Participar desta tática é poder extravasar o sentimento de aprisionamento, de segregação que o Estado causa, mas também, como resistência para mostrar para quem está do outro lado – os oligopólios, os detentores do capital – que há uma população que está consciente”.

Este depoimento reafirma a ideia de que o black bloc – tática de luta e coletivo de ação direta – pode ser constituído por agrupamentos livremente organizados por grupos de afinidades, mas também por indivíduos independentes que, via de regra, se dispersam ao fim das manifestações. Como se sabe, estas ações contra os “símbolos do capitalismo”

têm ocorrido em diferentes lugares do mundo e já possuem inúmeras versões locais. Não se sabe ainda quantas serão as diferentes versões e histórias de adesão no Brasil. Mas, do ponto de vista deste “mídia-ivista” da favela, esta “tática” performática serviu para “extravasar o sentimento de aprisionamento, de segregação que o Estado causa.”

Na mesma perspectiva, pouco tempo depois, uma performance teatral foi registrada pelo jornal *O Globo* nos seguintes termos: “Em frente à Assembleia Legislativa, no centro do Rio de Janeiro, pintados de vermelho, simbolizando o sangue de pessoas mortas, jovens atores deitaram-se no chão, sendo cobertos por lençóis brancos. No ato, pneus simbolizavam o “forno de micro-ondas”, usado por traficantes para queimar suas vítimas” (*O Globo*, 14.8.2013).

Passados vários meses das chamadas Jornadas de Junho, em 10 de abril de 2014, houve outra reunião da presidente Dilma com jovens de diferentes redes, coletivos e movimentos. Mais uma vez, recorro à blogueira Aurea Carolina, para destacar um trecho de seu relato:

“Entre as mais de 30 pessoas da sociedade civil que participaram do encontro, destacou-se o jovem MC Chaveirinho, cantor de funk e organizador de rolezinhos em São Paulo. Ele falou sobre o histórico dos rolezinhos, que existem desde 2007, o crescimento da adesão de rolezeiros com a multiplicação das redes sociais, os ataques e agressões que sofreram por parte da mídia convencional e a falta de políticas culturais e de lazer na periferia. Explicou que a opção pelos shoppings foi, sobretudo, por uma questão de segurança e que os jovens têm medo de ficar nas suas quebradas. Sem alternativas seguras nos lugares onde moram, preferem se encontrar nos shoppings para tirar fotos, comer e beber, curtir um funk, namorar e se divertir. Enfatizou que as políticas para a juventude não chegam dentro da favela e que ações para jovens devem ser feitas com os próprios jovens, respeitando as suas linguagens: sem essa de “caros companheiros, caras companheiras”, porque o jovem desconfia desse papo de político. A presi-

denta riu. MC Chaveirinho fechou sua intervenção defendendo a valorização do funk e relembrando a morte do MC Daleste, assassinado em julho do ano passado”.

São vários os aspectos levantados por MC Chaveirinho que mereceriam comentários. Por um lado, a expressão de sentimentos: a falta de segurança, medo e morte. Por outro lado, constatações e demandas: falta de políticas culturais e de lazer na periferia; políticas de juventude que não chegam dentro da favela; as redes sociais fizeram crescer os rolezeiros e as ações deveriam ser feitas pelos próprios jovens, respeitando suas linguagens.

Além do relato de Aurea Carolina, ouvi também vários outros jovens presentes na reunião que destacaram a presença de MC Chaveirinho. Ou seja, mais uma vez, falou-se sobre violências físicas e simbólicas que atingem jovens das favelas e periferias e na urgência de políticas públicas adequadas.

3. Políticas Públicas: como quebrar o círculo vicioso da violência física e simbólica que atinge os jovens?

Com efeito, a geografia da violência revela desigualdades sociais, disparidades regionais e segregações urbanas. Estes problemas estão ligados a demandas de distribuição de renda, de acesso à educação de qualidade, de oportunidades de trabalho, de acesso a equipamentos urbanos no local de moradia dos jovens, assim como de acesso a aparato policial constante e bem preparado.

Pesquisas têm registrado a experiência negativa dos jovens brasileiros com a polícia. Os jovens sempre têm histórias (pessoais ou de amigos) para contar sobre a polícia que “achaca” os jovens de classe média, exigindo propinas, bem como humilha e agride fisicamente jovens moradores de áreas pobres e criminalizadas.

Ao mesmo tempo, as situações de violência vivenciadas pelos jovens geram também demandas de reconhecimento da diversidade. Isto por-

que tais situações são retroalimentadas por preconceitos e discriminações relativas à cor da pele, à orientação sexual, à aparência, ao local de moradia e ao simples fato de ser jovem.

Diferentes experiências de discriminação podem se somar na vida de um mesmo jovem: ser estudante, ser trabalhador, ser jovem, ser negro, ser favelado, ser homossexual, ser mulher, ser da área rural. Estas identidades são acionadas de acordo com as disputas em questão.

Por fim, a *participação juvenil* é considerada fundamental tanto para um mapeamento de medos e inseguranças identificados por jovens desta geração, quanto na elaboração de projetos e ações que possam reverter situações de violência. A participação de jovens é importante tanto para qualificar as informações e desenhar programas e ações, quanto para promover o controle social de tais políticas.

Nos dias de hoje, uma parcela de gestores públicos e de grupos de jovens ainda compartilham a compreensão de que o combate à violência engloba diferentes demandas (distributivas, de reconhecimento e de participação). Na prática, a questão está longe de ser equacionada em termos de políticas públicas.

Existem várias iniciativas estaduais em curso que esbarram nos mesmos problemas de “desvios de conduta” da tropa e no controle territorial do tráfico e das milícias. Em nível nacional, há uma aposta no Plano Juventude Viva, iniciativa da Secretaria de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Esse Plano, lançado em 2012, prioriza 142 municípios com maiores índices de homicídios de jovens e se propõe a criar oportunidades de inclusão e autonomia por meio da oferta de serviços públicos, promovendo os direitos da juventude, em especial da juventude negra.

Trata-se de um plano que pressupõe a parceria dos poderes públicos com a sociedade civil e que busca atuar – simultaneamente –, na opinião pública, nos territórios, na vida dos jovens e nas instituições. Suas ações estão estruturadas nes-

ses quatro eixos, a saber: 1- desconstrução da cultura da violência (articular atores e sensibilizar a opinião pública); 2- transformação de territórios (ampliação de espaços de convivência; oferta de equipamentos; serviços públicos e atividades de cultura, esporte e lazer); 3- inclusão, emancipação e garantia de direitos (levar para o território programas e ações que contribuam para que os jovens sejam reconhecidos e construam suas trajetórias de vida); 4- aperfeiçoamento institucional (ações para enfrentar o racismo nas escolas, no sistema de saúde, na polícia, no sistema previdenciário e de justiça).

Não há dúvidas de que o Plano Juventude Viva incorporou as experiências e as demandas que têm sido levadas ao espaço público. Porém, se o acerto na formulação e no desenho já pode ser considerado uma conquista, isto, por si, não garante sua eficácia. Para os governos, ainda falta muito para criar vasos comunicantes entre as “caixinhas” das políticas setoriais que podem interferir positivamente nas trajetórias juvenis, bem como ainda falta muito para lograr uma real cooperação entre os três níveis de governo. Por outro lado, para o poder público e para a sociedade ainda falta a convicção de que somente reformas bem mais profundas podem promover a cidadania nos territórios onde vive a autointitulada “juventude periférica”.

Para tanto, algumas urgências se destacam. Para quebrar a violenta conjugação entre territórios /armas/drogas é urgente (re) questionar as legislações e mentalidades vigentes. No curso da discussão da reforma – e da mobilidade – urbana, deve haver lugar para estabelecer novas restrições sobre a circulação de armas de fogo e para avançar em direção a uma nova política de drogas que retire o consumo da esfera criminal e faça prevalecer uma abordagem de saúde pública e de redução de danos. Além disto, certamente, sem uma ampla e profunda reforma do sistema policial brasileiro, persistirá este “mal-estar” de viver em um país no qual a morte cotidiana de jovens negros não causa espanto e comoção. Só não enxerga quem não quer ver.

Referências bibliográficas

- BRASIL.** Princípios do Protejo. Proteção de jovens em território vulnerável, Folheto, 2008.
- BRASIL, Juventude Viva.** Plano Juventude Viva: prevenção à violência contra a juventude negra. **Folheto.** www.juventude.gov.br/juventudeviva; www.sepir.gov.br, 2012.
- Fundação Getúlio Vargas.** Pesquisa de percepção da população sobre o Pronasci, cidadania, segurança e suas instituições nos Territórios da Paz. Rio de Janeiro, 2009.
- FREITAS, Aurea Carolina.** Bastidores de uma audiência com a presidenta, junho de 2013, Blog da autora.
- FREITAS, Aurea Carolina.** Juventude negra pauta governo e sociedade. 10 de abril de 2014. Publicado no Blog da autora.
- Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci.** Brasília, 2010.
- Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) Pronasci: um abandono sem revisão, Brasília, 2012.**
- MOTTA, Glaucia.** Proposições e percepções a partir do Projeto PROTEJO no Município do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, PPGEdu, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014
- WASELFISZ, Julio J.** Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

